

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

LEONARDO RODRIGUES LIMEIRA

**CONSTRUINDO A AÇÃO COLETIVA: REGISTRO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS
DE LUTA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS ENTREGADORES
PLATAFORMIZADOS EM PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE

2024

LEONARDO RODRIGUES LIMEIRA

**CONSTRUINDO A AÇÃO COLETIVA: REGISTRO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS
DE LUTA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS ENTREGADORES
PLATAFORMIZADOS EM PORTO ALEGRE**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul na linha de Teoria Política, Democracia e Participação

Orientador: Prof. Dr. Davide Carbonai

PORTO ALEGRE

2024

CIP – Catalogação na Publicação

Rodrigues Limeira, Leonardo
CONSTRUINDO A AÇÃO COLETIVA: REGISTRO E ANÁLISE DAS
PRÁTICAS DE LUTA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS ENTREGADORES
PLATAFORMIZADOS EM PORTO ALEGRE /
Leonardo Rodrigues Limeira. -- 2024.
175 f.

Orientadora: Davide Carbonai.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. Agitação Trabalhista. 2. Plataformas de Trabalho.
3. Organização Coletiva. I. Carbonai, Davide, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LEONARDO RODRIGUES LIMEIRA

**CONSTRUINDO A AÇÃO COLETIVA: REGISTRO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS
DE LUTA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS ENTREGADORES
PLATAFORMIZADOS EM PORTO ALEGRE**

Dissertação final, apresentado à Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como parte das
exigências para a obtenção do título de Mestre.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2024.

RESULTADO: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davide Carbonai (orientador),
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Prof. Dr^a. Jussara Reis Prá,
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Prof. Dr^a. Julice Salvagni,
. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Prof. Dr. Rafael Grohmann,
Faculty of Information (iSchool)
University of Toronto Scarborough (UTSC).

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho para minha companheira Carol Blume Corssac, quem faz cada um dos meus dias serem especiais, cujo amor e amizade me fazem mais livre. (Prometo retribuir o suporte no seu TCC).

Dedico também a todos aqueles que ousam lutar, sobretudo aos Entregadores de Porto Alegre com quem dividi um ano de lutas e resistências (e talvez alguns maços de cigarro).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Davide Carbonai, por ter acolhido meu projeto de pesquisa e me dado a autonomia necessária para colocá-lo em prática. Sei que não sou bom com prazos, mas juro que estou melhorando.

A minha companheira de vida Carol Blume Corssac, por ter participado comigo de cada etapa da pesquisa, pelas incontáveis horas de ajuda em correções e formatação e por aceitar ficar comigo na pobreza e na pobreza. Ainda sou só um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco, mas esse ano a coisa melhora

A colega pesquisadora Dra. Giana Blume Corssac, pelo inestimável auxílio na correção e edição da dissertação, mesmo com pouco tempo disponível. (Prepare-se para a tese de doutorado em 2028).

Aos meus familiares, sobretudo meus pais Rosemari Oliveira Rodrigues e Mário Castro da Silva, pelo apoio permanente e por nunca deixar faltar consciência de classe. A maior herança do mundo é lutar pela liberdade.

A Vera Blume e Paulo Corssac, pela acolhida nos anos da pandemia, pela preocupação e pelo incentivo. Vera tu serás sempre a melhor companhia nos jogos. Paulo sentirei para sempre saudades das nossas conversas.

A todos os meus amigos, que foram fonte de inspiração. Em especial ao Brunno Mattos, que ainda em 2020 me inspirou a seguir pelo caminho dos estudos do trabalho.

Aos colegas acadêmicos cujas ideias e críticas estimularam minhas reflexões e com os quais compartilhei os labirintos da carreira acadêmica. Vejo vocês nos próximos congressos ou quem sabe no karaokê.

A Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, especialmente aos diretores Cláudio Nespolo e Amarildo Censi, por todo incentivo a pesquisa e pelo apoio incansável a luta dos entregadores. Nos vemos nas lutas.

Agradeço também a todos aqueles que construíram a ACERGS e que aceitaram dividir suas histórias, suas lutas e resistências. Vocês também são autores dessa pesquisa.

Por fim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelos férteis debates, oportunidades e apoio em minha trajetória acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho trata dos processos de organização e elaboração política coletivas dos entregadores plataformizados vinculados às plataformas de trabalho em Porto Alegre nos anos de 2022 e 2023. O crescimento do emprego em plataformas digitais aprofunda processos históricos de precarização do trabalho e do emprego e põe em marcha importantes transformações nas classes sociais e, por consequência, nas suas formas de organizar e agir política e coletivamente. A partir da utilização de métodos de pesquisa qualitativa, destacadamente a pesquisa participativa, pôde-se registrar e analisar o padrão de agitação dos trabalhadores entregadores da cidade em suas mais variadas expressões. O que se identificou foi o crescimento, fortalecimento e difusão de focos organizativos centrados em disputas de caráter trabalhista bastante heterogêneos. Identificou-se que a maior parte desses focos se liga a formas tradicionais de organização (sindicalismo, cooperativismo e associativismo) e atuação coletiva (greves, paralizações e protestos) que seguem sendo importantes ferramentas nas lutas e resistências travadas por essa categoria de trabalhadores. Destaca-se que a experiência concreta dos trabalhadores em contextos plataformizados conduz as categorias profissionais a significativos processos de atualização e inovação das práticas organizativas tradicionais.

Palavras-chave: Agitação Trabalhista; Plataformas; Organização Coletiva; Entregadores; Pesquisa Participativa.

ABSTRACT

This monography deals with the processes of collective organization and political elaboration of platformed delivery workers linked to work platforms in Porto Alegre between the years of 2022 and 2023. The growth of employment on digital platforms deepens historical processes of precarious work and employment and important transformations are taking place in social classes and, consequently, in their ways of organizing and acting politically and collectively. Using qualitative research methods, especially participatory research, we were able to record and analyze the pattern of labor struggle of the city's delivery workers in its most varied expressions. The growth, strengthening and diffusion of heterogeneous organizational focuses centered on very labor disputes was verified. It was identified that most of these focuses are linked to traditional forms of organization (unionism, cooperativism and associations) and collective action (strikes and protests) which continue to be important tools in the struggles and resistance waged by this category of workers. It is noteworthy that the concrete experience of workers in platformed contexts leads professional categories to important processes of updating and innovating traditional organizational practices.

Keywords: Labor struggle; Platforms; Collective Organization; Delivery workers; Participatory Research.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DO NEOLIBERALISMO À PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO.....	20
2.1 Onde entram as plataformas na discussão?	29
3 AS PLATAFORMAS DE TRABALHO E O TRABALHO NAS PLATAFORMAS NO BRASIL.....	34
3.1 Classificando as plataformas.....	36
3.2 Os trabalhadores de plataforma	48
3.2.1 O trabalho nas plataformas: condições precárias e renovação das formas de exploração	48
3.2.1 Precarização das formas de mercantilização da força de trabalho	51
3.2.2 Precarização da organização e das condições de trabalho.....	53
3.2.3 Precarização das condições de segurança no trabalho	55
3.2.4 Precarização das condições de representação e organização sindical.....	58
3.2.5 Precarização do processo de construção das identidades individual e coletiva	60
4 ENTREGADORES, PRECARIADO E CLASSE SOCIAL.....	64
4.1 Agitação trabalhista	70
5 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	74
5.1 Metodologia e epistemologia: debates incontornáveis	75
5.2 Técnicas de pesquisa, universo observado e temporalidade	82
5.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	85
5.2.2 Pesquisa documental	86
5.2.3 Trabalho de campo: entrevistas e observação participante.....	87
5.2.4 Pesquisa participativa	91
5.3 Ética e pesquisa no mundo das plataformas digitais.....	96

6 O CIRCUITO DE AGITAÇÃO TRABALHISTA DE ENTREGADORES DE PLATAFORMA: QUEM FAZ PARTE DO ECOSISTEMA?.....	101
6.1 As instituições	104
6.2 Os movimentos sociais.....	111
6.3 Os sujeitos	115
7 LUTAS, RESISTÊNCIAS E ORGANIZAÇÃO COLETIVA: COMO E POR QUE LUTAM OS ENTREGADORES DE APLICATIVO?	116
7.1 Estratégias de luta e resistência dos entregadores	120
7.2 A Associação de Ciclo–Entregadores por Aplicativo do Rio Grande do Sul: Narrando a experiência coletiva dos sujeitos trabalhadores	153
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
BIBLIOGRAFIA.....	173

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS NO TEXTO

Tabelas

Tabela 1 – Ano de surgimento de plataformas.	33
Tabela 2 – Atores relevantes do circuito de agitação trabalhista dos entregadores	104
Tabela 3 – Demandas dos entregadores por aplicativo. Classificação das demandas dos entregadores plataformizados da cidade de Porto Alegre de acordo com as categorias Reconhecimento, Melhorias e Representatividade.....	118

Gráficos

Gráfico 1 – As táticas de luta e resistência dos entregadores. Distribuição das táticas de luta identificadas entre os entregadores de acordo com os diferentes graus de coletividade e estruturação de cada uma delas. Fonte: elaboração própria.....	122
---	-----

Figuras

Figura 1 – Protesto de ciclo–entregadores em frente ao Ponto de Apoio. Fonte: Registro do autor.	133
Figura 2 – Cartazes de convocação para protesto ACERGS. Fonte: Registro do autor.	135
Figura 3 – Marcha dos ciclo-entregadores passa pela Esquina Democrática (centro de Porto Alegre). Fonte: Instagram ACERGS.....	136
Figura 4 – Convocação do sindicato para breque geral. Fonte: Instagram Sindimoto/RS.....	137
Figura 5 – Convocações para atos em frente a EPTC. Fonte: Adaptado de CUT/RS e ACERGS.....	139
Figura 6 – Protesto de entregadores contra abusos da EPTC. Fonte: Instagram Sindimoto/RS.....	139
Figura 7 – Convocação para ato público do Sindimoto/RS. Fonte: Instagram Sindimoto/RS.....	140

Figura 8 – Chamadas para assembleias de entregadores. Fonte: Adaptado de Instagram Sindimoto/RS.	142
Figura 9 – Assembleias da ACERGS. Fonte: Registro do autor e Instagram ACERGS.....	143
Figura 10 – Bancada dos trabalhadores no GT nacional de regulamentação. Fonte: Adaptado de Instagram Sindimoto/RS e Instagram ANEA.....	145
Figura 11 – Campanha de arrecadação de alimentos da ACERGS. Fonte: Instagram ACERGS.....	147
Figura 12 – Cartaz virtual audiência pública sobre trabalho em apps no Brasil. Fonte: Instagram Deputada Federal Denise Pessôa.....	148
Figura 13 – Parceria educacional Sindimoto/RS. Fonte: Instagram Sindimoto/RS.	150

LISTA DE ABREVIACÕES

ACERGS – Associação de Ciclo–Entregadores por Aplicativo do Rio Grande do Sul
Amobitec – Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia
ANEA – Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativo
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COP Advogados – Castro, Osório e Pedrasani Advogados Associados
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
E–Bike – Entregadores de Bike
EPTC – Empresa Pública de Transporte e circulação
EUA – Estados Unidos da América
Fenamoto – Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos
GT – Grupo de Trabalho
H – Horas
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e Demais Orientações Sexuais e Identidades de Gênero
MEI – Microempreendedor Individual
MID – Movimento Inovação Digital
OL – Operador(a) Logístico(a)
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT – Partido dos Trabalhadores
Q1 – Quadrante um
Q2 – Quadrante dois
Q3 – Quadrante três
Q4 – Quadrante quatro
RS – Rio Grande do Sul
Simtrapli/RS – Sindicato dos Motoristas de Transporte Individual por Aplicativo do Rio Grande do Sul
Sindimoto/RS – Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul

Sinttel – Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UGT – União Geral dos Trabalhadores

1 INTRODUÇÃO

O aumento expressivo na quantidade de trabalhadores prestando serviços para plataformas digitais e a crescente plataformização de setores econômicos inteiros por um número extremamente reduzido de empresas – como transporte individual de passageiros e transporte/entrega de mercadorias – fazem parte do cenário encontrado em vários países do mundo, incluindo o Brasil. A plataformização altera o mercado de trabalho e institui novas formas de gerenciamento e controle da força de trabalho e de relacionamento entre empresas e trabalhadores e isso impacta também nas formas de organização, mobilização e luta coletiva dos trabalhadores por suas demandas. Não apenas o trabalho se transforma, mas a atuação dos trabalhadores também, adaptando-se e aprendendo constantemente.

No Brasil, as empresas que operam por plataformas têm encontrado um cenário favorável para seu crescimento econômico, aproveitando-se da alta disponibilidade de mão de obra a baixo custo. O desemprego, o empobrecimento geral da população – que voltou a figurar no mapa da fome –, a alta dos preços provocada pelo aumento da inflação são elementos centrais da realidade nacional ao longo dos últimos dois mandatos presidenciais (2016-2019 e 2019-2023) e que forçam um contingente cada vez maior de trabalhadores a aceitarem trabalhar em ocupações precárias. Empresas como Uber, 99Pop, Rappi, iFood, Zé Delivery e tantas outras mais que operam por meio de plataformas digitais não só se utilizam desse cenário para dispor de mão de obra mais barata, como também contribuem ativamente para o avanço da precarização do trabalho e para um rebaixamento cada vez maior do valor do trabalho – utilizando-se de práticas tradicionais conhecidas como *Dumping Social*.

Nesse sentido, o ano de 2014 pode ser considerado um marco no desenvolvimento da plataformização do trabalho no Brasil sendo o ano em que a empresa Uber iniciou os negócios no país e o ano em que o iFood fundiu-se oficialmente à empresa RestauranteWeb e chegou ao valor de mercado de aproximadamente 1 bilhão de reais. Nos anos seguintes um conjunto vasto de novas plataformas adentrou o mercado brasileiro de transporte de pessoas e entregas – algumas de origem estrangeira e outras criadas nacionalmente – de forma que a plataformização do trabalho no país avançou a passos largos entre 2014 e 2023. Até

meados de 2022 havia pelo menos 250 aplicativos operando como plataformas de trabalho conectando clientes e estabelecimentos e realizando a corretagem da força de trabalho (Massa, 2022).

Vale destacar também que a pandemia de COVID-19, que se estendeu de março de 2020 a maio de 2023 (de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde), também impactou de forma significativa o trabalho nas plataformas digitais. Durante o período de pandemia registrou-se um crescimento exponencial do consumo de bens e serviços por meio de plataformas digitais no país motivado pelas políticas sanitárias de isolamento social e restrição de circulação nas cidades e espaços públicos. No mesmo sentido, ampliou-se também o conjunto de trabalhadores engajados nas plataformas que, devido à retração do número de empregos formais, buscaram as plataformas como fonte de renda, ampliando o contingente nacional de trabalhadores plataformizados (Lapa, 2022).

O sucesso comercial das plataformas digitais no Brasil, mas também em várias outras regiões do mundo, esteve fortemente assentado sobre a ausência de regulamentação da operação destas empresas nos territórios nacionais. Apresentando-se como empresas de “solução tecnológica” as plataformas têm escapado das legislações trabalhistas estabelecidas pelos Estados nacionais e financiam processos de desregulação dos mercados e das relações de trabalho, radicalizando a prática neoliberal em curso desde os anos 1990. Em boa medida, a prática das empresas tem contado com a anuência, mais ou menos explícita, dos governos locais que permitem as violações a legislação trabalhista sem realizar a responsabilização dos empregadores ao mesmo tempo em que fazem vista grossa para o seu não pagamento de impostos (Oliveira, Carelli & Grillo, 2020).

No mesmo sentido, as empresas empregam estratégias agressivas de combate à organização coletiva e sindical dos trabalhadores plataformizados, buscando desarticular movimentos grevistas e descredibilizar lideranças trabalhistas e entidades de caráter sindical. Essas práticas vieram à tona em 2022 quando da publicação da investigação jornalística internacional Uber Files (arquivos da Uber) que revelou esquemas de lobby, espionagem e violência contra trabalhadores organizados levadas a cabo pela Uber em vários países do mundo incluindo França, Rússia e Brasil (The Guardian, 2022). Com relação ao setor de entregas o caso mais chamativo é justamente o do iFood cujas práticas antissindicais foram largamente registradas na reportagem “A máquina oculta de propaganda do iFood”

(Levy, 2022), divulgada pela rede de notícias Agência Pública, e incluíam a contratação de agências de publicidade para atacar movimentos grevistas e enfraquecer lideranças dos trabalhadores – como no caso de Paulo Galo, líder do coletivo Entregadores Antifascistas.

Assim, observa-se que a plataformização do trabalho tem impactado fortemente a organização coletiva dos trabalhadores e transformado, ao menos parcialmente, as suas estratégias de luta em meio ao conflito trabalhista (Weiss, 2022; Braga, 2020; Antunes, 2020). A individualização extrema do trabalho, a *gameficação* e dataficação das rotinas laborais e a desregulamentação das relações de trabalho têm sido vistos como obstáculos importantes às ações de negociação coletiva dos trabalhadores e seus processos de organização coletiva – é particularmente difícil desenvolver a atividade sindical em um cenário de alta concorrência entre trabalhadores e hegemonia de ideologias neoliberais.

Com o objetivo de compreender o fenômeno do trabalho por aplicativo e seus impactos na realidade laboral, muitos trabalhos e pesquisas têm sido desenvolvidos no Brasil e internacionalmente. A maior parte desses estudos destaca as condições precárias de trabalho impostas pelas empresas, o aumento da insegurança social entre os trabalhadores e a atualização da sujeição da força de trabalho através do controle algorítmico (Salvagni, 2023; Cordeiro & Daza, 2020; Grohmann, 2020). Estes trabalhos têm fornecido um retrato importante do conjunto das condições precárias de trabalho e emprego as quais estão submetidos os trabalhadores por plataforma.

No entanto, uma lacuna essencial ainda não totalmente explorada nessas pesquisas é a dimensão do enfrentamento dos trabalhadores a precariedade e as formas de luta que têm desenvolvido para preservar seus interesses e melhorar suas condições de trabalho e de vida. Se por um lado as empresas buscam ampliar o controle e sujeição do trabalho aos padrões neoliberais, por outro, os trabalhadores organizam formas novas e tradicionais de resistência e rebelião (Braga, 2020; Alves, 2013).

Nesse sentido, várias das grandes cidades brasileiras tem sido palco do crescimento e radicalização da agitação trabalhista de trabalhadores plataformizados que se expressa pela multiplicação de atos de protesto, greves e criação de entidades representativas (sindicatos, associações e coletivos) de trabalhadores. O setor de entregas de mercadorias e transporte individual de

passageiros é o que concentra o maior número de ações desse tipo, sendo também os setores mais diretamente afetados pela plataformização.

Nesses dois setores, identifica-se o surgimento de iniciativas de luta e organização coletiva dos trabalhadores que têm buscado representar suas categorias diante dos empregadores e do Estado, encampando um amplo conjunto de demandas cujos eixos centrais são trabalho decente e condições laborais dignas. Essas iniciativas têm se direcionado para o sindicalismo, associativismo e cooperativismo numa relação complexa com atores tradicionais (sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos) que precisa ser mais bem estudada (Grohmann, 2020; Weiss, 2022; Cant, 2021).

O crescimento e evolução da agitação trabalhista entre os trabalhadores precarizados tem impulsionado as discussões sobre tema seja no âmbito acadêmico, político ou sindical de forma que o debate ganha proporções cada vez maiores concentrando-se sobretudo no tema da regulamentação do trabalho em plataformas digitais no Brasil.

Assim, que no dia 05 de junho de 2023, na cidade de Brasília, reuniram-se representantes das empresas de plataformas digitais, trabalhadores por aplicativo e membros do Poder Executivo Federal na primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) responsável por elaborar uma proposta para regulamentação do trabalho em plataformas digitais no Brasil. Instituído pelo Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, o GT consistiu no primeiro esforço sistemático do Estado brasileiro no sentido de regulamentar a atuação das empresas que operam por meio de plataformas digitais no país.

A regulamentação das plataformas já havia sido um componente de destaque da campanha eleitoral de Lula da Silva durante as eleições presidenciais de 2022 que buscou capturar o apoio do crescente movimento de agitação trabalhista dos trabalhadores plataformizados ao incluí-lo em seu programa de governo. A vitória eleitoral trouxe consigo a pressão por parte das categorias profissionais de trabalhadores plataformizados para que as promessas de campanha fossem cumpridas com celeridade, ainda no primeiro ano de governo, buscando aproveitar a janela de oportunidade para lograr vitórias trabalhistas há muito represadas.

O tema do trabalho em plataformas digitais foi revestido de nova importância na medida em que passou a ocupar espaço privilegiado na agenda de governo. Esse processo impactou, e continua a impactar, em larga medida o processo de

agitação trabalhista e organização coletiva dos trabalhadores por aplicativos em nível nacional e local. Em Porto Alegre três organizações representativas de trabalhadores por plataforma participaram ativamente do GT de regulamentação federal das plataformas ocupando vagas na mesa de negociação tripartite, sendo dois sindicatos e uma associação. A Associação dos Ciclo Entregadores por Aplicativo do Rio Grande do Sul (ACERGS), o Sindicato dos Motociclistas Profissionais (Sindimoto/RS) e o Sindicato dos motoristas de transporte individual por aplicativo do Rio Grande do Sul (Simtrapli-RS). Essas entidades representam três distintas categorias de trabalhadores plataformizados, respectivamente entregadores ciclistas, entregadores motoboys e motoristas.

Para estes grupos o processo de regulamentação é também o ponto alto de sua luta política pelo reconhecimento de direitos trabalhistas coroando um longo caminho de mobilização e organização das suas categorias. Ao longo dos últimos seis anos estes grupos desenvolveram um repertório vasto de estratégias de luta política coletiva – tradicionais e inovadoras – até o momento pouco estudadas e analisadas do ponto de vista acadêmico.

Nesse trabalho a categoria dos entregadores de comida por aplicativo do estado do Rio Grande do Sul foi selecionada como categoria-chave por meio da qual se pretende interpretar o padrão de agitação trabalhista e organização política dos trabalhadores precários plataformizados. As mudanças já mencionadas no mundo do trabalho provocam reações das classes trabalhadoras que se opõem ao processo de precarização por diversos caminhos diferentes. Considerando o que foi exposto elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Como se organiza o padrão de agitação trabalhista e a luta política coletiva dos entregadores que trabalham por aplicativos na cidade de Porto Alegre?

Para responder a essa pesquisa foram coletados diversos tipos de dados a partir de técnicas de pesquisa qualitativa, com destaque para a metodologia de pesquisa participativa que culminou na construção coletiva da primeira associação de ciclo–entregadores por aplicativo do país. Além disso, são explorados ao longo do trabalho conceitos sobre trabalho, plataformas, algoritmos e agitação trabalhista na intenção de compreender os sentidos e as características da ação política coletiva do proletariado digital no sul do Brasil.

2 PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DO NEOLIBERALISMO À PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO

Os estudos sobre a plataformação do trabalho identificam-na como parte de um processo mais amplo e geral que se desenvolve no mundo do trabalho há, pelo menos, cinquenta anos, conceituado como precarização estrutural do trabalho (Antunes, 2018). Muito daquilo que se observa ao analisar o trabalho nas plataformas de aplicativo e as estratégias político-econômicas das empresas liga-se diretamente a movimentos de globalização capitalista, financeirização da economia, digitalização da precariedade, desterritorialização do Capital e desdobramentos da Quarta Revolução Industrial (Revolução 4.0).

Assim, faz-se necessário que sejam recuperados os elementos centrais que, ao longo dos últimos cinquenta anos, modificaram o mundo do trabalho, seja na sua dimensão prática, seja no que diz respeito ao seu estatuto social e regulação. Esses elementos são de natureza política, por um lado, e de natureza econômica, por outro, sendo preciso refletir sobre eles detidamente.

O ponto de partida dessa seção é a década de 1980, marcada pelo surgimento do neoliberalismo como paradigma político e econômico. Embora tenha sido gestado ainda nos anos 1950 pela Sociedade de Mont Pèlerin – que reunia intelectuais de direita, como Friedrich Hayek, Frank Knight, Michael Polanyi, Wilhelm Röpke, Karl Popper, Ludwig Von Mises, George Stigler e Milton Friedman – o programa neoliberal somente encontrou terreno fértil para se apresentar como alternativa viável ao Keynesianismo após a crise capitalista de 1973, estabelecendo sua hegemonia na década seguinte. Nas palavras de Perry Anderson:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (1995, p.02).

A globalização capitalista – enquanto ápice do processo de internacionalização do sistema de funcionamento e das estruturas capitalistas – difundiu o neoliberalismo em praticamente todo o globo e, a partir da década de 1980, já se via estabelecido como modo predominante de produzir e aplicar políticas em vários países do mundo. O marco da ascensão do neoliberalismo como paradigma dominante foi a eleição de Margareth Thatcher, na Inglaterra em 1979, que foi seguida de vitórias eleitorais de candidatos neoliberais em vários outros

países da Europa Ocidental. Como bem analisa Perry Anderson, foi a partir dessa época que o neoliberalismo logrou estabelecer-se hegemonicamente no interior de praticamente todo o mundo capitalista:

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal (Anderson, 1995, p. 01).

A incapacidade crescente do paradigma keynesiano em oferecer soluções eficientes para as crises capitalistas abriu margem para sua substituição pelo programa político e econômico neoliberal, estabelecendo aquilo que viria a ser o novo receituário padrão para o desenvolvimento capitalista ao redor do mundo. O novo programa econômico capitalista destacava a redução do aparelho do Estado, a flexibilidade do mercado de trabalho e a desregulamentação das relações econômicas como eixos centrais. Alegavam os intelectuais de Mont Pèlier que a crise do capitalismo – sobretudo a redução das taxas de lucro e do crescimento econômico – devia-se ao excessivo poder de sindicatos e movimentos operários em geral, que pressionavam por incrementos salariais e benefícios sociais, de forma a inviabilizar o processo de acumulação capitalista e avolumar o aparelho estatal.

Com base nesse diagnóstico, os governos de orientação neoliberal que se estabeleceram na Europa ocidental empreenderam um intenso processo de luta antissindical e perseguição aos movimentos de trabalhadores organizados, que logrou minar as bases do poder da classe trabalhadora em poucas décadas. O programa neoliberal pregava um Estado forte para reprimir o movimento operário, mas débil em matérias sociais e intervenções econômicas, permitindo às empresas capitalistas a ampliação de seu repertório de exploração e acumulação.

De forma geral, é possível caracterizar a experiência neoliberal dos últimos cinquenta anos a partir de seus elementos centrais muito bem reunidos nos trabalhos de Perry Anderson (1995) e Naomi Klein (2007). De acordo com o escopo deste trabalho, selecionou-se os seguintes elementos como centrais ao programa neoliberal: I) elevação das taxas de juros; II) redução de impostos sobre altos rendimentos; III) remoção de mecanismos de controle sobre fluxos financeiros; IV) criação de níveis massivos de desemprego estrutural; V) enfrentamento direto aos movimentos trabalhistas; VI) corte de gastos com políticas sociais; VII) privatização

de bens públicos e empresas estatais; VIII) desregulamentação dos mercados de trabalho e rebaixamento do seu estatuto social.

Num primeiro momento, as experiências neoliberais concentraram-se nas economias capitalistas desenvolvidas do ocidente europeu e nos Estados Unidos, mais tarde difundindo-se para os países de economia periférica dependente. O leste europeu foi o segundo cenário das experimentações neoliberais, sobretudo naqueles locais onde a antiga influência da União Soviética estava em crise. A América Latina, embora tenha gestado uma das primeiras experiências de governo neoliberal (durante os anos da ditadura de Pinochet no Chile), só passou a ser alvo de uma investida neoliberal sistemática a partir dos anos 1990, configurando-se na terceira cena de desenvolvimento neoliberal (Anderson, 1995).

É nesse contexto que surgem importantes inovações nos processos produtivos capitalistas, que gradualmente dão origem a um novo padrão de extração de mais-valia. Esse novo padrão constrói-se em oposição ao tradicional modelo fordista de organização e exploração do trabalho, que a partir de 1970 entra em colapso, deixando de ser o modelo dominante. O Toyotismo e, mais tarde, a pejetização assumiram progressivamente o espaço anteriormente ocupado pelo modelo fordista, atualizando significativamente as formas de submissão da força de trabalho e as relações trabalhistas (Antunes, 2018).

Associados, neoliberalismo e inovações produtivas moldaram o mundo do trabalho a partir dos signos da flexibilização e da precariedade. O neoliberalismo forneceu o arcabouço ideológico desse processo, que não apenas se estabeleceu hegemonicamente nas esferas decisórias dos Estados nacionais, mas também se enraizou profundamente nas populações, alterando suas percepções a respeito de si, do trabalho e do próprio sistema capitalista como um todo. A partir do programa neoliberal, os Estados nacionais passaram a limitar cada vez mais a regulamentação sobre o mercado de trabalho, flexibilizando os modelos de contratação, gerenciamento e exploração da mão-de-obra. Este processo foi amplamente identificado como precarização estrutural do trabalho (Castel, 2005; Paugam, 2003).

No mesmo sentido, as inovações produtivas e gerenciais impulsionaram a precarização do trabalho do ponto de vista de sua execução prática, criando mecanismos que aprofundam a exploração laboral. Assim, apoiando-se em legislações cada vez mais permissivas e flexíveis, as empresas puderam impor

aumentos nas jornadas de trabalho, redução nas remunerações e transferência dos custos da atividade laboral para os próprios trabalhadores individualizados.

Como não poderia deixar de ser, o trabalho é o alvo prioritário da política neoliberal. Por um lado, o corolário neoliberal prega a desregulamentação dos mercados de trabalho e a flexibilização da mão-de-obra, como forma de rebaixar as condições de execução do trabalho e, conseqüentemente, reduzir custos. Por outro lado, impõe um enxugamento do aparato público, sobretudo em matéria de políticas sociais, centrando fogo na privatização de bens públicos, como previdência e seguridade social.

É nesse sentido que Alba Maria Pinho de Carvalho avalia que na atual etapa do capitalismo neoliberal:

[...] uma dimensão chave da crise estrutural e sistêmica do capital é a corrosão do trabalho, com fortes expressões em nações europeias, atingidas nos circuitos da crise, nos Estados Unidos e com fortes repercussões no mundo do trabalho em escala global (2014, p. 228).

Na Europa ocidental, por exemplo, os históricos Estados de Bem-Estar foram paulatinamente dando lugar a Estados neoliberais, que transformaram significativamente a experiência das classes trabalhadoras. Décadas de acúmulo, vitórias políticas e ganhos econômicos foram dissolvidos em poucos anos e as gerações anteriores viram seus filhos ingressarem num mundo do trabalho transformado pela precariedade estrutural (Castel, 2003; Standing, 2014).

A precariedade estrutural do trabalho, tal como desenvolvida neste trabalho, consiste na ideia de que, na atual etapa de capitalismo neoliberal, o trabalho passa por um processo agressivo de desvalorização. Este processo vai desde a redução dos rendimentos laborais até o rebaixamento degradante das condições de sua execução, passando pelo crescimento da desproteção social aos sujeitos que vivem da venda da força de trabalho (Carvalho, 2014). A desvalorização, então, passa a ser uma característica central do funcionamento do sistema capitalista, inscrevendo-se nas estruturas desse sistema e sendo por elas reproduzida. Esse processo introduz modificações importantes no interior das classes sociais, sobretudo a classe do proletariado.

Como bem pontuam Ricardo Antunes e Giovanni Alves:

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e

fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (2004, p.336).

É nesse quadro geral que foi gestada a plataformização do trabalho que se tornou uma tendência contemporânea no mundo laboral. O surgimento e desenvolvimento de empresas de plataformas digitais – e com elas toda uma Economia de Plataformas – foi fundamentalmente impulsionado pelas já mencionadas políticas neoliberais.

Há, ainda, dois elementos centrais para a compreensão das relações estabelecidas entre neoliberalismo e plataformização do trabalho que merecem atenção particular: os dados e os algoritmos. Esses dois elementos combinam-se intimamente na composição das plataformas e é necessário abordá-los de maneira a evitar confusões.

Como ressalta Grohmann (2020), dados e algoritmos podem ser entendidos como a antessala do capitalismo de plataformas, é a combinação particular desses dois elementos num cenário de capitalismo altamente financeirizado, que permite o desenvolvimento de suas estruturas bem como sua difusão rápida e generalizada.

Como destacado anteriormente, o paradigma neoliberal obteve sucesso em estabelecer-se como modo dominante de pensar e agir, tanto no nível das estruturas sociais – destacadamente o Estado –, quanto no nível dos sujeitos. A racionalidade neoliberal espalhou-se por todo o tecido social, estabelecendo aquilo que Foucault concebeu como “governamentalidade neoliberal”. Parte importante dessa racionalidade se baseia na produção, armazenamento, classificação e análise massiva de informações sobre diversos segmentos da vida social, o que tem sido amplificado pelos avanços tecnológicos da área de computação e telecomunicações. Esse processo é compreendido como dataficação da sociedade, descrito por Grohmann como:

[...] a crescente centralidade dos dados na vida cotidiana e, acrescentamos, no modo de produção capitalista, tanto em sua produção como em sua circulação, sendo, ao mesmo tempo, expressão de infraestruturas digitais, interações midiáticas e capital financeirizado (2020, p.109).

Nesse sentido, as informações passam a ser cada vez mais concebidas como dados, ou seja, como matéria prima para análises racionalizadas capazes de instruir ações presentes e futuras, prever comportamentos individuais e coletivos e produzir interpretações particulares sobre o mundo. O contínuo e acelerado acúmulo dessas

informações produz aquilo que ficou amplamente conhecido, no final dos anos 1990, como *BigData* – bancos de dados imensos de propriedade privada.

Os avanços na difusão da internet e telefonia móvel colocaram, em poucas décadas, milhões de pessoas ao redor de todo mundo online, permitindo, assim, a produção de dados em escalas até então desconhecidas. O problema é que o volume de dados cada vez maior implica na demanda por mecanismos eficientes capazes de produzir análises de dados massivos, sendo totalmente inviável proceder a verificações manuais ou analógicas. Inviável porque tanto os dados quanto os mecanismos analíticos que os interpretam encontram-se submetidos ao imperativo neoliberal, ou seja, desempenham um papel definido na lógica de funcionamento do sistema econômico. Para desempenhar esse papel, os mecanismos precisam ser velozes, produzindo continuamente análises em ritmos cada vez mais acelerados – é nesse ponto que entram os algoritmos.

Assim, os algoritmos passaram a ocupar um espaço central na produção e consumo das sociedades contemporâneas. O uso do termo tornou-se parte incontornável do vocabulário, deixando o campo da informática e apresentando-se em diversas outras esferas da vida cotidiana, o que conduziu também ao desenvolvimento de todo um imaginário a respeito do que são algoritmos e qual seria exatamente seu poder social (Beer, 2017).

Vale ressaltar que é particularmente difícil analisar o funcionamento técnico dos algoritmos na área das ciências sociais, por duas razões: a) a blindagem dos mecanismos de funcionamento algorítmico em sistemas de “caixa preta”; b) necessidade de conhecimentos específicos da área de computação, especialmente codificação. Como bem avalia David Beer:

É aqui que podemos encontrar bloqueios em nossos entendimentos. É muito difícil ser versado em teoria social e nas minúcias técnicas da codificação. Não é que essa combinação seja impossível, mas é mais provável que exija trabalho colaborativo do que estar dentro do escopo do estudioso solitário (2017, p.03).

Considerando essas duas dificuldades, buscou-se operar, no escopo deste trabalho, com uma noção de algoritmo mais sociológica do que técnica – embora essa segunda dimensão tenha um peso próprio e inegável nos processos em análise. Essa noção estará na base das reflexões deste capítulo, mas, também, será recuperada nas sessões dedicadas ao estudo da execução do trabalho em plataformas.

No que diz respeito à dimensão técnica, os algoritmos são conjuntos/seqüências de instruções elaboradas para executar funções variadas, sobretudo solucionar problemas (Grohmann, 2020). Assim, embora os algoritmos precedam os computadores – sendo utilizados de forma manual até quatro décadas atrás – foram os avanços na área de computação e comunicação que permitiram a amplificação de seu alcance e poder social. Tarleton Gillespie, inclusive, argumenta que os próprios computadores existem em função dos algoritmos, e não o contrário:

Podemos pensar, portanto, que os computadores são fundamentalmente máquinas algorítmicas – projetadas para armazenar e ler dados, aplicar procedimentos matemáticos de forma controlada e oferecer novas informações como resultado. Porém tratam-se de procedimentos que poderiam ser feitos manualmente – e, de fato, eram feitos (Gillespie, 1999).

As ciências da computação ofereceram aquilo que viria a ser uma das mais importantes contribuições ao trabalho dos algoritmos nas sociedades contemporâneas: a automação. Uma vez mais, a lógica desses sistemas imbrica-se à lógica do capitalismo de matriz neoliberal. Nesse sentido, podemos aprimorar a definição apresentada alguns parágrafos acima, estabelecendo que os algoritmos consistem em conjuntos **automatizados** de instruções **computacionais**, programados para executar funções variadas, sobretudo solucionar problemas (Grohmann, 2020). Percebe-se que a reformulação inclui, na definição de algoritmos, a automação e a computação, hoje indissociáveis dos processos algorítmicos.

Um bom exemplo para ilustrar a diferença entre os algoritmos clássicos e os algoritmos digitais é o da navegação. De um lado estão os diversos algoritmos matemáticos clássicos, úteis para calcular rotas e geolocalizar elementos que demandam realização de cálculos manuais e que historicamente foram utilizados em matéria de transportes de mercadorias e pessoas. Do outro lado, estão os Sistemas de Posicionamento Global – conhecidos pela sigla em inglês GPS – que realizam a mesma tarefa de forma automatizada e praticamente instantânea, demandando do usuário apenas acesso à rede de internet.

O princípio básico da operação dos algoritmos consiste na transformação de dados previamente preparados em resultados desejados por meio de uma escala de processos que inclui classificação, filtragem, pesquisa, priorização, recomendação e decisão (Beer, 2017). Combinados com os bancos de dados massivos continuamente produzidos, essas ferramentas produzem análises incessantemente, alimentando projetos de natureza política e econômica mais amplos que eles

próprios. Daí a importância de observarmos os algoritmos considerando o conjunto de processos, relações e agentes sociais que conformam o ecossistema em que eles se desenvolvem e operam, ou seja, sua dimensão sociológica.

Convém esclarecer que as definições de algoritmos centradas em seu funcionamento técnico não são de forma alguma desprezíveis, muito pelo contrário. As definições técnicas permitem abordar uma dimensão importante dos algoritmos – sua lógica de funcionamento e aplicação práticas – e, sem dúvidas, interessam a pesquisadores de várias áreas (computação, informática, matemática, estatística etc.), para quem tais definições são perfeitamente operacionais. Ocorre que, para os propósitos desta pesquisa, elas são demasiadamente abstratas e parciais, revelando pouquíssimo sobre a relevância social das ferramentas algorítmicas. Assim, as definições que se limitam à dimensão técnica ofuscam o olhar para tudo aquilo que existe no algoritmo para além do código.

No mesmo sentido, as definições técnicas enredam-se no espinhoso problema da neutralidade algorítmica. Na medida em que se afastam os processos e elementos sociais que compõem os algoritmos, legitima-se o discurso dominante das corporações de tecnologia, de acordo com o qual:

Decisões algorítmicas são descritas como decisões neutras, decisões algorítmicas são entendidas como decisões eficientes, decisões algorítmicas são apresentadas como decisões objetivas e confiáveis [...] (Beer, 2017, p. 11).

Vale ressaltar que, contemporaneamente, existe uma variedade gigantesca de algoritmos que operam em diversas esferas da nossa vida cotidiana, porém, nem todos eles compõem o escopo dessa pesquisa. Os algoritmos que fazem parte das análises aqui elaboradas são aquele conjunto que Gillespie nomeou de “algoritmos de relevância pública”. Os algoritmos de relevância pública são aqueles destinados a mediar nossas interações sociais e estão presentes nas plataformas de busca (Google, Bing etc.), nas redes sociais (Facebook, Twitter etc.) e nas plataformas de trabalho (IFood, Uber etc.).

De volta à definição sociológica de algoritmo, como podem então esses mecanismos serem conceituados do ponto de vista das ciências humanas? Para responder a essa questão complexa, é útil recorrer uma vez mais ao trabalho de David Beer (2017). Em 2017, Beer escreveu o artigo “*The social power of algorithms*” como uma introdução para o vigésimo volume da revista *Information, Communication & Society*. Tal edição da revista – de mesmo nome da introdução

escrita por Beer – reúne (além da introdução) oito artigos que tratam de questões diretamente ligadas aos algoritmos, sua presença na sociedade e impactos reais e potenciais escritos por nove diferentes pesquisadores. Por meio da Leitura dos referidos materiais, pode-se elaborar uma definição de algoritmo mais ampla do que aquelas de natureza técnica.

Do ponto de vista sociológico, os algoritmos são aqui compreendidos como a expressão da racionalidade neoliberal por meio de ferramentas computacionais. Beer elabora esse mesmo raciocínio ao estabelecer uma conexão entre os algoritmos de relevância pública e a ideologia neoliberal, argumentando que:

A noção de algoritmo faz parte de um vocabulário mais amplo, um vocabulário que poderíamos ver desdobrado para promover uma certa racionalidade, uma racionalidade baseada nas virtudes do cálculo, da competição, da eficiência, da objetividade e da necessidade de ser estratégico (2017, p.09).

Produzidos pela indústria informática a partir do trabalho de programadores e outros profissionais da área, os algoritmos carregam em seus códigos visões de mundo, ideologias e objetivos particularmente associados ao desenvolvimento de projetos mais amplos. Como apresenta Beer (2017, p.04) “Os algoritmos são inevitavelmente modelados em visões do mundo social e com resultados em mente, resultados influenciados por interesses e agendas comerciais ou outros”. Em contexto de capitalismo neoliberal, os algoritmos assumem um papel específico na ordem econômica e produtiva – reproduzindo, reforçando ou redesenhando processos de acumulação, circulação e consumo.

Existe toda uma política – na verdade geopolítica – na qual os algoritmos se inscrevem e que os acompanham desde sua produção (geralmente nos países do Norte Global) até sua presença no cotidiano dos cidadãos. Embora sejam apresentados correntemente como neutros, os algoritmos respondem em última instância aos interesses políticos e econômicos daqueles que os projetaram (em geral oligopólios privados do setor de internet) e é justamente por isso que podem operar como reprodutores de desigualdades e explorações. Nas palavras de Grohmann:

Há uma política dos algoritmos que possui, nos processos de ordenamento social, um papel relacionado a contextos culturais, ideológicos e financeiros. Algoritmos são produzidos socialmente a partir de determinados lugares e somente dão a ver algumas perspectivas em detrimento de outras (2020, p.109).

Como mencionado anteriormente, os algoritmos desempenham um papel particular na produção e consumo no capitalismo contemporâneo que está diretamente ligado ao paradigma neoliberal que o orienta. Esse papel é tanto econômico quanto político: por um lado eles reforçam e difundem ideias e visões de mundo específicas enquanto ocultam diversas outras e, por outro, reduzem custos produtivos e operacionais, e aceleram a circulação e acumulação de capital.

2.1 Onde entram as plataformas na discussão?

O objetivo da discussão até aqui foi situar conceitualmente os elementos que fazem parte da ecologia das plataformas digitais, destacando os elementos que fazem parte de seus sistemas de funcionamento (dados e algoritmos), bem como o contexto em que são arquitetadas e postas em prática na realidade cotidiana. Isso estabelece uma base sólida sobre a qual se pode discutir, então, as plataformas em si e o processo de plataformação que a partir delas se desenrola.

No escopo deste trabalho, plataformas são conceituadas como infraestruturas digitais alimentadas por dados e cuja operação é automatizada e organizada a partir de algoritmos. Elas são também meios de produção e comunicação, se tornando o *locus* de atividades relacionadas ao mundo do trabalho, do consumo e interações sociais. As plataformas ocupam um determinado espaço na ordem político-econômica capitalista e subordinam-se a ela em suas funções, como argumenta Grohmann:

As plataformas atuam como processos de produção em meio ao processo de circulação do capital e, enquanto meios de comunicação, contribuem para a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação, reduzindo o tempo morto e acelerando produção e consumo (2020, p. 111 *apud* Harvey, 2018).

Importa considerar que as plataformas possuem historicidade, desenvolvendo-se ao longo do tempo e transformando-se na medida em que aperfeiçoam suas atividades com base nos dados que produzem. Recuperar a trajetória histórica das plataformas – e, de forma mais ampla, da plataformação do trabalho – permite identificar os processos detalhados anteriormente (financeirização, flexibilização, precarização, dataficação etc.) em seu desenrolar concreto, revelando os atores que participam de suas dinâmicas e objetivos político-econômicos alavancados por elas.

Considerando o escopo deste trabalho, a história a ser contada inicia-se nos Estados Unidos, onde o *Telecommunications Act* (1996) desregulamentou o setor de tecnologia e abriu as portas para o estabelecimento do presente oligopólio tecnológico estadunidense (Schor, 2014). O cenário favorável foi muito bem aproveitado pelos chamados Novos Comunalistas¹ que fundiram os ideais do livre mercado e as utopias tecnológicas de libertação individual (Weiss, 2022).

Embora o movimento comunalista existisse já desde meados da década de 1960 com ideias progressistas baseadas na crítica ao capitalismo de consumo, ele só se tornou um corpo ideológico funcional quando rearticulado pelo neoliberalismo nos anos 1990. Assim, nessa década, viu-se surgir um movimento de renovação comunalista moldado integralmente pelo programa neoliberal e capaz de servir aos seus propósitos econômicos. Esse novo comunalismo é justamente aquilo que Schor (2014) chama de Ideologia Californiana: uma combinação do ideário político neoliberal com estética e discurso próximos aos da contracultura e cujo eixo central era a possibilidade de libertação individual a partir da tecnologia, com destaque para a cibernética.

Ideologicamente moldado pelo neoliberalismo, o Capitalismo de plataforma – conhecido também pelas suas variantes: Economia de Compartilhamento, Economia de Plataformas, *GigEconomy* e Economia de Bicos – foi hábil em captar as mudanças estruturais em desenvolvimento na última década do século passado. A crescente financeirização da economia – produto direto da já mencionada desregulamentação do setor – encontrou nas *start-ups* oportunidades vastas para alimentar o capital especulativo, injetando ali um volume imenso de recursos, que chegou a R\$250 bilhões de reais entre os anos de 1998 e 2022. Daí o crescimento rápido e exponencial de empresas como Microsoft e Apple, e o surgimento de tantas outras, como EBay (1995), Couchsurfing (1991), Google (1998) e ZipCar (2000).

Parte das experiências dos anos 1990 fundava-se em legítimas tentativas de consolidar alternativas viáveis ao modelo econômico de capitalismo de consumo a partir de formas compartilhadas e independentes (Schor, 2014). O objetivo central era o de escapar ao crescente controle das corporações sobre os serviços e relações pessoais, criando espaços que favoreceriam laços de solidariedade e

¹ O Comunalismo surgiu nos EUA ainda nos anos 1960, e sofreu uma expressiva transformação nos anos 1990 ao fundir seus ideais libertários aos do neoliberalismo em ascensão.

despertariam novas formas de interação entre os sujeitos. Consistia numa forma de resistência, ainda que limitada, aos processos de mercantilização da vida que cada vez mais se apresentavam nas esferas individuais e subjetivas. No entanto, essas experiências não foram capazes de resistir à oligopolização do setor de internet e telecomunicações, e foram gradualmente convertendo-se ao modelo de capitalismo de plataformas.

A essa altura, a lógica do relacionamento entre a infraestrutura digital, os avanços na área de internet e telecomunicações e o modelo de exploração capitalista já estavam em vias de enraizamento. Assim, mesmo as experiências mais inovadoras não escaparam da tendência na qual:

[...] a lógica informacional contemporânea se cruza e se confunde com a lógica própria do liberalismo, que aspira, de forma permanente, à conquista de novos mercados, o que transforma o liberalismo num tecnoliberalismo que realiza sua aspiração de não ter entraves ou limites à sua expansão em todos os domínios da vida (Jacob Carlos Lima; Maria Aparecida Bridi, 2019, p.330).

Nos anos 2000, a situação se tornou ainda mais favorável ao desenvolvimento do capitalismo de plataformas, sobretudo pelos contínuos avanços obtidos em matéria de internet, tecnologia da informação e robótica. A edificação de uma formidável infraestrutura digital foi acompanhada pela difusão da telefonia móvel e crescimento do uso internet por cidadãos ao redor do mundo inteiro. Destaca-se o surgimento da *web 2.0*, definida por Schor (2014) como um novo padrão de relacionamento dos sujeitos com a internet, de forma que os usuários passam a ser, também, agentes ativos no processo construção e difusão das tecnologias. Foi a década marcada pelo boom das grandes redes sociais (Orkut, MSN Messenger, Facebook, Twitter), dos navegadores (Internet Explorer, Netscape, Mozilla Firefox, Google Chrome) e da disseminação em grande escala de sites de compartilhamento de informações e conteúdo. Essas tecnologias são elementos importantes na estruturação do atual modelo de capitalismo de plataformas, sendo parte do seu passado recente.

Do ponto de vista do trabalho, ampliou-se a aplicação de formas de subordinação baseadas no gerenciamento remoto e difundiram-se variadas formas de trabalho remoto e virtual, transformando, assim, a própria execução das atividades laborais. Além disso, os oligopólios tecnológicos asseguraram política e economicamente a desregulamentação do setor de internet e das atividades a ela

associadas, sendo capazes de esquivar-se parcialmente das legislações tradicionais sobre trabalho.

Foi nesse período que nasceram as grandes empresas de plataformas as quais interessam diretamente a esta pesquisa, sendo um marco incontornável a criação da Uber, no ano de 2009, no estado da Califórnia (EUA). O modelo de trabalho desenvolvido e implantado pela Uber tornou-se tão famoso e difundido nos anos seguintes que deu origem inclusive ao conceito, amplamente utilizado dentro e fora dos setores acadêmicos, de “uberização do trabalho”. De maneira geral, esse conceito refere-se aquilo que aqui é entendido como plataformização do trabalho, não havendo diferença significativa entre ambos os conceitos.

Nesse sentido, estar-se-ia diante de um novo modelo de exploração da mão de obra e gerenciamento da força de trabalho, que poderia ser equiparado, em extensão e influência, ao que foi o fordismo ao longo do século XX. Na verdade, esse seria justamente o modelo responsável por suplantiar as antigas relações fordistas que na atual etapa do capitalismo são incapazes de garantir aos capitalistas o crescimento de suas taxas de lucro. A plataformização do trabalho seria, dessa forma, o modelo de exploração atualizado que corresponde ao capitalismo de matriz neoliberal.

No final dos anos 2000 e início de 2010, estabeleciam-se as principais empresas de trabalho por plataforma que, nos anos seguintes, transformaram radicalmente o cenário do trabalho em vários países do mundo, incluindo o Brasil. Vale a pena destacá-las, a fim de demonstrar que a proximidade temporal de seu surgimento indica o desenvolvimento de um processo amplo e generalizado de plataformização do trabalho a partir dos anos 2010:

Tabela 1 – Ano de surgimento de plataformas.

EMPRESA	ANO DE FUNDAÇÃO	PAÍS DE ORIGEM
UBER	2009	ESTADOS UNIDOS
IFOOD	2011	BRASIL
DELIVEROO	2013	INGLATERRA
GLOVO	2014	ESPANHA
CABIFY	2011	ESPANHA
99	2012	BRASIL
INDRIVE	2012	RÚSSIA
LALAMOVE	2013	HONG KONG
ZÉ DELIVERY	2016	BRASIL
RAPPI	2015	COLÔMBIA
JAMES DELIVERY	2016	BRASIL
ZOMATO	2008	ÍNDIA
GRUBHUB	2010	ESTADOS UNIDOS
JUST EAT	2001	DINAMARCA
MEITUAN	2010	CHINA
ELE.ME	2008	CHINA
DOORDASH	2012	ESTADOS UNIDOS
LYFT	2012	ESTADOS UNIDOS
DIDI CHUXING	2012	CHINA
OLA CABS	2010	ÍNDIA
BOLT (TAXIFY)	2013	ESTÔNIA
GRABTAXI	2012	MALÁSIA
LOGGI	2013	BRASIL

Fonte: Compilado do autor.²

A tabela acima reforça o marco temporal estabelecido neste trabalho. Como pode ser facilmente observado, há um avanço exponencial no surgimento das plataformas de trabalho a partir do ano de 2010. Também se destaca o fato de haver duas áreas prioritárias para o estabelecimento dessas empresas: o setor de transporte individual de passageiros e o setor de entregas em domicílio (principalmente do ramo alimentício).

² Tabela elaborada a partir de dados disponíveis nos sites das referidas empresas. Dados disponíveis em: <<https://www.doordash.com/>>, <<https://www.loggi.com/>>, <<https://99app.com/passageiro/>>, <<https://www.grab.com/th/en/transport/taxi/>>, <<https://bolt.eu/>>, <<https://www.olacabs.com/>>, <<https://web.didiglobal.com/>>, <<https://www.lyft.com/>>, <<https://www.ele.me/>>, <<https://www.uber.com/br/pt-br/about/>>, <<https://www.ze.delivery/>>, <<https://www.just-eat.co.uk/>>, <<https://www.rappi.com.br/>>, < HYPERLINK "https://www.ifood.com.br/"<https://www.ifood.com.br/>>, <<https://glovoapp.com/>>, <<https://deliveroo.co.uk/>>. Todos acessados em: 20 nov. 2023.

O capítulo seguinte tratará do trabalho realizado por meio de plataformas digitais, destacando elementos da rotina de trabalho que qualificam essas atividades laborais como trabalho precário. Nesse sentido, será reduzido o escopo da abordagem, centrando a reflexão sobre as plataformas que operam no setor de teleentregas, moto frete e *delivery*. Embora muitas das reflexões apresentem um grau elevado de generalidade – podendo ser úteis ao estudo de várias categorias de trabalhadores plataformizados – o objetivo da pesquisa consiste no estudo da realidade laboral de motoboys e ciclo de entregadores plataformizados, sendo necessário um recorte mais preciso para o prosseguimento da discussão.

3 AS PLATAFORMAS DE TRABALHO E O TRABALHO NAS PLATAFORMAS NO BRASIL

Durante o desenvolvimento histórico das plataformas digitais, elas se espalharam de tal forma que passaram a operar em diversos segmentos da vida social, seja ligado a momentos de lazer, descanso, emprego, transporte e até mesmo saúde – como no caso dos avanços recentes na área de telemedicina. Os já mencionados avanços em matéria de internet e infraestrutura digital e a popularização dos serviços de telecomunicação impulsionaram o surgimento de um sem-fim de novas plataformas digitais, cujas finalidades são também incrivelmente variadas.

O capítulo anterior apresentou a trajetória histórica do desenvolvimento das plataformas digitais, suas relações com processos de financeirização da economia e dataficação da sociedade, e, de forma ampla, com o avanço do paradigma neoliberal como modelo de atuação de corporações privadas e do próprio Estado. No presente capítulo, o escopo da abordagem será redesenhado de forma a centrar a discussão sobre o conjunto mais específico de plataformas digitais que está no centro da reflexão: as plataformas de trabalho.

A incrível variedade de plataformas digitais em operação até o momento da realização deste trabalho é um dado importante a ser considerado, pois impõe um importante desafio para sua análise. Torna-se significativamente difícil elaborar tipologias e definições que deem conta de um conjunto tão diverso e que, além disso, sejam operacionais para a análise dos processos sociais em desenvolvimento. Definições muito gerais e abrangentes tendem a agrupar

plataformas de forma a obscurecer distinções importantes, ao passo que aquelas mais específicas e minuciosas acabam por perder de vista o elo entre as partes e o todo. As plataformas não são todas iguais, mas também estão longe de serem singularidades individuais únicas. Como reconhecem De Stefano e Aloisi:

Para começar, navegar pelas definições é uma tarefa complexa quando se trata de descrever formas de trabalho habilitadas digitalmente na chamada 'economia de plataforma', conhecida na linguagem cotidiana também como 'gig-economy' (2020, p.07).

Soma-se a isso a rapidez que caracteriza as transformações em cenários altamente digitalizados, o que aprofunda as dificuldades conceituais na medida em que criá-las passa a ser como "tentar atingir um alvo em movimento". As constantes alterações realizadas pelas plataformas em seus mecanismos de funcionamento e forma de atuação político econômica podem acabar por tornar os esforços tipológicos ultrapassados em pouco tempo, havendo a necessidade de uma revisão constante e permanente.

Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo divide-se em duas partes, sendo a primeira delas debater os conceitos e tipologias mais relevantes de "Plataformas de Trabalho" com base no estudo bibliográfico, de forma a diferenciá-las de outros tipos de plataformas. Serão apresentadas quatro diferentes tipologias, que buscam dividir as plataformas em conjuntos com base em características comuns e que podem ser consideradas como as mais influentes nos estudos sobre plataformização do trabalho e em matéria de produção de regulação pública. Dessa forma, será operada uma importante redefinição do recorte que orienta o trabalho até o momento, passando de uma abordagem das plataformas digitais em geral para uma abordagem centrada nas plataformas de trabalho.

A segunda parte deste capítulo é dedicada à descrição das condições laborais nas plataformas de trabalho sob o ponto de vista da precarização com destaque para a realidade nacional. Com base em importantes pesquisas publicadas nos últimos cinco anos, pretende-se apresentar um quadro geral do trabalho em plataformas digitais no Brasil e discutir seus impactos na formação, organização e atuação política coletiva da classe trabalhadora, lançando mão do conceito de precariado. Trata-se de buscar compreender o espaço ocupado por estes "novos trabalhadores", não apenas na estrutura das classes econômicas, mas também na realidade das disputas políticas centradas no trabalho que se desenvolvem na atual etapa do capitalismo. Para tanto, são comparadas algumas das definições mais

relevantes do conceito de “preariado” (com destaque para os pesquisadores brasileiros), de forma a selecionar aquela mais coerente e capaz de auxiliar na compreensão dos fenômenos em questão.

3.1 Classificando as plataformas

Abordar o tema das plataformas digitais significa, em grande medida, navegar por um vasto oceano de termos, expressões, significados e conceitos que desafiam o pesquisador. Não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também no vocabulário corrente, encontra-se um conjunto bastante amplo de terminologias com poder de ofuscar as interpretações sobre o tema na medida em que seus significados se confundem entre si. A própria comunicação entre os sujeitos sofre com ruídos oriundos dessa proliferação contínua e avolumada de terminologias que dificulta o entendimento. Além disso, muitas das expressões correntes nessa área encontram-se em língua inglesa e sem uma devida tradução para o português.

Termos como *Gig Work*, *GigEconomy*, Trabalho em Plataforma, Trabalho *Just-in-time*, Economia Colaborativa, *Crowdwork*, Capitalismo de Plataforma somam-se a tantos outros na formação de um léxico próprio e de difícil entendimento. Muitas vezes tais termos são apresentados como intercambiáveis (como em De Stefano e Aloisi, 2020) com relação ao significado, em outras são apresentadas distinções radicais entre eles (como em Cristiano Codagnone; Federico Biagi; Fabienne Abadie, 2016) de forma que nem sempre fica claro se de fato é o mesmo tema que está em debate quando se lança mão de cada um deles.

Cristiano Codagnone, Federico Biagi, Fabienne Abadie foram muito felizes ao apontar essa questão quando escrevem:

O uso atual é nebuloso e confuso a ponto de tornar conceitualmente triviais expressões como ‘economia compartilhada’ ou ‘economia colaborativa’. Às vezes é difícil determinar se defensores, oponentes, reguladores e produtores de políticas estão discutindo o mesmo fenômeno (2016, p.13).

À primeira vista essa pluralidade de nomenclaturas parece estar atrelada as constantes transformações ocorridas no setor ao longo das últimas três décadas e já apresentadas na sessão anterior. A passagem de um circuito de plataformas restrito e localmente atuantes para plataformas de grande escopo e larga difusão certamente alterou os sentidos das expressões em questão. Por outro lado, há fortes evidências de que alimentar um vocabulário cada vez mais vasto e confuso seja

também uma estratégia desenvolvida pelas grandes corporações que se estabeleceram no setor e que tiram proveito da confusão terminológica que daí surge.

É nesse sentido que se constitui aquilo que precisamente nomeiam de política retórica das plataformas:

As várias expressões utilizadas para designar estas novas plataformas digitais que correspondem a diferentes grupos de usuários e provedores, agora apropriados por praticantes e partes interessadas, são 'significantes flutuantes' para todos os tipos de atividades diferentes, no que pode ser chamado de política retórica de plataforma (Cristiano Codagnone; Federico Biagi; Fabienne Abadie, 2016, p.13).

Os autores argumentam que tal política retórica visa manter o terreno movediço onde se instalam as plataformas permitindo a elas escaparem de enquadramentos fiscais, legais e trabalhistas convencionais ao mesmo tempo em que obstaculizam a criação de novos enquadramentos. Daí que as plataformas digitais se apresentem majoritariamente ora como empresas de tecnologia ora como empresas de serviços, sempre escapando dos modelos de regulamentação nacionais existentes em cada país.

Essa situação impõe ao pesquisador a tarefa preliminar de estabelecer um marco conceitual preciso e definido que permita navegar por esse oceano lexical sem reproduzir as confusões e obscuridades que o interpelem. No contexto do presente trabalho tal tarefa se mostra ainda mais imperativa visto que seu interesse não repousa sobre a totalidade das plataformas digitais, mas apenas sobre aquelas plataformas que operam como “corretoras de mão de obra” onde o principal bem vendido é a força de trabalho (Eurofound, 2018). No mesmo sentido, o escopo desse trabalho não trata de todos os trabalhadores que em suas rotinas de trabalho interagem com plataformas digitais, mas sim daqueles trabalhadores que têm a plataforma como lócus de controle, instrução e execução da atividade laboral podendo também servir como mecanismo de realização da remuneração.

Para tanto recorre-se a discussão das principais definições do conceito de plataformas de trabalho identificadas durante a fase de pesquisa bibliográfica bem como as tipologias mais importantes encontradas buscando identificar aquelas que melhor se adequam aos propósitos deste trabalho. O objetivo é distinguir as plataformas de trabalho de outros modelos de plataformas e refinar uma definição que permita compreender mais profundamente os fenômenos observados.

Estudar os modelos de classificação é uma atividade teórica de primeira importância, permitindo ao pesquisador precisar a correspondência entre os conceitos abstratos e a realidade concreta e delimitar o universo de sujeitos e agentes estudados. De forma simples: a partir das classificações podemos indicar com mais certeza de que se está falando quando se diz *Plataformas de trabalho* bem como *Trabalhadores de Plataformas*.

Por que é importante realizar essa definição do ponto de vista dos estudos do trabalho? Porque nos ajuda a compreender melhor os atores envolvidos nas disputas entre capital e trabalho, oferecendo maior clareza sobre os agentes que compõem o polo capitalista. A segunda parte deste capítulo trata do polo oposto, o polo trabalhista, onde se agrupam os trabalhadores precários com suas características específicas e posição própria em relação as estruturas sociais, sobretudo as classes sociais.

A pesquisa bibliográfica dá conta da existência de alguns esforços importantes no sentido de definir as plataformas de trabalho e, por consequência, distingui-las de outros tipos de plataforma. Destaca-se quatro trabalhos cujas contribuições são centrais as análises aqui desenvolvidas sendo eles: 1) *The Passions And The Interests: Unpacking The 'Sharing Economy'* (Cristiano Codagnone; Federico Biagi; Fabienne Abadie); 2) “Conceito E Crítica Das Plataformas Digitais De Trabalho” (Murilo Carvalho Sampaio Oliveira; Rodrigo De Lacerda Carelli; Sayonara Grillo); 3) “*Platform Work: Types And Implications For Work And Employment Literature Review* (Eurofound); 4) “*European Legal Framework For “Digital Labour Platforms”* (De Stefano e Aloisi).

Os referidos trabalhos possuem a vantagem de serem também grandes sínteses das discussões teóricas a respeito das plataformas e das possibilidades de classifica-las oferecendo assim um excelente panorama geral. Cada um deles opera uma definição específica de plataforma de trabalho produto das discussões realizadas ao longo dos últimos oito anos, sobretudo nos países do norte global – à exceção do trabalho de Murilo Carvalho Sampaio Oliveira; Rodrigo De Lacerda Carelli; Sayonara Grillo que além de serem autores brasileiros consideram em larga medida as contribuições de pesquisadores nascidos em países da periferia capitalista. Os trabalhos destacados também oferecem tipologias originais uteis para a classificação das plataformas, em especial as plataformas de trabalho.

Começando pela proposta elaborada por Codagnone et al. e publicada em 2016 na qual é apresentada uma visão bastante crítica a respeito do capitalismo de plataformas e supostas oportunidades de desenvolvimento humano e social que ideologicamente tem o acompanhado na última década. Os autores reforçam o argumento de que a utopia de uma economia de compartilhamento voltada a libertação social e movida pela revolta contra a mercantilização da vida – típica da primeira onda comunalista – tem contrastado cada vez mais intensamente com uma realidade marcada por conflitos e controvérsias com predomínio de grupos capitalistas monopolistas e reprodução de processos de precarização:

O conflito entre as “paixões” e os “interesses” é evidente na afirmação de que o compartilhamento “verdadeiro” e “autêntico” e os movimentos colaborativos foram sequestrados e cooptados em a retórica e a campanha de relações públicas de grandes plataformas comerciais, como Uber e Airbnb, para perseguir seus próprios interesses econômicos por meio de estratégias tradicionais de lobby (Cristiano Codagnone; Federico Biagi; Fabienne Abadie, 2016, p.13).

A pesquisa apresentada por Codagnone et al. permite definir as plataformas de trabalho como sendo aquelas plataformas cuja função principal é possibilitar/facilitar/agilizar/flexibilizar a troca de serviços de mão de obra e tempo de trabalho (em geral trabalho não qualificado) por algum tipo de remuneração, sendo diferentes portanto daquelas que disponibilizam/ampliam/aceleram o acesso a bens e capitais. No primeiro grupo encontramos plataformas como iFood, Rappi, Uber, 99Pop ao passo que no segundo operam empresas como Airbnb, Mercado Livre, Amazon.

Os autores propõem uma classificação inicial que diferencia três modelos de plataformas: a) recirculação de bens (mercados de bens de segunda mão e excedentes); b) maior utilização de ativos (mercados de fatores de produção); e c) trocas de serviços e mão de obra (mercado de trabalho) (Codagnone et al., 2016). Embora relativamente limitada e simples essa classificação inicial oferece uma distinção importante a partir da qual será desenvolvida a tipologia proposta pelos autores.

Dois elementos são centrais para a abordagem destes autores: a) o modelo de interação possibilitado pela plataforma (pessoa–pessoa, empresa–pessoa, empresa–empresa); e b) natureza do produto ofertado (prevalência de bens e capital ou força de trabalho).

A abordagem de Codagnone et al. tem a vantagem de organizar as plataformas em um continuum, reconhecendo que as fronteiras entre cada uma delas pode, por vezes, não ser muito precisa. As variáveis selecionadas consideram a força de trabalho como um elemento central o que, sem dúvidas, a faz relevante para o presente trabalho de pesquisa.

Apesar dos méritos, identifica-se um ponto problemático na tipologia apresentada pelos autores no que se refere a classificação das plataformas de trabalho do setor de transporte de passageiros e entregas como plataformas híbridas. É amplamente reconhecido que o principal ativo ofertado nessas plataformas é a força de trabalho com pouca qualificação e, embora motoristas e entregadores utilizem seus próprios veículos para execução das tarefas, não há bens de capital significativos envolvidos e as transações costumam ser hierarquizadas no modelo empresa-pessoa.

A segunda classificação a ser apresentada foi elaborada por De Stefano e Aloisi (2020) e publicada no ano de 2018. Assim como em Codagnone et al. a classificação proposta por De Stefano e Aloisi também parte de uma distinção inicial entre plataformas que oferecem bens e capital e plataformas cujo produto principal oferecido é a força de trabalho.

Em seguida os autores indicam uma definição de plataformas de trabalho que as caracteriza como sistemas que realizam a correspondência instantânea entre demandas por serviços, de um lado, e a oferta de mão-de-obra, de outro, operando formas de contratação mais flexíveis e permitindo redução nos custos de gerenciamento da força de trabalho e de transações econômicas. Destaca-se o argumento dos autores no sentido de que estas plataformas são, em última análise, modelos de negócios e não apenas ferramentas/soluções tecnológicas o que as situa do ponto de vista das disputas entre Trabalho e Capital como agentes situados no polo empresarial.

Nas palavras dos próprios autores:

[...] as plataformas de trabalho permitem que indivíduos, famílias ou empresas que precisam de um serviço contratem um trabalhador que esteja disposto a oferecer a atividade relevante, seja manual ou criativa, sob o pretexto de maior flexibilidade. [...] pode-se traçar um modelo de negócio comum que consiste na correspondência 'instantânea' entre a procura e a oferta de mão-de-obra, facilitada por ferramentas digitais (principalmente aplicações em smartphones e plataformas online) que tornam torna fácil gerenciar uma força de trabalho grande e de 'baixo custo', reduzindo custos de transação, barreiras à entrada e assimetrias de informação (De Stefano & Aloisi, 2020, p.02).

Com relação à tipologia o modelo sustentado tem como base cinco elementos que servem para diferenciar as plataformas de trabalho entre si: 1) dimensão do trabalho (local ou global); 2) modelo da execução (*online* ou *offline*); 3) local da realização do serviço; 4) conteúdo do trabalho realizado; e 5) forma de pagamento. A tipologia proposta é significativamente mais específica do que a primeira abordada neste capítulo, primeiro porque se detém diretamente sobre as plataformas de trabalho (excluindo as de bens, propriedades e capitais) e segundo porque destaca elementos relevantes do ponto de vista do polo trabalhista como a forma de remuneração e o local de execução do trabalho. Assim que essa classificação pode ser considerada mais avançada do que aquela apresentada por Codagnone et al. relativamente ao que tange aos estudos de trabalho em plataformas e trabalhadores plataformizados.

Considerando o universo de pesquisa que orienta o presente trabalho – centrado nas experiências de trabalhadores associados a empresas de entregas – o interesse recai sobre as plataformas que oferecem trabalho sob demanda de maneira *offline*. Os autores dividem essas plataformas entre aquelas situadas no setor de transporte e aquelas no setor de cuidados e serviços domésticos, sendo que as plataformas de entrega estariam no mesmo conjunto das plataformas de transporte.

A essa classificação cabem duas críticas importantes. Primeiramente a distinção entre trabalho *online* e trabalho *offline* parece fazer pouco sentido quando consideramos que a execução das atividades laborais sempre se dá em algum local físico, mesmo quando o trabalhador as realiza em sua própria residência utilizando computadores e sistemas conectados à internet. Ninguém trabalha “na internet”, todos trabalhadores se encontram física e geograficamente situados em alguma localidade, ou seja, embora a entrega do produto do trabalho possa ocorrer por meio virtual *online* o mesmo não pode ser dito a respeito de sua execução. Além disso, trabalhadores classificados como *offline* na verdade tendem a manter uma conexão *online* permanente com as plataformas de trabalho de forma que suas atividades também possuem uma dimensão virtual. Veja-se, por exemplo, o caso dos entregadores que prestam serviços para empresa iFood: como abordaremos em detalhes mais adiante, esses trabalhadores realizam sua rotina de trabalho nas ruas das cidades, estabelecimentos comerciais e residências dos clientes ao mesmo tempo em que sua presença online na plataforma é demanda obrigatória por parte

da empresa e estar logado constantemente é parte essencial da execução das suas tarefas.

Em segundo lugar é preciso ter em mente o contínuo surgimento de plataformas de trabalho que passam a abranger novos setores econômicos e novos mercados de trabalho todos os dias. Isso impõe empecilhos a aplicação dessa classificação no que diz respeito ao conteúdo do trabalho realizado considerando que tarefas criativas, manuais e micro tarefas já não se encontram firmemente divididas entre dimensão global e local. Há um enorme mercado local de micro tarefas em pleno desenvolvimento no Brasil e outros países do mundo, sobretudo no que se refere às plataformas comumente chamadas de “fazendas de cliques”³.

A terceira proposta de classificação das plataformas de trabalho é apresentada por Rebecca Florisson e Irene Mandl (2018) em relatório elaborado para o Eurofound e publicado em 2018. O relatório expõe um panorama geral do trabalho em plataformas digitais na Europa e oferece um modelo para classificação baseado em extenso levantamento bibliográfico. As autoras propõem uma tipologia mais aberta que os apresentados anteriormente sugerindo que as plataformas sejam analisadas com relação a cinco variáveis centrais: 1) local em que o serviço é entregue (online ou fisicamente); 2) processo de seleção/distribuição das tarefas (empresa, consumidor ou trabalhador); 3) qualificação da mão de obra (baixa média ou alta); 4) escala das tarefas (micro tarefas ou projetos); e 5) modelo de correspondência entre oferta e demanda (oferta ou concurso).

O relatório não propõe uma classificação mais detalhada, devendo cada plataforma ser analisada em relação a cada uma das variáveis. Diferente das abordagens anteriores não é apresentada uma tipologia com base nas variáveis que agrupe as plataformas em conjuntos distintos. No entanto, é correto avaliar que as plataformas de trabalho que estão no centro do debate da presente dissertação – plataformas do setor de entregas e *delivery* – poderiam ser classificadas como: plataformas de realização de serviços fisicamente com seleção/distribuição operada pelas empresas ofertando serviços de baixa qualificação para projetos e que atuam com sistemas de correspondência mediante oferta.

³<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2022/05/fazenda-de-cliques-como-funciona-o-esquema-de-compra-e-venda-de-engajamento-nas-redes-sociais.ghtml>

Com relação a definição de plataformas de trabalho o relatório opera com uma definição bastante clara e objetiva. Para as autoras as plataformas de trabalho são aquelas que atuam no sentido de desenvolver:

[...] a uma nova forma de organizar e mediar o trabalho remunerado por meio de plataformas. Os trabalhadores da plataforma são acessados pela internet para resolver problemas específicos ou fornecer serviços em troca de remuneração. A plataforma funciona como um mercado intermediário para tarefas em vários campos (Eurofound, 2018, p.01).

O relatório do Eurofound sustenta uma interpretação na qual as plataformas de trabalho operam como corretoras de mão de obra ou mesmo agenciadoras de força de trabalho, inclusive atuando como empresas empregadoras em vários ramos e setores. Esse é o caso das plataformas do setor de entregas que serão objeto de análise esmiuçada mais adiante.

É importante destacar que o relatório é o único a fazer referência às plataformas utilizadas em processos produtivos e sistemas de controle internos. Essas são aquelas plataformas que estão presentes na rotina de trabalho de muitos trabalhadores, mas que cumprem uma função acessória ao seu labor não sendo propriamente plataformas de trabalho no que tange ao escopo da presente pesquisa.

Finalmente, a última proposta de classificação das plataformas a ser discutida foi construída por Murilo Carvalho Sampaio Oliveira, Rodrigo de Lacerda Carelli, Sayonara Grillo em artigo publicado 2020. O trabalho destes autores é singular porque leva em consideração as outras três abordagens já expostas nesse capítulo e sugere sua própria classificação e definição a partir da análise crítica delas.

Nesse sentido os autores definem as plataformas de trabalho da seguinte maneira:

As plataformas digitais de trabalho seriam modelos de negócio baseados em infraestruturas digitais que possibilitam a interação de dois ou mais grupos tendo como objeto principal o trabalho intensivo, sempre considerando como plataforma não a natureza do serviço prestado pela empresa, mas sim o método, exclusivo ou conjugado, para a realização do “negócio empresarial” (2020, p. 2622).

A partir daí sugerem uma classificação das plataformas de trabalho em dois grupos distintos: 1) plataformas puras; e 2) plataformas híbridas. As plataformas puras são aquelas que operam como um *marketplace* de força de trabalho onde não há uma interferência ou controle ativos da empresa sobre a negociação das partes interessadas (clientes e trabalhadores), ao passo que as plataformas híbridas mesclam elementos de hierarquia e subordinação da mão de obra com elementos

de mercado. Enquanto na primeira estariam plataformas de trabalho com GetNinjas e Contrate Quem Luta – onde os trabalhadores negociam livremente com os clientes os valores da remuneração e condições da execução das tarefas – na segunda estariam plataformas como Uber e iFood – onde o valor dos serviços, condições e outros fatores são determinados unilateralmente pelas plataformas.

Essa tipologia é perceptivelmente mais sucinta do que as anteriores, mas apresenta vantagem de ser facilmente compreendida e aplicada ao estudo de plataformas de trabalho. A definição de plataformas de trabalho compartilha do entendimento de que as plataformas são também modelos de negócios e não simples soluções de tecnologia.

A partir desse debate podemos previamente apartar um conjunto de plataformas e de trabalhadores da avaliação realizada. Eles não encontram espaço em nenhuma das abordagens que baseiam o presente estudo e participam dos processos de plataformização do trabalho por meio dinâmicas que não cabem ser debatidas no escopo desta pesquisa.

Como descrito no capítulo anterior os avanços nas áreas de computação, informática e tecnologia da informação foram muito bem-sucedidos em transplantar suas descobertas para interior dos processos capitalistas de produção e acumulação. O próprio Toyotismo já era uma importante expressão desse processo que combinava de forma eficiente tecnologia e trabalho humano de forma a reduzir custos e maximizar a produtividade (Antunes, 2018). Assim, dados e algoritmos passaram a fazer parte das rotinas de trabalho de um contingente cada vez maior de trabalhadores a partir dos anos 1990 estivessem eles situados nos setores de produção industrial ou no de prestação de serviços na forma de softwares e de automação. Eles cumpriam a função de plataformas, embora muito distintas das que viriam a se popularizar nas décadas seguintes. Partindo da definição de plataformas desenvolvida no primeiro capítulo – ainda bastante ampla e imprecisa – podemos argumentar que esse processo consistia na primeira fase da plataformização do trabalho na qual as plataformas eram ainda esboços rudimentares do que são hoje cumprindo funções de automação interna.

Essas plataformas iniciais consistem em sistemas fechados utilizados pelas empresas com fins de organização e maximização da eficiência no seu próprio interior. Como aponta o relatório Eurofound:

[...] uma plataforma pode ser uma parte interna de uma organização que não é acessível além da própria equipe e que envolve 'clientes' de dentro da organização (como gerentes de linha). Exemplos de plataformas internas de propriedade do empregador incluem soluções de organização de fluxo de trabalho de grandes fabricantes de automóveis e podem incluir sistemas de comunicação interna e instalações para organizar tarefas e armazenar dados compartilhados (2018, p.48).

Esse tipo de plataforma é amplamente utilizado em vários tipos de atividades, porém sua presença não é suficiente para caracterizar a atividade laboral como trabalho plataformizado. O seguinte exemplo pode ajudar a elucidar esse caso: os operadores de caixa em supermercados, tradicional categoria de trabalhadores precarizados no país, costumam ter rotinas laborais permeadas pela interação com plataformas digitais. Desde o ato de registrar a presença em sistemas de ponto eletrônicos, passando pelo sistema automático de registro das mercadorias escolhidas pelos clientes e chegando até a própria transação econômica (pagamento) os operadores de caixa executam suas atividades em contato direto e permanente com as plataformas.

No exemplo descrito acima, embora as plataformas componham a rotina e o ecossistema de trabalho dos profissionais, o papel que desempenham é auxiliar, acessório. Nesses casos não é a plataforma em si que organiza, controla e arregimenta a força de trabalho ela apenas agiliza e acelera mecanismos tradicionais e preexistentes. Ainda de acordo com o relatório Eurofound (2018, p.48) nesses casos o público-alvo “é composta pelos funcionários e a plataforma cria valor ao aumentar a produtividade e o fluxo de trabalho”.

Esse tipo de plataforma e os trabalhadores que com elas interagem em seus espaços de trabalho não compõem o grupo de interesse da presente pesquisa e foram, portanto, separados das avaliações e discussões elaboradas. Também foram apartados aqueles trabalhadores que, inseridos em plataformas de trabalho, realizam atividades de manutenção e operação interna das plataformas como no caso de programadores ou trabalhadores de setores de marketing e recursos humanos por estas não serem as atividades principais das plataformas. Para os propósitos deste estudo um programador que vende seus serviços por meio da plataforma *Amazon Mechanical Turk* é considerado um trabalhador plataformizado (trabalhador de plataforma), ao passo que um programador que opera os sistemas da Uber não o é. Isso porque trabalhar *com* plataformas é distinto de trabalhar *em* plataformas e mais distinto ainda é trabalhar *em plataformas de trabalho*.

Observa-se que esses grupos de plataformas e de trabalhadores não foram incluídos nas tipologias e definições reunidas em nosso arcabouço teórico. Ambos estão concretamente vinculados aos processos de plataformização do trabalho e são também do interesse do campo de estudos que o tem como objeto. Com certeza há um enorme contingente de trabalhadores e um grande volume de força de trabalho empregado para manter as plataformas em funcionamento constante e operacionais que não pode ser de forma nenhuma menosprezado ou ignorado. O trabalho de muitos profissionais é o que mantém sites, aplicativos e outras ferramentas digitais como formas eficientes de produção e acumulação e isso precisa ser reconhecido a despeito da invisibilização imposta pelas empresas. Muitos desses trabalhadores também enfrentam problemas derivados da plataformização do trabalho, embora a experimentem a partir de um prisma a diferente daquele que se pretende abordar nesse estudo.

Há ainda uma última exclusão a ser feita. Há um amplo conjunto de trabalhadores que operam suas atividades autônomas por meio de plataformas digitais, como no caso de comerciantes que anunciam seus produtos e serviços por meio de plataformas de mensagens e redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram, Mercado Livre e tantas outras mais), eles também estão fora do escopo dessa pesquisa.

Isso não significa dizer que este fenômeno deva ser ignorado pelos estudos do trabalho em plataformas digitais e sobre plataformização do trabalho. Esse grupo de trabalhadores também é parte uma dimensão importante dos processos de plataformização do trabalho e, de forma mais ampla, de precarização estrutural do trabalho. De acordo com pesquisa realizada em 2021 pelo Instituto Locomotiva aproximadamente 20% da população adulta brasileira recorreu, entre fevereiro de 2021 e março de 2021, a ferramentas digitais para trabalhar totalizando 32,4 milhões de brasileiros que recebem renda a partir do trabalho utilizando plataformas digitais. A pesquisa ainda apontou quatro grupos de aplicativos como sendo os que concentram a maior parte dos trabalhadores sendo eles: 1) Redes sociais como Facebook e Instagram (34%); 2) Aplicativos de conversa como WhatsApp e Telegram (33%); 3) Aplicativos de transporte como Uber e 99Pop (28%); 4) Plataformas de venda online como Mercado Livre e iFood (26%).

Os dados elaborados pelo Instituto Locomotiva dão conta de demonstrar de forma geral a presença do trabalho humano nas plataformas digitais e o alcance

dessas plataformas dentro do mercado de trabalho, mas não dão atenção específica as plataformas de trabalho. Assim, somam-se indiscriminadamente grupos muito heterogêneos de sujeitos que interagem de alguma forma com plataformas para obter renda desde aqueles que de fato trabalham em plataformas de trabalho até aqueles que apenas as utilizam para oferta de bens e serviços.

Seguindo, a definição que orienta o desenvolvimento teórico da presente dissertação é aquela elaborada por Murilo Carvalho Sampaio Oliveira; Rodrigo De Lacerda Carelli; Sayonara Grillo. Dentre as quatro apresentadas ela é a que melhor situa a interpretação expressa nessa pesquisa e é também mais precisa em termos de encerrar em si tanto a dimensão do trabalho quanto a dimensão político-econômica.

Quanto a classificação das plataformas a situação é diferente. Centrado em uma análise inserida dentro do campo de estudos jurídicos a definição têm mais utilidade para fins de regulamentação e produção de políticas públicas do que para uma distinção entre as múltiplas plataformas de trabalho: se as plataformas são híbridas ou puras diz muito pouco sobre as diferenças que existem dentro de cada categoria, redundando no problema de uma definição ampla demais que agrupa indiscriminadamente agentes distintos em vários aspectos relevantes.

A classificação que melhor atende aos requisitos para uma tipologia útil e eficiente – o fato de serem empiricamente fundamentadas, a utilidade para agrupar semelhanças e diferenças e seu potencial para simplificar o entendimento de uma realidade complexa – inclui elementos das outras três tipologias apresentadas. Assim seis elementos compõe a classificação ideal das plataformas de trabalho: 1) local de execução do trabalho/entrega do serviço (home-office ou local externo); 2) modelo de arregimentação da força de trabalho (seleção ou livre adesão); 3) forma de remuneração (por atividade ou por hora); 4) qualificação da mão de obra (alta, média ou baixa); 5) natureza da interação entre clientes e trabalhadores (pessoa-pessoa ou pessoa-empresa); 6) dinâmica de atribuição/distribuição de tarefas (Leilão ou oferta).

Nesse sentido, as plataformas de entregas observadas em Porto alegre podem ser classificadas da seguinte maneira com relação aos critérios enunciados no parágrafo anterior: 1) execução do trabalho em ambiente externo; 2) sistema de arregimentação de livre adesão; 3) remuneração correspondente por cada atividade realizada; 4) baixa qualificação da mão de obra; 5) modelo de interação pessoa-

empresa; 6) distribuição de tarefas por oferta. Essas características correspondem ao modo de operação das duas principais empresas de entregas na cidade – iFood e Rappi.

3.2 Os trabalhadores de plataforma

A seção anterior tratou de apresentar definições sobre as plataformas de trabalho e sua distinção em relação a outras plataformas cujas finalidades não se ligam à oferta e agenciamento de força de trabalho. Agora, cabe apresentar a realidade laboral nessas plataformas de trabalho e o enquadramento da plataformização do trabalho como um aspecto chave da precarização do trabalho na atual etapa do capitalismo.

No mesmo sentido, o presente capítulo busca definir os trabalhadores das plataformas como parte da camada social do precariado e abordar suas formas de luta e organização coletiva a partir do conceito de padrão de agitação trabalhista tal como apresentado por Beverly Silver (2005) e Rui Braga (2012). Recorre-se ao debate entre diferentes conceitos de precariado com foco nos trabalhos de pesquisadores brasileiros bem como a uma descrição dos aspectos centrais que caracterizam a precariedade laboral dos trabalhadores em plataformas de trabalho.

Embora esse capítulo, assim como o anterior, seja o que mais se aproxima da ideia de um “referencial teórico” optou-se por utilizar uma abordagem distinta da usual: as discussões teóricas perpassam todas as sessões da dissertação e acompanham o surgimento dos debates no decorrer do texto. O objetivo é apresentar as discussões teóricas na medida em que os temas e assuntos são desenvolvidos, evitando condensar toda discussão numa única sessão, o que, do ponto de vista desta pesquisa, poderia conferir certa artificialidade ao produto.

3.2.1 O trabalho nas plataformas: condições precárias e renovação das formas de exploração

A experiência laboral nas plataformas digitais de trabalho chama atenção de pesquisadores e estudiosos do mundo do trabalho há pelo menos uma década, mas foi o recente boom das plataformas que impulsionou a proliferação de produções

acadêmicas sobre o tema. Além disso, o acelerado desenvolvimento do capitalismo de plataformas e as inovações gerenciais e contratuais – muitas delas atualizações de mecanismos de exploração clássicos – traz importantes desafios em matéria de direito do trabalho e regulação trabalhista que conduzem o tema para o centro de importantes debates nacionais.

Boa parte daquilo que se produziu até agora sobre o trabalho nas plataformas digitais diz respeito às condições de trabalho às quais estão submetidos os trabalhadores – notadamente precárias – aos avanços desenvolvidos pelas empresas no sentido de controlar e gerenciar a força de trabalho. Muitos apontam a plataformização e seu modelo laboral como uma tendência que poderia, no limite, alcançar praticamente todos os ramos tradicionais de trabalho e remodelá-los de forma transformar desde os contratos de trabalho até as condições de sua execução prática.

Do ponto de vista da precarização e plataformização destacam-se os trabalhos referência dos autores Rafael Grohmann (2020), Julice Salvagni (2021), Rui Braga (2012), Giovanni Alves (2013), Ricardo Antunes (2018), Ludmila Abílio (2020), Helena Hirata (2011). Os referidos autores brasileiros têm destacada produção na área de trabalho digital e plataformização do trabalho e dão conta das condições de trabalho nas plataformas do Brasil, destacando suas particularidades em relação a outros países – sobretudo aqueles do Norte Global.

De início convém trazer a distinção desenvolvida por Francisco Beckencamp Vargas (2016), na qual se diferenciam duas dimensões da precariedade – do Emprego e do Trabalho. A precariedade do emprego diz respeito aos variados processos por meio dos quais ocorre um progressivo rebaixamento do estatuto social do trabalho, como a expansão dos contratos atípicos e a corrosão dos sistemas de seguridade social e previdenciário. Já a precariedade do trabalho relaciona-se com a degradação das condições próprias de execução das atividades laborais. De um lado tem-se a precariedade tal como se apresenta aos trabalhadores em suas rotinas laborais cotidianas e, de outro, os seus efeitos sobre a regulação pública do trabalho e o conjunto da legislação trabalhista. Certamente, ambas as dimensões se encontram fundidas na realidade concreta, sendo possível separá-las apenas na abstração intelectual.

No mesmo sentido, Graça Druck (2009) nos apresenta um leque ainda mais amplo de dimensões da precarização no intuito também de caracterizar melhor os

processos. De acordo com a autora, pode-se delimitar cinco dimensões da precarização contemporânea do mundo do trabalho, sendo elas:

[...] precarização das formas de mercantilização da força de trabalho; precarização da organização e das condições de trabalho; precarização das condições de segurança no trabalho; precarização das condições de representação e organização sindical; precarização do processo de construção das identidades individual e coletiva (2009).

Enquanto a primeira, a segunda e terceira dimensões apresentadas por Druck ligam-se diretamente à ideia de divisão “Emprego x Trabalho”, a quarta e quinta trazem inovações importantes.

O impacto da precarização nas formas de organização e representação política coletiva dos trabalhadores foi fenômeno observado por vários pesquisadores e ativistas ao longo das últimas décadas, servindo de base para as interpretações que pregavam o fim do sindicalismo e da luta trabalhista como futuros inevitáveis. De fato, mudanças no mundo do trabalho e na própria composição das classes sociais conduzem a transformações na sua morfologia política e incitam atualizações nos padrões de participação coletiva e agitação trabalhista. Adiante, retorna-se ao tema quando da discussão sobre agitação trabalhista.

A precarização também aparece como elemento determinante na constituição das identidades dos indivíduos e dos grupos sociais, ela é constitutiva dos processos de subjetivação. Considerando que o trabalho é atividade social fundamental para a classe trabalhadora, e que a essa atividade se destina a maior parte do tempo e da energia dos trabalhadores, é lógico pensar que as condições dessa atividade vão, paulatinamente, influenciando as formas de ser, de viver e de pensar dos trabalhadores. Essa questão foi perfeitamente abordada por Henrique Weiss em seu trabalho sobre os entregadores de Porto Alegre, o qual teve como centro de discussão as lutas e resistência calcadas na identidade. Aqui, poder-se-ia falar de uma precariedade existencial, para retomar a ideia expressa por Alba Maria Pinho de Carvalho (2014).

Mas como exatamente enquadrar o trabalho dos entregadores de plataforma nessas categorias? A resposta a essa pergunta requer uma exposição detalhada, mas breve, do trabalho realizado pelos sujeitos entregadores na cidade de Porto Alegre. Para tanto, recorre-se tanto à revisão bibliográfica e às observações de campo originais realizadas ao longo da pesquisa.

3.2.1 Precarização das formas de mercantilização da força de trabalho

A expansão dos contratos de trabalho atípicos – que fogem ao padrão formal e regulamentado – tem sido acelerada pela plataformização do trabalho. O uso do modelo de negócios plataformizado e das ferramentas digitais têm permitido arregimentar trabalhadores em grande escala de forma mais rápida que o modelo de contratação tradicional e os submete a contratos que, em vários sentidos, desafiam as legislações trabalhistas vigentes.

Ocorre um duplo processo no qual as plataformas digitalizam o trabalho precário e informal, por um lado, ao mesmo tempo que informalizam setores tradicionais, por outro. No caso do setor de entregas, a chegada das plataformas agrupou nos grandes aplicativos milhares de trabalhadores que já operavam de maneira informal e precária, organizando, controlando e vendendo de forma mais eficiente a sua força de trabalho. No mesmo sentido, aqueles motoboys que tinham contratos formais de carteira assinada também viram seus empregos em risco na medida em que os custos operacionais das plataformas se tornavam cada vez mais atrativos para os estabelecimentos comerciais que passaram a renunciar a *motoboys* e ciclo–entregadores fixos para firmar contratos com empresas como iFood, Rappi e UberEats.

O modelo de contratação utilizado pelas plataformas observadas ao longo da pesquisa consiste, basicamente, no preenchimento de um questionário com os dados de identificação e os dados bancários do candidato a entregador e no envio de fotos dos respectivos documentos de identidade e carteira de motorista (no caso dos entregadores de motocicleta). Nesse mesmo momento, o candidato deve aceitar os termos de uso e de compromisso com a plataforma os quais contém vários dispositivos arbitrários, cláusulas abusivas e busca afastar as empresas de qualquer responsabilidade trabalhista. Os contratos apresentam os trabalhadores sob eufemismo tradicionais como “parceiro”, “colaborador” e “associado” na tentativa de classificar seu trabalho como um modelo de emprego autônomo.

Esse modelo, amplamente questionado juridicamente e politicamente, impede o acesso dos trabalhadores a direitos trabalhistas e previdenciários e, em última instância, faz deles trabalhadores informais sem qualquer vínculo reconhecido legalmente com as plataformas. Por outro lado, as empresas se isentam dos custos decorrentes de direitos trabalhistas e burlam a atual regulamentação do trabalho em

questões de tempo máximo de jornada, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, férias e todo tipo de benefício decorrente do contrato formal de trabalho. É nesse sentido que se fala sobre uma desregulamentação do trabalho em plataformas digitais no Brasil: não é apenas a necessidade de nova legislação, mas que se obrigue as empresas a respeitarem aquela que já existe.

A exemplo disso tem-se a Lei nº12.009, aprovada em julho de 2009 e que estabelece as diretrizes para o trabalho dos motofretistas e motoboys no país. A Lei foi elaborada após longo debate em mesa tripartite reunindo governo, setor patronal e sindicatos – inclusive o Sindimoto/RS teve participação ativa na mesa enviando o atual presidente como um dos representantes da categoria para a mesa de negociações – e foi uma vitória expressiva dos setores trabalhistas na regulamentação da profissão e conquista de direitos. As plataformas têm sistematicamente ignorado a referida Lei e atuado como se houvesse um vácuo regulatório, quando na verdade o que ocorre é uma sistemática omissão dos poderes públicos responsáveis.

Essa omissão não é um fenômeno aleatório, mas sim fruto de uma agressiva política das grandes corporações que investem alto no *lobby* e em estratégias de *dumping* social. O caso dos “*Uber files*” – arquivos da Uber – demonstra como a empresa agiu em vários países do mundo para impor seu modelo de contratação e emprego sobre as formas tradicionais. Investiram-se pesadas somas em campanhas políticas, agências de publicidade e honorários advocatícios para garantir que as empresas pudessem escapar das suas obrigações legais (trabalhistas, fiscais etc.).

Essa situação foi verificada em todas as plataformas de entregas identificadas na cidade de Porto Alegre. O caso do iFood destaca-se nesse sentido, porque a plataforma possui duas modalidades de contratação: nuvem e operador logístico (OL). Na primeira modalidade o entregador tem ligação apenas com a plataforma e é relativamente livre para escolher horários e locais de trabalho (embora as empresas tenham mecanismos para determinar essas escolhas), enquanto na segunda ele fica vinculado a uma empresa terceirizada que determina seus horários e locais de atuação diários.

Em todos os casos o que se identifica é o aprofundamento de tendências de precarização do emprego que já se desenvolviam em períodos anteriores ao boom das plataformas digitais, como a radicalização da terceirização e da pejetização do

trabalho. As empresas transferem assim os riscos e responsabilidades de suas atividades econômicas para outras empresas secundárias ou mesmo diretamente para os trabalhadores individualizados. Cria-se um cenário onde os trabalhadores têm todas as obrigações, mas nenhum direito.

Aqueles trabalhadores que não contribuem através da modalidade de Microempreendedor Individual (MEI) para a previdência não têm computado seu tempo de trabalho nas plataformas para cálculo de aposentadoria e não podem acessar benefícios de seguro-desemprego nem auxílio via INSS (nos casos de acidente e afastamento temporário). A pesquisa identificou que apenas uma minoria dos entregadores possui MEI, estando a maior parte totalmente alheia aos sistemas previdenciário e de seguridade social.

No mesmo sentido, os entregadores plataformizados estão totalmente apartados dos benefícios das convenções coletivas da categoria e, inclusive, boa parte deles desconhece seu direito a receber das empresas auxílio alimentação, transporte e para locação de veículos. O rendimento dos trabalhadores segue a mesma lógica, não havendo respeito das plataformas a sistemas de rendimentos mínimos. Os trabalhadores saem de casa para trabalhar sem saber se conseguirão atingir patamares mínimos para manter sua sobrevivência diária, dado que recebem apenas por cada entrega realizada: é comum que trabalhadores fiquem sem receber pedidos por horas e, nesses casos, não recebem nada pelo tempo que ficaram à disposição das empresas, embora tenham que arcar com custos de transporte e alimentação.

3.2.2 Precarização da organização e das condições de trabalho

Com relação à organização do trabalho, os elementos que mais chamaram a atenção de pesquisadores nos últimos anos foram o gerenciamento algorítmico da força de trabalho e a acelerada individualização e atomização dos trabalhadores em contextos plataformizados. Do ponto de vista das formas de exploração da força de trabalho, essa pode ser considerada uma das grandes marcas inovadoras do capitalismo de plataformas.

A mediação algorítmica expressa o elevado nível de digitalização do gerenciamento da mão-de-obra que se baseia na coleta constante e massiva de

dados de todos os atores envolvidos nos processos de compra e venda executados nas plataformas (clientes, trabalhadores, estabelecimentos comerciais, empresas de *marketing* etc.). Conhecendo em detalhes e acompanhando em tempo real as movimentações de oferta e demanda de serviços e mão-de-obra as empresas conseguem executar um modelo de trabalho *just in time*, reduzindo custos operacionais e maximizando a exploração dos entregadores.

Nesse sentido, muitos dos trabalhadores expressaram uma percepção negativa sobre o uso dos algoritmos por parte das empresas – em mais de uma conversa foi afirmado por entregadores que a sensação era de que se encontravam em situação de “escravidão digital/virtual”. O controle algorítmico das empresas é bastante potente e muito pouco transparente, o que levanta suspeitas variadas por parte dos entregadores. Ao mesmo tempo, essa mediação algorítmica cria uma sensação ambígua de malícia e neutralidade com relação aos interesses econômicos das empresas: o algorítmico decidiu isso sozinho? ou foi programado para isso? sua programação é prejudicial ao trabalhador ou pode ser benéfica?

A digitalização do trabalho também serve para reorganizar o trabalho do ponto de vista de sua execução, transformando os locais de trabalho e as relações entre trabalhadores e empresas. Embora tenham muitos trabalhadores realizando entregas para elas, as plataformas não têm sede própria na cidade de Porto Alegre e o único meio de contato com elas é por canais virtuais de comunicação. A empresa é, ela mesma, um espaço virtual e os trabalhadores não frequentam nenhum local oficialmente apresentado como um local de trabalho – todo e qualquer lugar pode tornar-se local de trabalho incluindo praças, canteiros, bares, restaurantes, pontos de apoio etc.

Um impacto interessante disso na ação política é que torna impossível recorrer aos meios tradicionais de ocupação da empresa pelos trabalhadores e exige deles criatividade para atualizar as estratégias. Foi daí que surgiu a ideia de “brecar os apps”, ou seja, travar o funcionamento das plataformas ao bloquear sistemas físicos e virtuais da empresa de maneira estratégica. Assim, em várias paralisações os trabalhadores buscaram fechar as praças de alimentação de shopping centers, avaliar negativamente as plataformas em redes sociais e lotar os sistemas com pedidos falsos para tentar congestionar os aplicativos.

No mesmo sentido, o gerenciamento plataformizado da força de trabalho promove uma progressiva individualização dos trabalhadores que já não

compartilham locais de trabalho e se veem constantemente obrigados a competir entre si por entregas. A ideia de uma coletividade de trabalhadores, que se encontra regularmente em locais de trabalho comuns, vai sendo desgastada e impõe-se um cenário de “cada um por si” que prejudica o desenvolvimento de laços de solidariedade de classe e reconhecimento comum. No entanto, como será demonstrado no capítulo 4, essa individualização tende a perder força na medida em que os entregadores percebem a necessidade de organização e ação coletiva para enfrentar de forma eficiente o polo patronal e exigir a satisfação de seus interesses econômicos e políticos. Ao longo da pesquisa participativa pode-se observar na prática a insuficiência das ações individuais e como elas conduzem os trabalhadores a alternativas cada vez mais coletiva – a lógica do empreendedor de si mesmo não sobrevive aos momentos de agudo conflito trabalhista onde os polos patronal e trabalhista tendem a se desenhar de forma mais bem acabada.

A falta de responsabilização das empresas sobre os trabalhadores também permitiu que as condições de trabalho dos entregadores fossem alteradas significativamente de forma prejudicial. Assim, observa-se uma piora propiciada pela plataformização do setor de entregas que atinge os seguintes elementos da rotina laboral: a) Extensão das jornadas de trabalho; b) Desproteção em casos de acidentes de trabalho; c) Falta de acesso a locais apropriados de descanso, alimentação e uso de banheiro; d) Transferência dos custos das falhas para os entregadores (que acabam pagando por erros no sistema ou falhas de clientes e estabelecimentos); e) Possibilidade de sofrer bloqueio/banimento unilateral por parte das empresas sem direito de resposta ou justificativa plausível, afastando temporária ou definitivamente o trabalhador de sua fonte de renda; f) Inexistência de intervalo destinado a descanso e alimentação; g) Uso de equipamentos de trabalho improvisados (mochilas térmicas, celulares, uniformes etc.).

3.2.3 Precarização das condições de segurança no trabalho

Essa dimensão da precarização do trabalho pode ser dita como aquela que mais direta e imediatamente coloca em risco as condições de vida dos trabalhadores do setor de entregas. A transferência dos riscos da atividade econômica das empresas para os trabalhadores implica em aprofundar a exposição daqueles que

vivem do trabalho a situações degradantes e que põem em risco sua integridade física.

Trabalhando diariamente no trânsito das grandes cidades, os entregadores estão permanentemente sob risco de sofrerem acidentes de trabalho que, potencialmente, podem levar à morte. A pesquisa identificou que a maioria esmagadora dos trabalhadores contatados pelo pesquisador já haviam sofrido acidentes durante suas jornadas de trabalho que variavam de graves atropelamentos a quedas de baixo impacto. Todos eles afirmaram não terem recebido nenhum tipo de indenização das plataformas, muito menos auxílio econômico durante o período, o que os forçou a permanecer trabalhando mesmo lesionados. A quase totalidade dos acidentes não é sequer registrada ou contabilizada em nenhuma estatística oficial e os trabalhadores não possuem acesso a recursos de seguridade social.

A situação é agravada pela omissão das empresas que não fornecem os equipamentos de proteção individual necessários para realização do trabalho (capacetes, coletes, cotoveleiras, caneleiras, sinalizadores) e não realizam nenhum tipo de instrução para aqueles que nele ingressam. Assim, centenas de motoboys e ciclo-entregadores passaram a realizar entregas em Porto Alegre sem terem recebido nenhum tipo de treinamento sobre como circular em meio ao trânsito e utilizando veículos impróprios. No caso dos motoboys, vários trabalhadores contatados alegaram que muitas vezes precisam deixar de lado a manutenção do veículo para poderem pagar as contas da casa, ou seja, a renda obtida no trabalho não é suficiente para realizar a devida manutenção dos veículos. Isso traz uma piora significativa nos riscos de saúde e de vida para uma categoria que já registra um número expressivo de acidentes – das mais de 190 mil lesões de trânsito registradas em 2020, 61% envolviam motociclistas.

A situação é precária também entre os entregadores ciclistas, os quais estão ainda mais expostos aos riscos do trânsito. Pedalando em meio a carros, ônibus e caminhões, esses trabalhadores utilizam bicicletas pouco preparadas e não costumam utilizar os equipamentos de proteção individual. Na falta de fornecimento de equipamentos pelas empresas, os trabalhadores investem por conta própria em equipamentos de qualidade e procedência duvidosos na tentativa de garantir condições mínimas de segurança. As empresas também não fornecem itens de

consumo imediato como protetor solar, cujo uso ajuda a prevenir câncer e outras doenças de pele, devendo ser comprado pelo próprio trabalhador.

Nas duas categorias a imposição de prazos para a realização das entregas é fator de aumento do risco. Na tentativa de atrair os consumidores as plataformas anunciam entregas rápidas (em até dez minutos, diz um anúncio da Rappi), e impõem aos trabalhadores que sigam os prazos cada vez mais curtos – incentivando assim excessos de velocidade e a imprudência no trânsito que podem levar a graves acidentes de trabalho.

Somam-se a esses riscos à saúde do trabalhador outros tantos derivados da intermitência do trabalho, da falta de segurança pública e do esgotamento físico causado por jornadas extenuantes. Estando sempre à disposição da empresa para realizar entregas os trabalhadores têm dificuldade em reservarem um espaço de tempo adequado para realizar refeições e ir ao banheiro e acabam alimentando-se em horários pouco usuais (no ponto de apoio iFood Pedal a maior parte dos entregadores almoçava às 16h) e retendo suas necessidades fisiológicas durante longos períodos. Os efeitos nocivos à saúde do trabalhador, nesse caso, tendem a se expressar no longo prazo – doenças gastrointestinais e urinárias – e é importante acompanhar os impactos gerais do modelo de gestão plataformizada sobre a saúde dos trabalhadores.

As longas jornadas, muitas vezes extrapolando 12h diárias, também levam paulatinamente ao esgotamento do corpo e da saúde dos trabalhadores e aumentam os riscos a que esses sujeitos estão expostos dado que acidentes de trânsito tendem a ocorrer com mais facilidade quando os condutores estão cansados, desatentos e sonolentos. Sem realizar tempo de descanso adequado, muitos dos entregadores acabam desenvolvendo lesões por esforço repetitivo que atingem joelhos, tendões e pulsos – para citar as mais diretamente atingidas. No caso mais marcante registrado um entregador ciclista vinculado a plataforma iFood realizava jornadas de trabalho de mais de doze horas diárias e, morando fora de Porto Alegre, preferia dormir no saguão de espera de uma emergência médica localizada no centro da cidade para, assim, poder retomar o trabalho logo nas primeiras horas do dia.

No que diz respeito a segurança pública chama atenção a percepção dos entregadores sobre sua vulnerabilidade a assaltos e outras violências, sobretudo quando realizam entregas em bairros da periferia e em horários de pouca circulação

nas ruas. Assim, vários dos relatos acessados durante a pesquisa davam conta de entregadores cujo maior medo era o de terem seus veículos roubados e, por conta disso, terem de se ausentar do trabalho – ficando sem renda durante a ausência. No caso dos entregadores que realizam a locação dos veículos há ainda o medo de ficarem com dívidas de grande valor junto às empresas locadoras que exigem do trabalhador o pagamento pelo veículo extraviado, mesmo após apresentação de boletim de ocorrência ou outros documentos policiais.

Finalmente, cabe ressaltar os riscos à saúde mental aos quais estão expostos os entregadores. Enquanto trabalhadores precários, os entregadores experimentam cotidianamente situações de desrespeito, preconceito e humilhação que os impactam psicologicamente e podem levar ao adoecimento dos trabalhadores. Depressão, ansiedade e pânico foram sensações relatadas por trabalhadores com frequência ao longo da pesquisa de campo e trabalhos futuros devem explorar com mais profundidade seus impactos.

3.2.4 Precarização das condições de representação e organização sindical

Os desdobramentos da plataformização do trabalho têm demonstrado um desafio de grande envergadura para os movimentos e instituições sindicais em todo mundo. Mais do que isso, o conjunto das formas de organização, participação e representação coletivas vem sendo transformado – em maior ou menor medida – pela crescente digitalização e controle algorítmico exercido pelas grandes corporações, não limitando-se o fenômeno apenas ao sindicalismo.

Sobre essa temática entende-se que ocorrem uma série de processos, praticamente simultâneos, que minam progressivamente o poder das organizações coletivas e dificultam o desenvolvimento de formas tradicionais de agitação e organização política coletivas: o avanço de uma política antissindical radical e agressiva por parte das empresas, as transformações na organização da força de trabalho, o desgaste das instituições tradicionais de representação (partidos, sindicatos, associações).

Por um lado, as empresas empregam estratégias agressivas de combate à organização coletiva e sindical dos trabalhadores plataformizados, buscando desarticular movimentos grevistas e desacreditar lideranças trabalhistas e

entidades de caráter sindical. Essas práticas vieram à tona em 2022 quando da publicação da investigação jornalística internacional *Uber Files* (arquivos da Uber) que revelou esquemas de *lobby*, espionagem e violência contra trabalhadores organizados levadas a cabo pela Uber em vários países do mundo incluindo França, Rússia e Brasil (The Guardian, 2022). Com relação ao setor de entregas o caso mais chamativo é justamente o do iFood cujas práticas antissindicais foram largamente registradas na reportagem “A máquina oculta de propaganda do iFood” (Levy, 2022), divulgada pela rede de notícias Agência Pública, e incluíam a contratação de agências de publicidade para atacar movimentos grevistas e enfraquecer lideranças dos trabalhadores – como no caso de Paulo Galo, líder do coletivo Entregadores Antifascistas.

Por outro lado, os movimentos e instituições tradicionais têm demonstrado pouca habilidade – ou mesmo interesse – em desenvolver uma política voltada para os trabalhadores plataformizados e que busque adequar suas formas de agitação e organização tradicionais às novas necessidades. Aqui entra a “crise do sindicalismo”, tão discutida no interior da sociologia do trabalho e dos movimentos trabalhistas ao longo dos últimos trinta anos. Tal como argumenta Silver (2005), as transformações nos processos de produção e acumulação capitalista reduziram a capacidade das instituições sindicais de fazer valer seus interesses em processos de negociação coletiva (poder de barganha) ao mesmo tempo em foram dificultando a mobilização massiva das categorias profissionais. O polo mais extremo dessa interpretação argumentava ainda que haveria uma crise da própria classe trabalhadora, que já não seria mais capaz de se apresentar como ator protagonista das mudanças sociais (Standing, 2014).

De fato, o desgaste sofrido pelas instituições sindicais e outros movimentos centrados no trabalho tem sido largamente identificado por pesquisadores e ativistas e é reforçado pela queda nas taxas de filiação sindical identificada nos últimos anos, assim como a relativa rejeição à organização coletiva expressa por uma parcela dos trabalhadores plataformizados. Do ponto de vista da presente pesquisa entende-se que estas interpretações têm potencial explicativo limitado e foram parcialmente refutadas ao longo do estudo.

Primeiramente porque, como será demonstrado em capítulo posterior, o sindicalismo e as instituições sindicais seguem sendo os principais agentes mobilizadores e organizadores dos trabalhadores mesmo em cenários

plataformizados, na verdade há todo um processo de descoberta do sindicalismo por parte dos entregadores. Em segundo lugar a emergência de movimentos de entregadores em várias regiões do país – assim como em vários outros países da América Latina – caminha a passos largos para o desenvolvimento de formas sindicais adaptadas para cenários plataformizados, ou seja, os entregadores de aplicativo descobrem e criam um novo tipo de sindicalismo simultaneamente.

Assim, embora a precarização atinja as formas de organização e participação trabalhistas coletivas, ela não é capaz de destruir totalmente as instituições sindicais e anular seu poder de mobilização e atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores. Mais do que isso, as condições precárias de trabalho e emprego colocam os trabalhadores em situações tão dramáticas que não há saídas além da luta coletiva.

3.2.5 Precarização do processo de construção das identidades individual e coletiva

A quinta e última dimensão da precariedade abordada neste texto diz respeito aquilo que se poderia nomear de “precariedade existencial”, ou seja, a forma como a precariedade laboral marca expressivamente os processos de subjetivação dos trabalhadores. O argumento central diz que as identidades coletivas e individuais passam a ser, na atual etapa do capitalismo de plataformas, moldadas pelo signo neoliberal da insegurança social com efeitos nocivos aos trabalhadores e à própria classe trabalhadora como um ator coletivo.

Vale explicar esse processo um pouco mais detidamente. O capitalismo de plataformas, inserido no bojo de uma globalização neoliberal, tem contribuído ativamente para que os processos de subjetivação dos trabalhadores sejam marcados por sentimentos e experiências de vida negativas. Essas experiências influenciam diretamente os modos de ser e de se relacionar dos sujeitos que vivem do trabalho nas plataformas e contribui para mantê-los em situações de permanente esgotamento, sofrimento e impotência. Isso impacta também a formação de identidades coletivas e, por consequência, as formas de organização e participação coletiva desses sujeitos.

A plataformização do trabalho promove uma anulação dos sujeitos, no sentido de que suas identidades passam a ser determinadas pela negação. Aos

entregadores é negado o reconhecimento legal de seu trabalho, são negados também seus direitos trabalhistas, são negadas condições dignas e justas de trabalho e assim por diante – como muito bem explorado no trabalho de Henrique Weiss (2022). Cria-se uma situação de permanente insegurança social, uma insegurança crônica. A insegurança crônica deriva da instabilidade, ou mesmo ausência, dos vínculos empregatícios, da individualização das relações sociais e de trabalho, da fragilidade ou inexistência de seguridade social e da corrosão, em maior ou menor grau, dos diversos tipos de suportes que garantem a existência material e subjetiva dos trabalhadores (família, engajamento coletivo, organizações sociais e políticas etc.) (Paugam, 2003). A dimensão da ação coletiva, que mais interessa nesta pesquisa, é profundamente condicionada por estes elementos que transpõem obstáculos para a organização e atuação política do precariado.

As plataformas incentivam a competição constante entre os trabalhadores por tarefas ao mesmo tempo em que os bombardeiam cotidianamente com um vasto conjunto de materiais cuja comunicação nitidamente busca reforçar valores e interpretações neoliberais sobre o trabalho. A ideia de que o entregador deve ser um “empreendedor de si mesmo” é o pano de fundo da maior parte dos materiais publicitários das plataformas observadas na cidade – o que destaca o papel das plataformas como meios de comunicação (Grohmann, 2020). Vende-se aos trabalhadores a ideia de que seu esforço e dedicação máximos poderão levá-los a ganhos elevados, que poderão eles mesmos gerenciarem sua força de trabalho e, com muito empenho, poderiam até tornar-se patrões ao abrir seus próprios negócios.

Fragiliza-se, assim, a própria ideia de profissão e de pertencimento a uma categoria ao operar uma acelerada rotatividade dos trabalhadores e propagar constantemente a interpretação de trabalho temporário – popularmente chamado “bico”. Ser entregador é viver sempre numa situação de transitoriedade onde é difícil dizer que se “é” entregador senão que se “está” entregador. Os bloqueios e sanções das plataformas, as punições e os desligamentos realizados pelas Operadoras Logísticas reforçam a insegurança do trabalho do qual se pode ser expulso a qualquer momento.

Esse processo é potencializado pelos sistemas de score aplicados pelas plataformas, que premiam determinados comportamentos e punem outros de forma a disciplinar os entregadores. A grande diferença aqui é a *gameificação* do trabalho,

que busca transmitir aos sujeitos a impressão (ou simular a sensação) de que estão envolvidos em uma espécie de jogo no qual competem com os demais para alcançarem o primeiro lugar. Assim, a fratricida competição por entregas passaria a ser interpretada pelos trabalhadores de forma lúdica e descontraída, fortalecendo o individualismo nas relações e quebrando os tradicionais laços de solidariedade entre membros de uma mesma categoria profissional (Krein, 2018; Galvão, 2019).

No mesmo sentido, identifica-se que os entregadores plataformizados experimentam uma realidade marcada por carência de futuridade e dificuldades para distinguir as fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal/familiar. Carência de futuridade, como bem abordado por Giovanni Alves (2013), diz respeito a crescente dificuldade ou mesmo incapacidade de planejar a vida a médio e longo prazo, de colocar em prática projetos que demandem tempos e recursos contínuos e que não possam ser simplesmente descontinuados devido seus altos custos.

Aqui se incluem o famoso “sonho da casa própria”, investimentos em educação e aperfeiçoamento profissional, reformas domésticas, viagens de lazer e tantas outras atividades que demandam estabilidade no emprego e estabilidade de rendimentos. Um único acidente de trabalho que impeça o entregador de trabalhar pode levar por água abaixo os planos de concluir um curso técnico ou de comprar uma motocicleta nova, dado que a renda do trabalhador passa a ser zero durante o período parado – não podendo recorrer a seguro-desemprego, auxílios previdenciários ou seguros fornecidos pelas empresas.

No que diz respeito a divisão entre trabalho e tempo livre o que mais se destaca é a intermitência do trabalho. Nem sempre há tarefas a serem executadas e os entregadores precisam aguardar longos períodos até que seja enviado um pedido para que entreguem. Nesse momento ele está liberado do trabalho e não recebe nada, mas na verdade ele precisa ficar disponível para a plataforma mantendo-se sempre numa situação de permanente espera.

Caso o trabalhador se engaje em outra atividade (como almoçar, por exemplo) ele pode ser surpreendido com um pedido e ser obrigado a deixá-la de lado e retornar ao trabalho. Isso porque rejeitar muitas tarefas ou desligar o aplicativo durante períodos de alta demanda (como no horário do almoço) pode levar a punições, bloqueios ou até expulsão da plataforma, o que seria equivalente a uma demissão sumária. Aos poucos, trabalho e tempo livre misturam-se e confundem-se. É nesse sentido que os entregadores de aplicativo entrevistados por Weiss (2019)

se diziam satisfeitos ao encontrarem um trabalho que era ao mesmo tempo fonte de renda e prática esportiva, sem dar-se conta que essa mistura é nociva a longo prazo. Alba Maria Pinho de Carvalho apresenta uma boa síntese da discussão até aqui:

Concretamente, homens trabalhadores e mulheres trabalhadoras vivenciam a precarização laboral e a precarização da própria existência, comprometendo a saúde, a perspectiva de vida e a inserção na totalidade das relações sociais. O sofrimento no trabalho, sob múltiplas formas, leva ao adoecimento físico e mental, com doenças características da epidemiologia laboral. Neste contexto da maquinofatura, a produção do Capital torna-se totalidade social e o estranhamento que, antes só ocorria no trabalho, adentra o campo do lazer (2014, p.229).

Por outro lado, é correto ressaltar que, entre os entregadores contatado ao longo da pesquisa, há uma intensa valorização da liberdade e da flexibilidade do trabalho como já havia sido identificado por Weiss (2022). Os trabalhadores argumentam de forma recorrente que o modelo de trabalho plataformizado traz a eles benefícios no que diz respeito a autogestão da sua jornada de trabalho e a não submissão hierárquica a uma gerência ou chefia e, nesse sentido, eles absorvem parcialmente e de forma contraditória os valores e visões neoliberais sobre trabalho e emprego. Mas estão errados os trabalhadores em valorizar esses elementos? Isso faz deles sujeitos neoliberais?

Esse último questionamento parece estar no centro das discussões sobre a dimensão existencial da precarização do trabalho e foi abordado de forma bastante esclarecedora no trabalho de Karol Morales Muñoz (2020) intitulado *“La valoración de la flexibilidad y la libertad en el trabajo en apps ¿Los trabajadores de plataforma son sujetos neoliberales?”*. Nesse texto Karol Muñoz discute a reorganização dos processos de produção e acumulação capitalistas sob o signo da flexibilização e a progressiva corrosão das fronteiras entre o mundo do trabalho e as outras dimensões da vida social dos sujeitos trabalhadores.

De acordo com a perspectiva deste trabalho, entende-se que a resposta para a pergunta “os trabalhadores de plataformas são sujeitos neoliberais?” deve ser negativa. Embora a ideologia neoliberal as atualizações nos processos capitalistas impactam a formação das subjetividades dos trabalhadores, elas não são capazes de anular o conflito trabalhista que emerge – cada vez com mais força – em praticamente todos os lugares onde a plataformização do trabalho alcançou dimensões expressivas. Isso porque fica cada vez mais difícil convencer os entregadores de que eles são “seus próprios patrões” em cenários em que a

autonomia dos trabalhadores é somente discursiva: embora seja apresentada pelas empresas a tentadora ideia de que é possível gerenciar o próprio trabalho, o dia a dia nas plataformas de entrega demonstra que todo o poder de decisão se encontra concentrado nas mãos das plataformas.

Assim, não demora muito para que os discursos empreendedores deem lugar a virulentas revoltas de caráter trabalhista que culminam em atos de protesto nos quais as empresas são denunciadas e a precariedade laboral nas plataformas exposta e contestada pelos trabalhadores. A realidade laboral – material e concreta – a qual os trabalhadores estão submetidos faz com que a dominação ideológica neoliberal seja sempre instável e necessite ser reafirmada constantemente – como no trabalho dos influenciadores digitais que fazem propaganda do modelo plataformizado de trabalho. Em síntese: é muito difícil acreditar que se é um empresário (empreendedor ou o que seja) quando a realidade material é marcada pela precariedade – como posso ser um empresário se não recebo sequer o suficiente para sustentar minha família?

É nesse sentido que muitos dos trabalhadores com quem se manteve contato durante a pesquisa participativa foram gradualmente alterando suas percepções sobre o trabalho nas plataformas conforme o tempo passava e iam sendo acumuladas experiências laborais marcadas pela exploração. Como sustenta Giovanni Alves (2013), o trabalho como elemento vivo dos processos de produção nunca é totalmente suprimido pela ideologia burguesa, na verdade ele representa o elemento capaz de contestar e alterar a lógica de funcionamento ao dar-se conta que seus interesses e necessidades estabelecem relação antagônica com aqueles referentes ao polo patronal da relação de trabalho.

4 ENTREGADORES, PRECARIADO E CLASSE SOCIAL

O conjunto das discussões até aqui voltou-se para a classificação das plataformas de trabalho e discussão das diferentes dimensões de precarização do trabalho que atingem os entregadores plataformizados. Ainda resta explorar um pouco mais a fundo a relação entre entregadores e precariado e levantar alguns argumentos a respeito da participação e organização coletiva desses trabalhadores.

Para tanto, serão exploradas, em linhas gerais, algumas concepções de precariado desenvolvidas ao longo das últimas quatro décadas tanto no Brasil quanto no exterior de forma a selecionar entre elas aquela que mais se adequa aos propósitos da presente dissertação. Em seguida, é apresentado o conceito de padrão de agitação trabalhista, tal como desenvolvido por Beverly Silver, e discute-se como aplicá-lo à realidade dos sujeitos aqui estudados – os entregadores por aplicativo da cidade de Porto Alegre.

Os estudos sobre precariedade e relações precárias de trabalho tornaram-se amplamente populares no cenário acadêmico europeu a partir dos anos 1980 quando importantes teóricos como Robert Castel e Serge Paugam lançaram as primeiras obras abordando a questão do precariado. Em seguida, o termo passou a ocupar cada vez mais espaço dentro da Sociologia do Trabalho sendo incrementado por novas produções, das quais se destacam as do inglês Guy Standing, amplamente difundidas internacionalmente. Estes três teóricos buscaram definir conceitualmente o precariado em torno do conceito de segurança levando em conta as relações de trabalho e emprego, assistência social e outros suportes sociais como a própria família e organizações de classe.

No Brasil autores como Galvão, Vêras de Oliveira, Ladosky, Rombaldi, Krein e Colombi abordam em profundidade a questão da precariedade no trabalho e no emprego ao longo das últimas três décadas e destacam os impactos da sua proliferação nas formas de organização e ação coletivas das classes trabalhadoras. Estes autores consideram os efeitos negativos das políticas de flexibilização da força de trabalho e do desmantelamento da proteção social – decorrentes do avanço das experiências econômicas neoliberais no país – sobre o conjunto das condições de vida dos trabalhadores que passam a viver em condições cada vez mais precárias tanto em relação ao emprego (subcontratação, sub-remuneração, ausência de vínculo empregatício etc.) quanto ao trabalho (condições degradantes, exposição a riscos físicos e mentais etc.).

Na esteira destas obras, outros pensadores buscaram dar contribuições próprias ao debate ao estudarem a configuração do precariado no Brasil e suas particularidades nacionais tal como Ruy Braga (2012), Ricardo Antunes (2018), Helena Hirata (2011), Giovanni Alves (2013), Alba Maria Pinho de Carvalho (2014). Estes autores tencionaram as definições construídas no exterior buscando pensar o precariado dentro do cenário econômico brasileiro levando em conta as

especificidades do mercado de trabalho e das formas de regulação social presentes no Brasil. A produção acadêmica destes teóricos diz diretamente sobre a dimensão da ação coletiva do precariado, com destaque para os estudos empíricos de Giovanni Alves (2013), Helena Hirata (2011) e Ruy Braga (2014) que dão conta da luta política deste grupo social no Brasil e no exterior.

Este conjunto de autores possuem produções de destaque na área dos estudos do trabalho, da precariedade e do precariado e fornecem uma sólida base teórica para estudar tais temas. Cabe ressaltar que a pluralidade teórica permite abordar a questão do precariado nas suas diversas dimensões e formular uma interpretação mais completa sobre a configuração das suas ações coletivas. Essa pluralidade de estudos e pesquisas sobre o precariado deu origem a diferentes conceituações teóricas sobre este grupo social, tendo surgido diferentes propostas com o objetivo sintetizar as principais características do precariado bem como situá-lo em relação às classes sociais. No cenário europeu as produções teóricas de Robert Castel e de Guy Standing buscaram apresentar a precarização do trabalho como força motriz de um processo mais amplo de precarização social que impacta diretamente na estrutura das classes sociais, sobretudo a classe do proletariado.

De acordo com Castel e Standing o precariado poderia ser definido como uma nova classe social composta majoritariamente por profissionais geralmente qualificados e jovens com empregos precários e condições de trabalho degradantes aos quais se somam imigrantes e outros grupos sociais cuja experiência de vida é marcada pelo sentimento de insegurança crônica. Essa abordagem considera principalmente os vínculos de emprego, a natureza do trabalho realizado e o nível dos rendimentos e está diretamente ligada à ideia de dissolução do Estado de Bem-Estar no continente Europeu e fim das sociedades salariais como demonstra Castel em “A insegurança social: o que é ser protegido?” (2005) e Standing em “O precariado: a nova classe perigosa” (2014).

Em sentido diverso, autores brasileiros como Ruy Braga (2014), Giovanni Alves (2013) e Ricardo Antunes (2018) identificam o precariado como uma camada específica da classe trabalhadora mantida na periferia do sistema capitalista. Segundo eles o precariado pode ser descrito como a fatia mais explorada da classe trabalhadora composta majoritariamente por negros, mulheres e imigrantes com baixa ou mesmo nenhuma qualificação que somente conseguem acessar o mercado de trabalho quando ocupam vagas de emprego precário e cujas atividades laborais

são intensamente degradantes. É importante considerar que as contribuições deste conjunto de autores ao debate em torno do conceito precariado são extremamente relevantes, pois consideram as configurações específicas do capitalismo nos países periféricos onde a experiência de Estado de Bem-Estar Social foi incipiente e a constituição de sociedades salariais, muito limitada. No que tange diretamente aos trabalhadores plataformizados essa discussão interessa na medida em que nos ajuda a delimitar corretamente a sua posição no interior da classe trabalhadora.

Assim, optou-se por uma abordagem que interpreta o precariado plataformizado como uma fração da classe operária, podemos analisar a atividade política e organizativa dos trabalhadores por aplicativo como parte do movimento mais amplo de trabalhadores. Isso significa também que estes sujeitos estão submetidos à luta de classes assim como as demais categorias profissionais do precariado e encontram-se no mesmo polo da disputa entre Capital e Trabalho.

Entender a relação das categorias profissionais com as classes sociais importa porque é a partir daí que se poderá identificar o padrão de agitação trabalhista desenvolvido por esses trabalhadores. Enquanto nos países de capitalismo desenvolvido o padrão de agitação trabalhista concentrou-se na experiência dos operários fordistas, nos países da periferia do sistema econômico mundial uma multiplicidade de experiências originou padrões variados e heterogêneos (Silver, 2005; Braga, 2020). A definição de padrão de agitação trabalhista foi por muito tempo dominada pela experiência dos trabalhadores situados no centro do capitalismo mundial fazendo com que as suas formas de agitação fossem consideradas modelo para avaliação daquelas desenvolvidas em outras regiões. Em outras palavras, a experiência da classe trabalhadora europeia tornou-se a régua por meio da qual se media o grau de agitação de todos os movimentos de trabalhadores no mundo, demonstrando assim um claro viés eurocentrista.

Na presente pesquisa a noção de padrão de agitação trabalhista operada é baseada no trabalho desenvolvido por Beverly J. Silver e detalhadamente descrito em seu livro “Forças do trabalho: movimento de trabalhadores e globalização desde 1870” (2005). Na tentativa de fugir do eurocentrismo tradicional a autora nos propõe uma visão global dos movimentos de trabalhadores desde os anos 1870 e busca capturar um conjunto mais amplo de formas de resistência desses agentes que permite incluir a luta desenvolvida pelos trabalhadores do Sul Global.

Assim, esta dissertação considera como componentes do padrão de agitação trabalhista todas as práticas utilizadas pelos trabalhadores para dar vazão ao conflito trabalhista em que inserem, incluindo: lutas contra a mercantilização no local de trabalho e no mercado de trabalho; oposição ao prolongamento, à intensificação e à degradação das condições de trabalho; resistência às baixas remunerações e queda nas remunerações; reações ao desemprego em massa no mercado de trabalho; resistência à proletarização forçada e à destruição de modos de vida habituais (mediante uso de violência ou através da destruição das alternativas ao trabalho); atos de luta aberta, como greves, paralisações e protestos; luta velada, como deserção, abandono da comunidade ou revolta para fugir à proletarização; resistências individuais como sabotagem, negociação de tarefas, tempo e eficiência; atos não propriamente “trabalhistas” como alcoolismo, violência interna e relações fora do espaço do labor; estratégias tradicionais de sindicalismo, associativismo e cooperativismo (Silver, 2005).

No que diz respeito estritamente ao precariado plataformizado, conceituado por Ricardo Antunes como “novo proletariado da era digital” (Antunes, 2018), observa-se o crescimento na produção de trabalhos e pesquisas científicas com objetivo de registrar e analisar suas formas de luta, organização e resistência coletivas. Os trabalhos de Ursula Huws (2018), Callum Cant (2021), Cordero e Daza (2020), Trebor Scholz (2017) e Gavin Muller (2021) são ótimos exemplos de abordagens da plataformização a partir das lutas trabalhistas que tratam diretamente do desafio de compreender as suas continuidades e as suas rupturas com as formas tradicionais de agitação trabalhista – sobretudo o sindicalismo.

No cenário nacional, as categorias de trabalhadores por plataforma têm ganhado volume e notoriedade na medida em que surgem seus primeiros movimentos de massa organizados. Tais movimentos vêm sendo acompanhados por acadêmicos, ativistas, instituições públicas e privadas, partidos e pelo próprio Estado. Recentemente emergiu um conjunto de pesquisas importantes que acompanham o desenvolvimento político dos trabalhadores plataformizados no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se a pesquisa desenvolvida por Henrique Chevrand Weiss em seu trabalho de conclusão de curso “O céu é o limite: trabalho uberizado e governamentalidade neoliberal nos entregadores–ciclistas em Porto Alegre” (2019) e, posteriormente, em sua dissertação de mestrado “Quem é que vai correr por nós? A luta por reconhecimento dos entregadores–ciclistas na

sociedade das plataformas” (2022), ambas realizadas no âmbito do departamento de sociologia da UFRGS.

Nas suas pesquisas Henrique tem procurado identificar os principais elementos ideológicos presentes na categoria dos ciclos entregadores de Porto Alegre levando em consideração a hegemonia das formas neoliberais de subjetivação. Tais elementos são elaborados e absorvidos individual e coletivamente e passam a compor o paradigma dominante entre a categoria. Em outras palavras, estabelecem-se consensos no interior da categoria que são compartilhados de forma generalizada e orientam formas de agir e pensar em relação ao trabalho, a política, a sociedade e a vida como um todo. Nos dois trabalhos citados o elemento central das lutas dos trabalhadores registradas por Weiss (2022) é o reconhecimento nos moldes da teoria proposta por Axel Honneth.

No mesmo sentido destaca-se a importância de uma abordagem capaz de capturar a forma como os trabalhadores de plataforma pensam a si mesmos e como isso impacta seus posicionamentos no campo da política, da participação e da ação coletiva. Tais formas de pensar não são naturalmente dadas, por óbvio, senão que são produto de um conjunto amplo e diversificado de aparatos ideológicos que buscam subordinar a sociedade como um todo à racionalidade neoliberal. A figura do empreendedor de si mesmo resume bem essa ideia de um sujeito forçado a não pensar a si mesmo como trabalhador, afastando-o ideologicamente do legado histórico de sua classe social. Isso impõe desafios ao sindicalismo que se vê, cada vez mais, obrigado a disputar a consciência dos trabalhadores sobre seu papel na estrutura do trabalho e da sociedade.

A estes trabalhos soma-se o de Julice Salvagni (2021) no âmbito das ciências sociais, cujas pesquisas privilegiam a dimensão de gênero entre trabalhadores de plataforma. Julice é coordenadora do projeto FairWork – mantido pelo Instituto de Internet da Universidade de Oxford – e que avalia o trabalho por plataforma em diversos países do mundo a partir das condições de trabalho oferecidas aos funcionários. Um importante colaborador do projeto no Brasil é Rafael Grohmann, que também é uma das referências do presente projeto no que tange o estudo de trabalho por plataformas digitais. Rafael Grohmann publicou uma gama importante de livros e artigos ao longo dos últimos três anos, os quais acompanham o desenvolvimento de alternativas cooperativas ao trabalho em plataformas digitais e o surgimento de novas formas de atuação política coletiva.

Finalmente cabe destacar o trabalho de extrema relevância realizado pelo Observatório de Plataformas (Peru) que em 2020 lançou o livro *“Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina”* reunindo artigos de pesquisadores de diferentes países da América Latina. Os artigos abordam diferentes aspectos da precarização laboral em plataformas digitais desde a captura de subjetividades por empresas por meio de campanhas publicitárias até os movimentos de paralisação e greve de entregadores na Argentina, Colômbia e Peru. Organizado por Kruskaya Cordero e Daza Hidalgo (2020) o livro contém muitos artigos de referência para a forma de pensar aqui expressa, sobretudo porque permitem identificar semelhanças entre o padrão de agitação trabalhista dos trabalhadores por aplicativo identificados em Porto Alegre e aquele apresentado pela categoria em outras cidades de outros países.

4.1 Agitação trabalhista

A agitação trabalhista de entregadores plataformizados têm sido objeto de estudo e de pesquisas acadêmicas ao longo das últimas duas décadas, e o acelerado crescimento de plataformas como Uber e iFood renovou o interesse sobre o assunto. No mesmo sentido, as primeiras grandes greves e manifestações coletivas de trabalhadores de plataformas atraíram os olhares na intenção de buscar compreender e explicar como esses trabalhadores se organizam coletivamente na luta por seus interesses.

Assim, uma enxurrada de análises, estudos, pesquisas e trabalhos de opinião buscaram dar conta do movimento social dos trabalhadores plataformizados e da sua política, a maior parte deles tendo como base os autores mencionados na sessão anterior. Esses trabalhos contêm, mais ou menos explicitamente, Leituras particulares sobre como os trabalhadores em contextos plataformizados se organizam e qual seria o seu padrão de agitação trabalhista. Vale a pena discutir parcialmente essas Leituras ao mesmo tempo em que se apresenta o conceito de padrão de agitação trabalhista aqui instrumentalizado.

De acordo com Beverly Silver (2005), o padrão de agitação trabalhista consiste na configuração específica que as lutas, revoltas e resistência dos trabalhadores assumem em determinado momento histórico e localização geográfica. Assim, o conflito trabalhista emerge e assume formas que podem ser

variadas – sindicalismo, cooperativismo, rebelião, ativismo individual etc. –, mais ou menos coletivas e radicalizadas a depender do “momento social” vivido pelos trabalhadores enquanto classe social. Nesse sentido, parte-se da premissa de que diferentes forças do trabalho dão origem a diferentes movimentos trabalhistas em contextos nacionais e transnacionais específicos, cabendo sempre ao pesquisador o resgate desse processo. Como explica Braga ao discutir o argumento de Silver:

Nesse sentido, a estrutura de classe deve ser considerada como uma estrutura de relações sociais capaz de gerar uma matriz de interesses baseados tanto na espoliação social quanto na exploração econômica. No entanto, na medida em que muitas posições nessa estrutura acolhem conjuntos complexos desses interesses, formatados por valores nacionais e tradições culturais, eles configuram diferentes padrões evolutivos de agitação trabalhista (2020, p.06).

Esse resgate, como bem destaca Braga (2020), deve considerar os movimentos em suas especificidades, afastando a ideia de que sua eficiência e importância devem ser medidos em relação ao padrão clássico/tradicional. O que se refere aqui como padrão clássico/tradicional nada mais é do que o sindicalismo de características fordistas que foi de extrema relevância para a luta dos trabalhadores em escala global – mas que somente no continente europeu desenvolveu-se de forma plena e consolidada. Ocorre que esse modelo foi fortemente apresentado ao longo do último século como o modelo de luta dos trabalhadores por excelência, passando a ser a régua com a qual se mediam todos os conflitos trabalhistas e todos os movimentos de trabalhadores ao redor do mundo. Nas palavras do próprio autor:

Por corresponder a uma forma histórica muito limitada no espaço e no tempo, o padrão fordista do sindicalismo não deve ser interpretado como “polícia econômica”, nem tampouco como a política econômica por excelência das classes subalternas (Braga, 2020, p.05).

No caso dos trabalhadores por aplicativos, a procura por formas de luta e resistência que correspondam ao padrão de agitação fordista pode conduzir o pesquisador a subdimensionar a política desenvolvida pelos trabalhadores. Ocupar-se demais buscando encontrar na realidade laboral observada sindicatos, greves e processos de negociação institucionalizada oculta um conjunto de formas de organização, participação e luta política coletivas e individuais que tem grande importância no desenrolar do conflito trabalhista. O ativismo individual, por exemplo, foge ao padrão fordista de agitação, mas consiste em uma estratégia destacada entre grupos de entregadores e motoristas por aplicativo.

A respeito do padrão de agitação trabalhista, Silver (2005) os divide em dois tipos: padrão de agitação marxiano e padrão de agitação polanyiano. No primeiro caso as lutas e reivindicações trabalhistas ocorrem sobretudo a partir de conflitos no local de trabalho tendo como alvos preferenciais as empresas e são marcadas por um movimento ofensivo dos trabalhadores. No segundo padrão as lutas e reivindicações se desenvolvem fora dos locais de trabalho (parlamentos, assembleias, instituições) na defesa por pactos sociais e modelos de regulação do trabalho, sendo notadamente defensivas. Enquanto o padrão marxiano tem sido típico dos países do Sul Global, o modelo polanyiano prepondera nos países de capitalismo desenvolvido (Silver, 2005).

Cada um dos padrões de agitação está relacionado a um momento específico na experiência da classe trabalhadora em cada contexto nacional que pode variar entre um momento de formação de novas classes sociais – ou profissionais – ou de desconstituição daquelas tradicionalmente estabelecidas. O padrão marxiano liga-se ao primeiro momento e o polanyiano ao segundo.

Assim surge a questão: qual o momento do proletariado digital brasileiro atualmente? O mais correto seria ambos. Quando se toma como exemplo a categoria profissional dos entregadores é possível perceber que ocorre, simultaneamente, a dissolução da categoria em seu modelo tradicional e o surgimento de um novo. Os antigos motoboys veem-se progressivamente impelidos a buscar trabalho nas plataformas – abandonando empregos fixos ou sendo demitidos – e lá disputam entregas com uma massa de novos entregadores em busca de fontes de renda e saídas para o desemprego.

De um lado, temos um conjunto de trabalhadores que experimenta a plataformização do setor de entregas como precarização das suas condições de trabalho e agudização de sua condição proletária. De outro, temos trabalhadores que recentemente ingressaram na categoria, geralmente oriundos de outros empregos informais e precários, que busca constituir uma nova identidade profissional a partir da sua organização coletiva e que vê possibilidades de alterar positivamente suas condições de emprego e trabalho. Essa situação ambígua, que se reproduz em várias realidades locais e profissionais (sobretudo em contextos plataformizados), é chamada por Braga (2020) de momento thompsoniano.

Esse terceiro momento, é justamente aquele em que as transformações em processamento no interior das classes sociais e categorias profissionais ainda estão

em processamento. Os modelos tradicionais foram parcialmente desfeitos enquanto novos emergem ainda em estágios iniciais. Assim, ocorre um progressivo declínio do padrão parcialmente polanyiano desenvolvido por sindicatos e organizações trabalhistas associados a esses grupos e o padrão marxiano ganha espaço.

Dessa situação deriva o relativo enfraquecimento do movimento tradicional de trabalhadores e de suas atividades centradas na negociação e representação coletivas, abrindo margem para o surgimento de inovações.

[...] interpelar o momento presente da classe trabalhadora implica perceber que suas formas tradicionais de representação têm percorrido um caminho no qual as velhas estruturas organizacionais fordistas já não são mais eficientes para alterar os rumos da governança neoliberal de Estados e empresas, enquanto novas experiências organizativas ainda estão em seus estágios embrionários (Braga, 2020, p.10).

No mesmo sentido, Silver (2005) e Braga (2020) argumentam que esses momentos das classes trabalhadoras e grupos profissionais não devem ser confundidos com o fim ou a sentença de morte da ação coletiva desses grupos. Autores como Standing (2017) e Castel (1998), para citar os mais próximos da bibliografia utilizada, avaliam esse mesmo momento sobre a ótica de crise da classe trabalhadora como agente de transformação social e avaliam o contexto contemporâneo como uma dramática “corrida ao fundo do poço” na qual a retomada do poder social dos grupos subalternos aparece como vislumbres distantes.

Do ponto de vista desenvolvido por essa pesquisa, e tal como será apresentado em capítulo mais oportuno, a realidade dos trabalhadores plataformizados do setor de entregas parece dirigir-se mais para uma crescente organização e participação política coletiva do que para o fim da luta dos trabalhadores. Mesmo em contextos extremamente desfavoráveis esses grupos têm se destacado no atual ciclo de lutas trabalhistas no Brasil e internacionalmente e é notável a oxigenação que promovem das organizações e movimentos de trabalhadores.

Nesse sentido, embora a plataformização do setor de entregas no Brasil tenha alavancado a exploração do trabalho e impulsionado a precarização de todas as dimensões sinteticamente descritas, ela não é capaz de anular ou suprimir de forma permanente e total as tendências de luta e resistência dos sujeitos subalternos. Isso porque a força de trabalho, como produto vivo e pensante, nunca pode ser totalmente contida é submetida e isso faz da luta política dos trabalhadores

um elemento inescapável da relação capital–trabalho. Como escreve brilhantemente Silver (2005):

[...] o comprado da força de trabalho logo descobre que esta não é uma mercadoria qualquer. Pelo contrário, está corporificada em seres humanos que reclamam e resistem quando são forçados por muito tempo, com muita força ou rápido demais. A luta, então, torna–se endêmica à relação trabalho–capital no local de produção e, em teoria, a define (2005, p.32).

Em síntese os grupos de trabalhadores plataformizados, enquanto membros da camada social do precariado, compartilham do momento social que vive a classe trabalhadora brasileira a qual atravessa um importante período de refazer-se e reorganizar-se politicamente (momento thompsoniano). A plataformização suscita simultaneamente a digitalização do trabalho precário (para os novos entregadores, por exemplo) e a radicalização da condição proletária (para os motoboys tradicionais), precarizando todas as dimensões da vida desses sujeitos. Aparecem então características ambíguas tanto do padrão de agitação polanyiano quanto marxiano no interior do movimento social dessa categoria profissional: enquanto os sindicatos se entrincheiram em lutas defensivas pela regulação do trabalho nas plataformas de acordo com os padrões tradicionais, novos movimentos reivindicatórios surgem com características, métodos e demandas ofensivos.

5 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa descrita ao longo deste trabalho e os resultados desenvolvidos foram produto de um processo de pesquisa que mobilizou um conjunto variado de técnicas de coleta e produção de dados. Além disso, o processo de pesquisa foi sendo modificado, atualizado e adaptado conforme os desafios encontrados na realidade concreta dos sujeitos observados que demandam do pesquisador vigilância e flexibilidade.

No mesmo sentido, o processo de pesquisa foi também momento de aprendizado para o próprio pesquisador acerca do fazer científico – da *práxis* de pesquisa em ciências sociais. Assim, entre o planejamento prévio do processo de pesquisa (formulado no projeto de pesquisa de mestrado) e o resultado final existe uma distância considerável que expressa, em grande medida, esse aprendizado do pesquisador sobre as peculiaridades do fazer científico e do universo de pesquisa delimitado.

Este capítulo busca discutir a metodologia de pesquisa explorada ao longo do trabalho tanto do ponto de vista do planejamento e execução das técnicas de pesquisa quanto do ponto de vista epistemológico, problematizando o trabalho do cientista e as condições da construção do conhecimento. A sessão dedica-se também a descrever os principais métodos de pesquisa mobilizados para a elaboração dos dados apresentados, explorando as dificuldades enfrentadas e os aprendizados obtidos ao longo da experiência, contendo ainda reflexões sobre questões éticas envolvendo a pesquisa e as relações de identificação entre pesquisador e sujeitos observados.

5.1 Metodologia e epistemologia: debates incontornáveis

O percurso metodológico diz respeito às escolhas realizadas pelo pesquisador no decorrer do processo de pesquisa e sobre como essas escolhas determinam a produção de conhecimento. Nesse sentido, não se resume apenas à descrição da aplicação das técnicas de produção e coleta de dados ao longo da pesquisa, mas perpassa todo o fazer científico – desde a formulação de questões de pesquisa, seleção de temas e objetos, opções epistemológicas etc.

Essas escolhas estão relacionadas diretamente à dimensão subjetiva do pesquisador, sujeito cujo interesse de pesquisa fornece o propósito do fazer científico, e os contextos políticos, culturais, econômicos e institucionais em que se encontra imerso. Reconhecer essa relação e identificar seu papel na produção de conhecimento é um passo de relevância ímpar para pesquisa, tendo sido uma das partes mais desafiadoras do desenvolvimento do presente trabalho.

Nesse sentido, o processo de pesquisa exige um esforço metateórico de questionar as próprias escolhas metodológicas e os motivos pelos quais se opta por um determinado caminho e não outros. Importantes reflexões sobre a objetividade da ciência, sobre a relação entre observador e objeto e sobre a dimensão política do trabalho do cientista se apresentaram ao pesquisador ao longo de sua trajetória e vale a pena explorá-las com certa profundidade.

A escolha do tema e a formulação de uma pergunta de pesquisa marcam o primeiro passo da jornada científica que culminou na presente dissertação. A partir disso foi elaborado um projeto de pesquisa que orientou a atuação do pesquisador

durante sua prática científica e que buscava reunir os meios necessários e suficientes para responder de forma satisfatória a pergunta de pesquisa elaborada, a saber: “quais os caminhos da organização e atuação política coletiva dos entregadores por aplicativo na cidade de Porto Alegre?”.

Diferentemente do que supõem os cientistas de orientação positivista – ainda bastante presentes no campo da Ciência Política – a elaboração dessa questão de pesquisa não é neutra nem objetiva em termos estritos, se trata de um processo criativo fortemente relacionado à subjetividade do pesquisador, à suas experiências passadas e relações sociais. O privilégio a determinados objetos e temas de pesquisa em relação a outros expressa bem essa relação que deve ser reconhecida e explorada. Foi assim que estudos sobre as relações sociais de gênero foram, durante séculos, tratados como temas marginais e secundários por corpos acadêmicos compostos majoritariamente por homens brancos.

Isso significa dizer que o percurso metodológico é, desde seu processo inicial, marcado por relações raciais, de gênero e de classe nas quais o pesquisador está envolvido e que influenciam o que será estudado, como e por quê. A opção por estudar trabalhadores precários inseridos em contextos de plataformização não foi um simples acaso nem se tratou de uma opção desinteressada do pesquisador. Essa escolha foi produto de discussões, conversas e trocas com amigos universitários, professores e familiares, da participação em grupos de pesquisa, fóruns, simpósios e palestras e da própria trajetória pessoal do pesquisador como ativista social. Tudo isso, colaborou para o amadurecimento das reflexões sobre o tema e para a identificação de perguntas ainda pouco exploradas na área de estudos envolvendo trabalho e política e que poderiam ser desenvolvidas ao longo do curso de mestrado em ciência política.

O eixo que gerou a identificação entre o pesquisador e o campo de estudos foi a classe social – como membro da classe trabalhadora e já tendo experienciado o trabalho precário, o pesquisador desenvolveu um interesse particular por essa área de estudos. A identificação entre o pesquisador e o tema de pesquisa foi um componente essencial de motivação das escolhas realizadas no percurso metodológico, sendo considerado o ponto de partida da prática científica realizada. Argumenta-se, em consonância com a postura epistemológica marxista, que o processo de produção de conhecimento é motivado pelo propósito dado a ele pelo pesquisador – que é fundamentalmente político e histórico – e é ele que orienta as

relações entre o cientista e os grupos que observa, sobretudo na área das ciências sociais.

A concepção de que o papel da ciência seria “conhecer por conhecer”, uma produção desinteressada do saber, não poderia estar mais equivocada. Como destaca Louis Althusser (1992) as instituições de produção de conhecimento operam, por sua natureza, como aparelhos ideológicos de Estado responsáveis por reproduzir a ordem social e a dominação capitalista da sociedade, ou seja, o trabalho científico não é um fim em si mesmo, mas serve a propósitos estruturais e sistêmicos que vão muito além dele mesmo. Além disso, Michel Foucault – discípulo de Althusser – aprofunda ainda mais essa questão em sua teoria do poder-saber que explicita como a dominação política se opera e se legitima sobre uma base de saberes na qual o conhecimento científico exerce papel destacado.

Além disso, o próprio papel do cientista deve ser questionado em sua universalidade: o pesquisador tem o mesmo papel em todos os contextos sociais e momentos históricos? Do ponto de vista deste trabalho a resposta é não. Isso porque o pesquisador imerso em contextos sociais marcados por intensas desigualdades e profusão de lutas sociais e com origens em grupos sociais oprimidos jamais poderá ser alheio a essa realidade sob pena de sua alienação. E isso impacta também o percurso metodológico seguido ao longo do processo de pesquisa. Vale a pena trazer uma passagem importante, embora longa, na qual Haguette aborda a questão:

Assim sendo, a metodologia é, de certa forma, determinada pelas visões de mundo que o pesquisador tem em um dado momento de sua vida profissional. [...], entretanto, conhecer o real não é suficiente para o cientista social que convive e labuta em um contexto de desigualdades e injustiças como acontece na América Latina e em continentes subdesenvolvidos. É necessário que ele contribua para a minimização, ou mesmo eliminação destas desigualdades e injustiças sociais. Porque, enquanto sociólogo, ele é parte do meio – de uma classe, de uma religião, de uma etnia etc. Ele não pode se dar ao luxo de simplesmente *conhecer*, o que representa o primeiro passo de suas atribuições (1992, p.134).

Sobre a condição de pesquisador membro da classe trabalhadora, bell hooks desenvolve reflexões bastante potentes em seu livro “Ensinando a Transgredir” (2017) principalmente nos capítulos 5 (A teoria como prática libertadora) e 12 (confrontação da classe social na sala de aula). A pensadora estadunidense, uma das mais influentes teóricas negras feministas do país, traz à tona as dificuldades de ser pesquisador oriundo das classes trabalhadoras e o que isso tem a ver com a produção científica de pesquisadores com estas origens. Embora mais centrado em

questões do universo escolar, o referido livro de hooks desenvolve bases sólidas de crítica epistemológica que merecem atenção.

De acordo com a interpretação da socióloga, o ambiente acadêmico e universitário se constitui de forma radicalmente antagônica à classe trabalhadora, consistindo historicamente numa atividade realizada por grupos burgueses ou pequeno-burgueses que moldam todo o campo da ciência a seus interesses de classe. Assim, os pesquisadores oriundos da classe trabalhadora tendem a ser vistos nesses espaços como intrusos (assim como minorias étnicas, mulheres, pessoas neuro divergentes e membros da comunidade LGBTQIA+) e são incentivados a adotarem o *modus operandi* burguês que impera nos espaços acadêmicos. Esse *modus operandi* está relacionado à totalidade do fazer científico e se expressa em concepções metodológicas, pressupostos epistemológicos e na própria utilização prática das técnicas de pesquisa. A proposição de modelos científicos baseados na separação radical entre pesquisador e objeto de pesquisa como critério de objetividade na ciência expressa bem esse viés classista.

Nas palavras de hooks:

“[...] o processo de trabalho acadêmico é essencialmente antagônico à classe trabalhadora; e os acadêmicos, em sua maior parte, vivem num mundo cultural diferente, com costumes diferentes que também o tornam antagônico à vida da classe trabalhadora” (2017, p.243).

Nesse sentido, o pesquisador-trabalhador encontra-se numa situação de dupla identidade no universo acadêmico e é incentivado ou coagido a abandonar progressivamente suas origens sociais em nome de comportamentos e formas de pensar academicamente aceitos – para ser cientista deve-se deixar de ser trabalhador. Ele se estende para outras questões de natureza interseccional que obrigam aqueles interessados na carreira acadêmica a se afastarem de seus ativismos e de suas formas de ser tradicionais. Indígenas, negros e negras, mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+ (para citar apenas os mais destacados) precisam enquadrar-se nas molduras de um fazer científico que não considera suas especificidades e as rejeita como prejudiciais para a ciência.

Essa visão de mundo e de ciência apresenta o cientista, acadêmico e pesquisador como uma entidade transcendental cujo conhecimento produzido teria validade universal justamente por não estar “contaminado” com nenhum viés de natureza subjetiva. Essa interpretação é bastante conveniente aos grupos e classes dominantes que mascaram a presença de seus interesses na produção de

conhecimento ao mesmo tempo em que blindam o universo científico da interferência indesejada de grupos contestatórios.

Mas e quando o pesquisador vive no mesmo mundo cultural da classe trabalhadora e compartilha com ela seus valores, costumes e interesses de classe? Nesses casos bell hooks partilha de suas próprias estratégias que utilizou ao longo de sua trajetória acadêmica nos Estados Unidos e que acredita serem úteis para novos pesquisadores em contextos semelhantes. A principal estratégia que a autora compartilha é também fonte de inspiração e motivação. Segundo a socióloga, os pesquisadores–trabalhadores:

[...] têm de acreditar–se capazes de habitar confortavelmente em dois mundos diferentes, mas têm de tornar confortável cada um dos dois espaços. Têm de inventar, criativamente, novas maneiras de cruzar fronteiras. Têm de crer em sua capacidade de alterar os ambientes burgueses onde se inserem (hooks, 2017, p.242).

Daí a importância de se alinhar intelectualmente com epistemologias críticas, dialogando e explorando as teorias que aí disputam espaço e constroem saberes. Sob o termo guarda–chuva “teoria crítica”, aqui se faz referência a um leque amplo de correntes de pensamento que questionam o modelo ocidental tradicional de ciência e propõem *práxis* científicas de caráter libertador (Haguette, 1992), situando–se aí teorias marxistas, da Escola de Frankfurt, decoloniais e pós-coloniais, feministas e antirracistas.

O eixo que transpassa todo esse leque de teorias é a preocupação fundamental com a crítica e, quando possível, a transformação das realidades sociais marcadas por desigualdades, relações de dominação e assimetrias de poder. Essas teorias assumem a inevitabilidade da interferência das subjetividades e das disputas políticas na produção de conhecimento e trabalham para pensar modelos em que esses elementos sejam abraçados e criticamente debatidos ao invés de excluídos ou ignorados.

Essa discussão, embora presente na mente do pesquisador, jamais havia assumido um papel tão central em seu trabalho acadêmico como ocorreu durante a presente pesquisa. Pela primeira vez foi lançado o desafio de incorporar na prática científica formas de atuação que expressassem uma metodologia crítica e estivessem alinhadas com a proposta de ciência para transformação social.

O desenho original da pesquisa previa como principais ferramentas de produção e coleta de dados o trabalho de observação em campo, o método

etnográfico e a realização de entrevistas semiestruturadas. A proposta era de uma aproximação gradual com a realidade dos trabalhadores plataformizados ao visitar seus locais de trabalho e descanso e ir estabelecendo contatos regulares com aqueles que se dispusessem a informar a pesquisa com suas histórias, experiências e posicionamentos.

No entanto, os debates e trocas de conhecimentos realizados com colegas acadêmicos, amigos, lideranças sociais e um chamado do próprio objeto de pesquisa questionaram a fragilidade do modelo proposto. Embora assumisse desde o início uma postura alinhada com as teorias críticas, a metodologia de pesquisa reproduzia a interpretação tradicional sobre objetividade e legitimidade da produção de conhecimento e o padrão de relação desigual entre pesquisador e sujeitos do campo de observação.

O problema central era que, por um lado o afastamento asséptico entre pesquisador e sujeitos pesquisados permanecia sendo determinante na proposta metodológica, enquanto por outro a lógica de extrativismo científico típica do modelo tradicional de ciência era reproduzida (Wolfson et al. 2022). Essa lógica trata os sujeitos do campo de observação de maneira colonial porque extrai deles suas histórias, experiências e opiniões e os leva para um outro espaço social onde estes mesmo sujeitos não possuem acesso livre. Assim, pesquisadores entrevistam, aplicam questionários e acompanham as rotinas dos sujeitos e armazenam as informações obtidas em seus diários de campo, câmeras e gravadores. Depois, longe dos olhos dessas pessoas, eles os analisam e interpretam produzindo com base neles as mais variadas produções intelectuais (artigos, livros, apresentações, teses, dissertações etc.) que alavancam suas carreiras acadêmicas.

Sobre isso a crítica desenvolvida por Thiollent é bastante potente e demonstra que a preocupação aqui esboçada já era de interesse metodológico nos anos 1980, de acordo com ele:

A unilateralidade contida no dispositivo da pesquisa convencional já define de antemão o fato de que as populações implicadas no objeto de investigação não terão nenhum poder de iniciativa no processo de investigação, tanto na fase de exploração como na de utilização. Sabe-se que os procedimentos aplicados no decorrer da pesquisa terão um efeito de apropriação, monopolização, rotulagem do saber popular, descrevendo, sintetizando, interpretando os seus elementos sob formas especiais de apresentação que só interessam a quem dispõe do poder, seja ele real ou simbólico (1985, p.131).

Nesse processo os sujeitos pesquisados não recebem praticamente nenhum retorno ou recompensa pelas suas contribuições à ciência. Quando muito, o pesquisador se contenta com promessas rasas de que a pesquisa poderá informar alguma política pública no futuro ou contribuir para uma suposta consciência social sobre as questões abordadas. Esse extrativismo intelectual é ainda mais perverso quando se trata de sujeitos em situação de vulnerabilidade social e pessoas historicamente oprimidas de forma que era necessário revisar a proposta da pesquisa para buscar evitar sua reprodução.

Naquele momento, meados de julho de 2022 (às vésperas do início do trabalho de campo), a Leitura do livro *Delivery Fight!* – A luta contra os patrões sem rosto, de Callum Cant e da dissertação de mestrado intitulada “Quem é que vai correr por nós? A luta por reconhecimento dos entregadores–ciclistas na sociedade das plataformas” de Henrique Weiss, impulsionaram a busca por uma metodologia que superasse, ao menos parcialmente, esses problemas. Nessas duas obras os autores levaram a campo a ideia de identificação e aproximação entre pesquisador e sujeitos pesquisados e chegaram a trabalhar vários meses como entregadores por aplicativo sendo Weiss em Porto Alegre e Cant em Londres. No caso de Cant ele chegou a participar ativamente do processo de organização política coletiva dos trabalhadores e da fundação de um sindicato.

Essas duas pesquisas também anteciparam problemas na aplicação de técnicas tradicionais de pesquisa que seriam encontradas, tal como a dificuldade de realizar entrevistas com os trabalhadores, dificuldade de acesso aos seus espaços (físicos e virtuais) de convivência comum e aplicação de questionários. A lógica de trabalho dos entregadores plataformizados exigia uma metodologia que se adequasse à sua realidade.

No dia 08 de agosto de 2022 um “chamado do campo” firmou o compromisso do pesquisador com a mudança de postura metodológica. Nesta data os entregadores ciclistas do Ponto de Apoio iFood Pedal realizaram uma atividade grevista e convocaram a participação do pesquisador. Semanas antes havia sido iniciado o trabalho de observação de campo e duas das lideranças da manifestação haviam conversado com o pesquisador, daí que solicitaram a sua participação no evento como uma contrapartida da sua contribuição à ciência. Os trabalhadores demandaram do pesquisador uma atuação como consultor e suporte para sua

atividade grevista e, no final da paralisação, pediram para que o pesquisador continuasse a auxiliá-los em seu processo de auto-organização.

Assim, do encontro da pesquisa bibliográfica com as relações estabelecidas com os trabalhadores durante as observações de campo surgiu a ideia de incorporar na pesquisa os princípios da metodologia de pesquisa ação como forma de superar as já mencionadas contradições epistemológicas da proposta inicial. A nova abordagem de pesquisa permitiria que os trabalhadores pudessem ser sujeitos ativos na produção de conhecimento ao mesmo tempo em que fornecia uma contribuição ativa do cientista para a solução de problemas concretos dos sujeitos observados.

Recorreu-se então à obra de Teresa Maria Frota Haguette, importante metodóloga brasileira, que no ano de 1987 publicou o livro *Metodologias Qualitativas na Sociologia* o qual, em seu capítulo XI, contém uma síntese bastante sólida dos modelos de pesquisa ação, seu desenvolvimento histórico e seus pressupostos epistemológicos. A partir dessa obra chegou-se também aos trabalhos de Thiollent (1985), Brandão (1983), Barbier Touraine (1982), Oliveira e Oliveira e de Paulo Freire (1983). A leitura das proposições desses autores permitiu incorporar de forma satisfatória a metodologia de pesquisa ação no trabalho a partir da sua vertente de Pesquisa Participativa. Foi assim que o projeto de pesquisa de mestrado inicial foi transformado em uma nova proposta de estudos.

É preciso admitir que a inexperiência com esse tipo de abordagem e formação excessivamente baseada nos modelos de pesquisa tradicionais prejudicaram em alguma medida a realização da pesquisa. Isso porque, em vários momentos, simplesmente não há um caminho claro de ação a seguir, um receituário padrão de comportamento, exigindo do pesquisador algum grau de versatilidade, inventividade e improviso.

5.2 Técnicas de pesquisa, universo observado e temporalidade

No decorrer das investigações foram utilizadas, de forma complementar, técnicas de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e técnicas de trabalho de campo (entrevista e observação participante), além do método de pesquisa participativa. Combinadas, estas metodologias auxiliaram na elaboração colaborativa

de dados sobre a realidade dos trabalhadores plataformizados em Porto Alegre e suas práticas coletivas de organização e participação política que foram acompanhadas de perto ao longo de um ano.

Antes de descrever cada uma das técnicas utilizadas é necessário delimitar o universo de observação abordado na investigação científica e a temporalidade da pesquisa. O limite geográfico da pesquisa foi estabelecido como sendo a cidade de Porto Alegre obedecendo a critérios práticos da pesquisa, mas também critérios metodológicos.

É sempre necessário considerar o problema da execução material da pesquisa que envolve custos com materiais e deslocamentos – além de uma série de outros gastos – que funcionam como um fator limitante do escopo e do alcance das pesquisas. Assim, como o desenho de pesquisa previa observações de campo como parte do percurso metodológico, e como não havia recursos econômicos para financiar a coleta de dados em localidade mais distantes, foi delimitado como Universo de pesquisa a cidade de Porto Alegre (cidade onde habita o pesquisador).

Ainda com relação ao universo de pesquisa cabe uma observação importante: a utilização de ferramentas digitais e virtuais pelos sujeitos observados, sobretudo a internet, cria distorções espaciais significativas que influenciam a pesquisa. Os grupos em aplicativos de mensagens, por exemplo, reúnem trabalhadores de várias localidades (inclusive de outras cidades e estados) num mesmo espaço virtual cuja localização geográfica é de difícil interpretação. Como geolocalizar um grupo no WhatsApp de entregadores que reúne trabalhadores de várias cidades, incluindo Porto Alegre? Uma reunião virtual por meio da plataforma Zoom, reunindo lideranças conectadas a partir de várias cidades diferentes ao redor do país, tem como local todas as referidas cidades ou um local virtual que se poderia chamar simplesmente de Internet?

As respostas a esses questionamentos demandam certa reflexão a respeito dos métodos de pesquisa que se debruçam sobre os eventos desenrolados em espaços virtuais. Isso porque não há uma realidade ou atividade que seja meramente virtual, os sujeitos se conectam por meio de estruturas físicas (computadores, celulares) e a partir de locais concretos (casa, trabalho, rua). Assim, integramos à pesquisa eventos, conversas, reuniões e outras atividades que ocorreram em espaços virtuais e que contaram com a participação de algum grupo, movimento, instituição ou sujeito cujo centro da atuação seja Porto Alegre. Por

exemplo: o grupo da ANEA no aplicativo de mensagens WhatsApp foi considerado como parte do universo de pesquisa porque nele se encontravam ao menos dois entregadores gaúchos que trabalhavam em Porto Alegre.

Com relação à população estudada ao longo deste trabalho é importante destacar que ela não pode ser definida e delimitada de um ponto de vista quantitativo, o que dificulta também a aplicação de métodos de pesquisa dessa natureza. Primeiramente porque a população observada na pesquisa é bastante heterogênea incluindo trabalhadores ciclistas, motoboys, agentes públicos, advogados, sindicalistas, intelectuais, parlamentares e voluntários em projetos sociais. Com relação aos objetivos da presente pesquisa não houve necessidade de realizar um levantamento quantitativo dessa população, pois não se pretende utilizar nenhum método estatístico em sua análise.

Em segundo lugar, e essa talvez seja a limitação mais relevante, não foram encontrados dados confiáveis a respeito da quantidade de trabalhadores por aplicativo na cidade de Porto Alegre. Embora a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresente um levantamento importante em sua edição de 2022, esses dados não especificam as quantidades de trabalhadores por cidade. Tampouco os sindicatos e centrais sindicais possuem esses dados, menos ainda o Poder Público municipal que possui ínfimo interesse na questão. Já as plataformas, tendem a apresentar sempre dados distorcidos sobre os números de trabalhadores que empregam de acordo com seu interesse político momentâneo – ora aumentando a quantidade ora diminuindo. Também ocorre o problema dos cadastros inativos nas plataformas que podem acabar sendo computados, contas duplicadas, contas abertas em nomes de terceiros e cadastros efetuados em outras cidades – a empresa cadastra o entregador como se ele estivesse em outra cidade e o desloca para Porto Alegre somente durante a execução das entregas – o que torna difícil estimar os números de entregadores por aplicativo na cidade.

Assim, a população observada ao longo da pesquisa é composta por: trabalhadores do setor de entregas que operam por meio de aplicativos e realizam suas rotinas laborais na cidade de Porto Alegre e os grupos sociais e representativos a eles associados direta ou indiretamente. A ideia é, partindo dos trabalhadores, puxar o fio – como em um novelo de lã – que os liga a outros grupos, sujeitos e instituições que compõem o seu universo mais amplo de relações. Assim,

desvela-se o circuito de atores por meio dos quais a agitação trabalhista e a organização política coletiva dos trabalhadores se desenvolvem.

Finalmente é preciso apresentar o intervalo de tempo em que se processou a pesquisa. De forma ampla pode-se afirmar que a pesquisa teve início a partir do ingresso do pesquisador no curso de mestrado em ciência política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em junho de 2021, momento em que tem início as primeiras discussões com professor orientador e as primeiras aproximações com o campo de estudos. No entanto, a pesquisa passou a ser desenvolvida mais estritamente a partir de junho de 2022, quando se passou para a etapa de coleta e produção de dados por meio de observações de campo, e foi finalizada em setembro de 2023 – totalizando quinze meses de pesquisa.

Agora, convém descrever o processo de aplicação dessas técnicas e os dados desenvolvidos por meio delas. A seguir serão abordados em separado cada uma das técnicas de forma a facilitar o entendimento do Leitor e oferecer uma visão mais completa do percurso metodológico.

5.2.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é um passo obrigatório de toda pesquisa, não cabendo aqui uma explanação nem abordagem aprofundada da técnica. Em resumo, a pesquisa bibliográfica consiste na leitura sistemática dos materiais reunidos a partir da pesquisa e reflexão crítica sobre a leitura. Não basta apenas ler, é necessário interpretar o que se lê, registrar os pontos de concordância e discordância e buscar ali conceitos que contribuam para o seu próprio processo investigativo.

Essa etapa da pesquisa foi fundamental para realizar um levantamento do estado da arte nos estudos de trabalhadores plataformizados e solidificar o arcabouço teórico da pesquisa. Foram selecionados aqueles materiais que poderiam ser utilizados e que melhor dialogassem com a proposta da pesquisa, incluindo textos mais gerais sobre a temática da política e do trabalho, sobre sindicalismo e cooperativismo e materiais mais especificamente voltados para a realidade laboral dos entregadores por aplicativo.

Essa técnica de pesquisa foi utilizada ao longo de todo o processo, até o momento da escrita da dissertação, na tentativa de incluir uma gama expressiva de interpretações e abordagens que enriquecessem o trabalho final. Os materiais bibliográficos, devidamente listados nas referências, foram todos resumidos pelo pesquisador extraindo deles dados, insights, e interpretações que colaboraram de forma fundamental para o resultado da pesquisa e para a própria análise dos dados que os tomou como base.

5.2.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental ocorreu ao longo de toda a pesquisa, recolhendo e armazenando diversos tipos de materiais relacionados ao tema estudado. Os materiais foram obtidos majoritariamente em suas versões digitais e em poucos casos consistem em materiais impressos.

Os documentos reunidos foram: *cards* de eventos; propagandas; fotos de protestos, de paralisações, de eventos sociais, de locais e instrumentos de trabalho; registros de participações em palestras, congressos e sessões plenárias; panfletos de mobilização e divulgação; adesivos de campanhas; vídeos de manifestações, falas públicas e intervenções em atividades; documentos com reivindicações trabalhistas e políticas; ata de fundação da ACERGS; carta sindical do Sindimoto/RS; propostas de regulamentação do trabalho em plataformas digitais; ofícios da ACERGS enviados às instituições públicas e privadas; atas de reuniões da ACERGS; postagens em redes sociais e aplicativos de mensagens; declarações públicas das plataformas de trabalho; decisões judiciais ligadas ao trabalho em plataformas digitais.

A difusão do uso da internet como forma de armazenamento e divulgação de informações permitiu um acúmulo bastante grande de material documental que demandaria esforços e recursos muito mais volumosos se dependessem de processos analógicos. Por outro lado, a profusão de informações pode tornar difícil o processo de seleção daquilo que é relevante e é preciso estar atento para não perder o foco analítico. Informação demais se torna um problema quando o tempo para a analisar é limitado. Aqui reside um importante aprendizado de pesquisa, pois ao longo do processo foi amadurecendo o senso de prioridade e refinando a capacidade do pesquisador em avaliar a qualidade e importância dos materiais.

Nesse sentido, a pesquisa orientou-se inicialmente por um critério amplo de seleção e armazenamento de informações e coletou um volume bastante grande de material entre os meses de janeiro e junho de 2022. Em junho, pouco antes do início do trabalho de campo, esse material foi revisto e passou por uma filtragem, mantendo apenas aquilo que dizia mais diretamente à organização e ação coletiva dos entregadores. A partir daí manteve-se esse critério para seleção e armazenamento de novos documentos o que reduziu o volume de material registrado.

Os documentos foram todos analisados e alguns deles foram integrais ou parcialmente reproduzidos ao longo do texto. Vale ressaltar que algumas das fotos presentes no trabalho foram de autoria de entregadores que as realizaram de forma autônoma e independente e cederam seus usos para fins acadêmicos e sociais por meio da ACERGS. O trabalho de pesquisa documental é sempre uma tarefa interpretativa, buscando extrair dos materiais seus sentidos políticos entendendo que eles expressam a ação coletiva dos grupos implicados.

5.2.3 Trabalho de campo: entrevistas e observação participante

A expressão “trabalho de campo” refere-se à utilização de um conjunto variado e heterogêneo de técnicas de coleta e elaboração de dados cujo eixo central é o envolvimento do pesquisador na realidade observada. Isso significa que os dados utilizados pelo pesquisador em sua interpretação da realidade passaram por um processo de elaboração *in loco* no qual o termo “campo” designa as coordenadas de tempo e espaço onde as interações analisadas ocorrem ou ocorreram.

Nesse sentido, ir a campo significa deslocar-se do espaço tradicional do cientista (a universidade, o escritório, o laboratório) em direção aos espaços onde ocorrem as relações sociais que interessam aos propósitos da pesquisa. Esses espaços não correspondem necessariamente a lugares físicos e geograficamente localizados e variam de pesquisa para pesquisa conforme os propósitos selecionados pelo autor e sua pesquisa de pesquisa. Como abordado anteriormente, a difusão da internet e da telefonia móvel permitiram a criação de espaços virtuais (embora não independentes da materialidade das redes) que funcionam como lócus

do desenvolvimento de relações sociais e que foram objeto de observação na presente pesquisa.

Dentre os métodos de trabalho de campo disponíveis foram selecionados inicialmente dois: a entrevista semiestruturada e a observação participante⁴. Com relação às entrevistas semiestruturadas, percebeu-se logo nas primeiras visitas de campo que a própria dinâmica do trabalho plataformizado dificulta a sua aplicação a esses grupos de trabalhadores. Já na Leitura dos referidos trabalhos de Weiss (2022) e Cant (2019), bem como no relatório publicado pelo projeto FairWork, era possível identificar a dificuldade encontrada por pesquisadores individuais e grupos de pesquisa para a realização de entrevistas com entregadores por aplicativo. Permanentemente à disposição das empresas e sem autonomia para rejeitar as tarefas por elas enviadas, os entregadores em geral simplesmente não têm tempo disponível para diálogos longos e profundos, pois dedicar tempo a isso implica na redução dos seus ganhos diários ou de seu tempo de descanso entre as tarefas.

Isso não significa que tenha sido impossível desenvolver com os trabalhadores esse tipo de diálogo ou que as interações tenham se resumido a conversas rasas e superficiais. Significa apenas que esse tipo de interação não poderia ser desenvolvido pelo método da entrevista semiestruturada e que seria necessário lançar mão de outros recursos. Aqui destaca-se mais um aprendizado do pesquisador que pôde refletir sobre a utilidade da técnica de pesquisa selecionada e buscar meios para adaptá-la.

Uma vez mais foi necessário transformar o desenho de pesquisa para adequá-lo aos propósitos da pesquisa e à realidade concreta dos trabalhadores. Nesse caso, o abandono da técnica de entrevista semiestruturada foi acompanhado pelo fortalecimento do uso da observação participante.

Com relação aos outros atores interpelados no decorrer da pesquisa e que não eram trabalhadores por aplicativo, utilizou-se a técnica de entrevista não-estruturada, informal e oral em grupo seguindo a classificação exposta por Colognese & Bica de Melo (1988). Sem um roteiro de entrevista definido buscou-se interrogar os atores entrevistados da maneira mais informal possível durante o próprio exercício de suas atividades regulares. No caso de lideranças sindicais, por

⁴ Embora a pesquisa participativa também tenha sido um método utilizado, ela será abordada à parte por consistir num tema privilegiado em nossa abordagem metodológica.

exemplo, as entrevistas foram feitas de maneira livre durante atos de protesto ou eventos dos quais eles participavam e não foram gravadas – optou-se por apenas registrar as impressões do pesquisador em seu diário de campo destacando frases, palavras, gestos ou outros elementos contextuais relevantes. Assim que todas as conversas e entrevistas foram realizadas de forma pública e em meio à outras pessoas.

Assim, tratou-se de tornar constante a presença do pesquisador na realidade dos sujeitos observados de forma a poder dialogar com trabalhadores e outros integrantes do seu ecossistema de relações uma quantidade maior de vezes e abordar assuntos variados. A observação participante também apresenta a vantagem metodológica de permitir que a interação entre pesquisador e sujeitos do campo de pesquisa se desenvolva no ambiente onde os sujeitos pesquisados têm trânsito livre (podendo sair e chegar quando for conveniente) o que permite romper parcialmente com a lógica do extrativismo científico que afasta o campo da ciência do campo do trabalho.

Pouco comum na disciplina de Ciência Política, a observação participante tem sido largamente utilizada por sociólogos e antropólogos ao longo dos últimos cem anos e suscitado debates sobre as condições de produção de conhecimento. Vale ressaltar que o método foi historicamente utilizado de formas bastantes diversas (ora com viés colonizador, ora com viés emancipatório) e há uma gama considerável de modelos disponíveis.

No sentido utilizado ao longo dessa pesquisa o conceito de observação participante se refere ao método de pesquisa tal como desenvolvido por exposto por Haguette (1992) ao resumir e problematizar as obras de Schwartz & Schwartz (1969); Bruyn (1966) e Cicourel (1969). Assim, optou-se pela definição de observação participante segundo a qual:

[...] definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por esse contexto (Haguette, 1992, p.66–67).

Note-se que esse conceito inclui em si o processo dialético de aprendizado mútuo que transforma a realidade em questão e o pesquisador envolvido. No caso da presente pesquisa, muitas das reflexões aqui desenvolvidas foram produto desse

aprendizado, do processo de educação do próprio pesquisador pelos sujeitos do campo pesquisado.

A observação participante foi desenvolvida ao longo de todos os quinze meses de pesquisa e inclui a participação ativa do pesquisador em: protestos; paralisações; reuniões; palestras; rotinas de trabalho; atividades sociais e de lazer; eleições; visitas à escritórios de advocacia; visitas a entregadores acidentados. De fato, o objetivo era desenvolver o papel de um observador ativo (Haguette, 1992) para superar a distância artificial entre pesquisador e sujeitos observados que colocava o pesquisador em situação desconfortável desde o início do processo de pesquisa.

Nesse sentido, o primeiro passo foi começar a frequentar os locais de trabalho e demais espaços que reunissem entregadores por aplicativo na cidade e iniciar conversas com aqueles que se mostrassem dispostos. Ao conversar com pesquisadores conhecidos sobre o início das observações foi indicado por eles que o horário ideal seria entre as 15h e as 17h, por ser o período em que os trabalhadores costumam descansar. Esse horário também costuma ser o de menor demanda nas plataformas, o que permite um intervalo de tempo maior sem ter que realizar entregas.

Os primeiros locais visitados foram o Ponto de Apoio iFood pedal, dois mercados-fantasma⁵ e dois pontos de coletas de pedidos situados em shoppings. Buscou-se estabelecer diálogos regulares com os trabalhadores do local e outros atores presentes (funcionários, consumidores etc.) tornando o pesquisador uma figura comum no local.

Depois de algumas semanas já era possível desenhar algo como um mapa mental dos atores e de suas relações identificadas de forma a visualizar os caminhos a serem seguidos nas próximas etapas da investigação. No entanto, antes que pudesse ampliar o uso da observação participante tradicional a relação com os sujeitos observados demandou um passo além da observação: os trabalhadores estabeleceram, quase como exigência, que a pesquisa realizada produzisse resultados concretos e ganhos organizativos e políticos para os trabalhadores.

⁵ Adaptação própria da expressão em inglês *darkstore*, refere-se a comércios que atendem exclusivamente serviços de delivery, sendo possível comprar apenas via aplicativos. Assemelham-se a estoques de mercadorias, embora sua função na cadeia comercial seja diferente, e reúnem entregadores que aguardam pela montagem de seus pedidos em frente ao local.

Como será relatado mais adiante em uma sessão específica, a participação do pesquisador em uma greve realizada pelos entregadores ciclistas ligados ao iFood culminou no convite para que atuasse como assessor do nascente movimento por reivindicações trabalhistas da categoria na cidade. Assim, em debate com os entregadores observados, decidiu-se por alterar a lógica do trabalho de campo mais uma vez e estabelecer a pesquisa participativa como método central da pesquisa que teria como objeto o desenvolvimento de uma associação de trabalhadores.

5.2.4 Pesquisa participativa

A pesquisa participativa (ou pesquisa participante) foi o principal método de pesquisa utilizado ao longo do percurso metodológico e representou uma mudança importante na postura científica do pesquisador. Como mencionado anteriormente, o uso da pesquisa participativa no presente trabalho foi provocado por indagações de natureza epistemológicas e políticas, por um lado, e por uma provocação vinda do próprio campo de observação, por outro.

A pesquisa ação foi utilizada como uma forma de possibilitar a interação criativa e positiva entre trabalhadores e pesquisador que uniram esforços e ideias em torno de um projeto coletivo comum. Assim, um dos pontos principais do presente trabalho consistiu justamente no acompanhamento do processo de criação e desenvolvimento da primeira associação de ciclo–entregadores do país, a ACERGS.

Assim, após a observação participante realizada em uma paralisação de entregadores ciclistas em Porto Alegre, o pesquisador foi convidado a participar de maneira orgânica do nascente movimento dos trabalhadores e convocado a assumir um papel de pesquisador ativo. A partir daí buscou-se redesenhar a metodologia de pesquisa para poder dar conta do que acontecia no trabalho de campo, de forma que se chegou logo ao modelo da pesquisa participativa como uma alternativa ideal. Ideal porque respondia, ao mesmo tempo, às provocações do próprio campo e às angústias epistemológicas do pesquisador.

Vale situar que a pesquisa participativa é uma das modalidades de pesquisa ação, na verdade, seria uma versão latino–americana desse tipo de pesquisa (Haguet, 1992). Esse modelo de pesquisa se desenvolveu nas Américas a partir

dos anos 1960 e se inseriu no bojo das teorias de orientação crítica e parcialmente inspiradas no marxismo. Exponentes como Paulo Freire, Oliveira e Oliveira e Carlos Rodrigues Brandão exploraram esse tipo de pesquisa e são referências nacionais de primeira importância. Em nível internacional, destacam-se os trabalhos de Thiollent, Barbier e Touraine que desenvolveram a teoria da pesquisa ação ao longo dos anos 80 do século passado. Todos eles foram brilhantemente sintetizados e criticados na obra já referida de Haguette – Metodologias qualitativas na sociologia – que foi o principal livro de referência metodológica utilizado na pesquisa.

Antes de continuar, uma observação importante deve ser feita: o relativo desconhecimento do pesquisador com relação às técnicas de pesquisa ação impôs que as teorias fossem descobertas simultaneamente ao processo de investigação de campo o que se acredita ter reduzido a eficiência no uso da metodologia. Essa ineficiência se expressa parcialmente nas referências de literatura adotadas que estão longe de serem as mais atualizadas. Um importante passo a ser dado a seguir seria revisar novamente a bibliografia a fim de levar em consideração textos sobre essa metodologia que tenham sido escritos em períodos mais recentes e que podem contribuir com novos olhares e reflexões.

Seguindo, adotou-se ao longo da pesquisa duas definições de pesquisa participativa que dialogam entre si e que são, do ponto de vista desta pesquisa, complementares. A primeira definição, elaborada por Oliveira e Oliveira apresenta a pesquisa participante como:

Uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos. Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social que está comprometido (1987, p.126).

Note-se que essa definição destaca o elemento político-pedagógico e a transformação social como dois elementos chave da pesquisa participante e que são entendidos pela ciência social tradicional como comprometedores da objetividade do pesquisador e contaminadores da ciência – que deveria ser, por excelência, neutra e apolítica. Ainda mais importante é observar que os autores definem o método em relação aos seus objetivos sociais, afastando-se da interpretação da ciência como fim em si mesmo e aproximando-se da ideia de ciência para transformar o mundo.

Essa postura compartilha da interpretação de hooks sobre o papel do cientista trabalhador em sua dupla identidade que indica um caminho de

aproximação entre a academia e a realidade das classes trabalhadoras ao possibilitar o acesso de recursos dos primeiros aos segundos. hooks é também partidária da socialização dos recursos da ciência e, sobre isso, ela escreveu:

[...] os intelectuais não conformistas podem, por meio de pesquisas e publicações, desgastar um pouco as ortodoxias convencionais, nutrir os alunos com ideias e intenções equivalentes ou encontrar maneiras de pôr uma pequena fração dos recursos da universidade a serviço dos interesses de classe dos trabalhadores e de outros que estão abaixo (2017, p.251).

Isso sugere que, ao menos parcial e temporariamente, é possível subverter a lógica de classe que orienta o funcionamento das instituições científicas de forma a favorecer os interesses de grupos historicamente oprimidos. Significa também a possibilidade de alterar o padrão de produção extrativista de conhecimento – que trata os sujeitos pesquisados e suas realidades como fontes de matérias primas científicas – e se aproximar de uma produção de saber orgânica que considere os sujeitos pesquisados como parte integrante do fazer científico.

É nesse sentido que se apresenta a segunda definição de pesquisa participativa que orientou o trabalho de pesquisa. Conforme Haguette, esse método pode ser definido como:

[...] aquela investigação em que existe um trabalho orgânico de assessoria para que a investigação se converta em uma investigação orgânica; em outras palavras, quando a participação se situa no processo orgânico de produção de conhecimento, no qual o conhecimento popular espontâneo transforma-se em conhecimento popular orgânico (conhecimento científico organizado) (1992, p.129).

Essa definição apresenta os outros dois elementos centrais da atuação do pesquisador ao longo da experiência de pesquisa participativa – a organicidade e o papel de assessoria. O primeiro diz respeito ao fato de se buscar manter uma relação com os sujeitos participantes da pesquisa que buscou superar a artificialidade imposta pelos ideais de neutralidade e objetividade científica, enquanto o segundo trata da natureza dessa relação. Ao longo dos quinze meses de pesquisa participativa o principal papel desempenhado pelo pesquisador foi o de assessoria que se expressou de variadas maneiras. Vale descrever de forma mais concreta esse processo.

Após a provocação dos trabalhadores ciclistas à participação mais ativa do pesquisador em sua realidade, formou-se um grupo inicial composto por cinco trabalhadores (quatro ciclistas e um motoboy) ao qual se somou o pesquisador. O grupo criou um espaço virtual de interação no aplicativo de mensagens WhatsApp onde foram enviadas as fotos da primeira manifestação e começaram a ser

discutidos os próximos passos da organização e atuação coletiva do grupo. Foi a partir desse grupo inicial que veio a se desenvolver o restante da pesquisa participativa.

Ao todo, vinte e um entregadores por aplicativo participaram ativamente da pesquisa ação, considerando apenas aqueles que participaram de ao menos uma das reuniões do grupo. o maior número de participantes simultaneamente foi de doze pessoas, sendo elas as que viriam a compor a primeira diretoria executiva da Associação de Ciclo Entregadores por Aplicativo do Rio Grande do Sul (ACERGS). O engajamento dos trabalhadores foi bastante heterogêneo de forma que alguns participaram do processo desde o início e outros foram se somando no decorrer das atividades, muitos também abandonaram o projeto ao longo do tempo (seja por terem trocado de trabalho ou por não acreditarem que “daria certo”). Vale ressaltar, uma vez mais, que não se tratou de um projeto acadêmico, mas sim da participação acadêmica orgânica em um processo de organização controlado e orientado pelos próprios trabalhadores.

Foram realizadas trinta reuniões do grupo, estando presente o pesquisador em todas elas, que ocorreram em vários locais da região central da cidade: praça em frente ao ponto de apoio iFood Pedal; sala de descanso do ponto de apoio; escritório de advocacia do ex-vereador Adeli Sell (PT); gabinete do vereador Comassetto (PT); sede II do sindicato dos telefônicos; sede da CUT. As reuniões ocorreram em formato apenas presencial por motivos de capacidade técnica e falta de infraestrutura para possibilitar a participação online – em apenas uma oportunidade um dos trabalhadores se conectou remotamente por meio de ligação telefônica, mas foi pouco produtivo e houve muita dificuldade na comunicação.

A pauta das reuniões era decidida coletivamente por meio do grupo de mensagens dias antes da sua realização, sendo aberta a colaboração de todos. No entanto, as reuniões dificilmente conseguiam seguir o roteiro elaborado anteriormente e os temas abordados variam bastante, assim como a presença dos trabalhadores. A reunião mais esvaziada teve presença apenas do pesquisador e mais um trabalhador, enquanto a mais cheia teve doze trabalhadores mais o pesquisador.

Nesse sentido, buscou-se manter nas mãos dos trabalhadores a decisão sobre quais caminhos seguir, quais temas discutir, quais eventos e atividades realizar, quando e onde seriam as reuniões, com quem estabeleceriam parcerias e

outras escolhas que não cabiam ao pesquisador fazer. Assim, o papel de assessoria prestado pelo pesquisador começou a se desenvolver no auxílio às atividades, como ajudar na procura por espaços para reuniões, ensinar a elaboração de atas e outros documentos, fornecer contatos de instituições, pessoas e projetos que poderiam ser solidários a causa dos trabalhadores, informar sobre questões legais e burocráticas e transmitir notícias, chamadas de eventos e atividades que chegassem até o pesquisador para o coletivo. A posição privilegiada de acadêmico põe à disposição do pesquisador todos os recursos necessários para realizar esse papel, recursos dos quais carecem profundamente os trabalhadores.

Em muitas das reuniões a participação do pesquisador no processo de formação da associação foi discutida de forma coletiva e foram apresentados os pontos de vista de todos os presentes. A autorização explícita dos entregadores para a participação do pesquisador e seu consentimento declarado em participar da pesquisa foram elementos sem os quais não se poderia realizar o processo investigativo.

A pesquisa participativa também incluiu a participação do pesquisador em todas as atividades realizadas pelo grupo (que mais tarde passou a se chamar E-Bike, e atualmente chama-se ACERGS) como protestos, participação em reuniões com políticos, advogados e sindicalistas, falas em eventos públicos, atividades de lazer e sociais. É de suma importância destacar também que o próprio pesquisador, a convite do grupo, veio a ocupar um dos cargos na diretoria executiva da ACERGS quando da sua fundação em junho de 2023.

No outro polo da discussão, sobre a contribuição dos trabalhadores ao processo de pesquisa que os envolve é preciso reconhecer que ficou aquém de seu potencial máximo. Os esforços de inclusão e democratização do processo de pesquisa permitiram que os entregadores envolvidos fossem colaboradores ativos, mas não chegaram a um estágio em que seriam coautores da produção científica. A já mencionada inexperiência com o método de pesquisa participativa e com processos pedagógicos contribuiu para essa limitação, mas também trouxe importantes lições a serem seguidas em trabalhos posteriores.

Certamente, isso não invalida o processo que tentou ser desenvolvido ao longo da pesquisa. Não sendo possível inserir os entregadores como coautores do trabalho, foi feito um esforço para que eles fossem aquilo que Brandão (1985)

chamou de “participantes associados do saber orgânico”. Nas palavras do próprio Brandão:

[...] a possibilidade lógica e política de sujeitos e grupos populares (operários, suboperários, lavradores sem-terra, posseiros, camponeses, imigrantes, homens e mulheres de lugares e trabalhos servis) serem os produtores diretos ou, pelo menos, os participantes associados do próprio saber orgânico de classe, um saber que nem por ser popular deixa de ser científico e crítico. Um saber que oriente a ação coletiva e que, justamente por refletir a prática do povo, seja plenamente crítico e científico, do seu ponto de vista (1985, p.223).

Obviamente, a opção por este tipo de metodologia trouxe consigo problemáticas importantes do ponto de vista da objetividade da ciência, da ética na pesquisa e da construção coletiva do conhecimento. No início deste capítulo essas questões foram abordadas de maneira ampla e geral, agora cabe uma reflexão sobre como elas se expressam na pesquisa participativa.

5.3 Ética e pesquisa no mundo das plataformas digitais

No decorrer do percurso metodológico emergiram um conjunto importante de preocupações relacionadas à ética em pesquisa social e seus impactos na produção de conhecimento. As preocupações éticas foram mais potentes no que diz respeito ao uso da técnica de pesquisa participativa que, além de pouco usual, é vista com desconfiança em várias áreas e disciplinas (como no caso da própria Ciência Política). Assim, é relevante encerrar esse capítulo – voltado à discussão metodológica – com uma discussão dessas preocupações à luz da bibliografia sobre trabalho em plataformas digitais.

Assumiu-se como referência para as discussões dessa sessão o já mencionado livro de Haguette e o artigo intitulado “*Alongside but not in front: Reflections on engagement, disengagement and ethics in action research with workers*” (traduzido como “Ao lado, mas não à frente: reflexões sobre engajamento, desengajamento e ética em pesquisa ação com trabalhadores”) escrito por Todd Wolfson, Ursula Huws, James Farrar e Yaseen Aslam e publicado pela revista *Work organisation, labour & globalisation* no ano de 2022. As duas obras condensam as reflexões centrais em termos dos desafios éticos em pesquisa com trabalhadores com foco na pesquisa participativa e, nelas, encontrou-se eco de muitas das preocupações enfrentadas ao longo do processo de pesquisa aqui descrito.

O trabalho de Wolfson, Huws, Farrar e Aslam é particularmente importante porque trata diretamente da pesquisa envolvendo trabalhadores por aplicativo, sendo que Huws é uma das mais importantes referências internacionais no tema. Além disso, tanto Huws quanto Wolfson são também pesquisadores engajados que utilizam a pesquisa ação como método de pesquisa já há vários anos e, assim, fornecem uma crítica “de dentro”, uma crítica embasada não em preocupações abstratas e imaginadas, mas calcadas na experiência concreta e na própria *práxis* de pesquisa. Outro mérito deste texto é o fato de ter incluído de forma bastante avançada a participação de dois dirigentes sindicais – Aslam e Farrar – como coautores do trabalho, além de incorporar no texto a contribuição direta de um trabalhador em formato anônimo. Assim, o trabalho é ele próprio uma crítica e um produto desse método de pesquisa.

É interessante iniciar fazendo um levantamento das principais questões éticas enfrentadas ao longo da pesquisa, elas se dividem em dois grupos: a) o papel do pesquisador e a proteção dos interesses dos grupos oprimidos implicados e b) impactos da imersão do pesquisador na produção científica e validade do conhecimento produzido. Essas questões podem ser formuladas como perguntas, tal como como fizeram Wolfson, Huws, Farrar e Aslam, sendo as do primeiro grupo as seguintes:

[...] até que ponto estavam conscientes das possíveis consequências? Mesmo que as suas identidades individuais sejam mantidas em segredo, como poderão ser afetados pelas formas como são representados coletivamente? Se os seus comportamentos e ações políticas forem descritos publicamente, como podem ser protegidos contra reações adversas a estes (por exemplo, ações retaliatórias por parte de empregadores ou proprietários)? Quais são os riscos de que suas experiências sejam apropriadas, mesmo que não para ganho financeiro, para promover a carreira e a reputação do pesquisador? Será que estes sujeitos da investigação poderão sentir-se desiludidos e traídos se não virem nenhum resultado positivo da investigação e, em caso afirmativo, que responsabilidade, se houver, tem o investigador por ocupar o seu tempo e atenção sem proporcionar quaisquer benefícios? Se os sujeitos da pesquisa foram escolhidos porque estão ativamente engajados na luta, qual é o papel do pesquisador: liderar, apoiar ou observar? Tais questões tornam-se especialmente problemáticas quando o pesquisador se identifica com a comunidade que está sendo pesquisada e compartilha com ela algumas características. Nesses casos, como distinguir a voz individual da coletiva? (2022, p.107).

Já o segundo grupo de perguntas, também foi retirado do mesmo texto, e contém as seguintes provocações:

Com base em que o Leitor confia na voz do pesquisador? Como as descobertas podem ser verificadas? Mesmo que sejam verificáveis, como sabemos até que ponto são representativos? Poderiam outras vozes

contrastantes ter sido silenciadas? Como sabemos se as opiniões dos sujeitos da pesquisa foram interpretadas de uma forma que faça sentido para eles? Que distorções aparecem, acidental ou inadvertidamente, nos processos pelos quais as suas palavras são editadas, interpretadas e traduzidas de um idioma ou língua para outro? Nos casos em que foram formuladas exigências políticas, até que ponto estas articulam as necessidades expressas pelos sujeitos da investigação e até que ponto podem ter sido impostas pelo investigador? A estas questões epistemológicas e políticas devem ser acrescentadas as questões que são regularmente levantadas nas revisões éticas formais, mas, possivelmente, nem sempre aí abordadas com o rigor que merecem: Como foi obtido o consentimento dos sujeitos da investigação? (2022, p.106).

Não se pretende aqui fornecer as respostas para esses grupos de questões, isso escapa do objetivo do presente trabalho e das próprias capacidades atuais do seu autor. Entretanto, levantar essas dúvidas e apresentar como elas foram encaradas ao longo da pesquisa pode ser uma contribuição importante para a pesquisa social e ajudar outros pesquisadores que compartilhem dos mesmos dilemas a não se verem solitários. Assume-se que uma parte incontornável do fazer científico se trata de formular perguntas, mesmo que suas respostas escapem momentaneamente de nosso intelecto.

No que diz respeito à proteção dos sujeitos participantes da pesquisa optou-se por não fazer referência direta aos nomes daqueles que participaram do grupo observado ao longo da pesquisa participativa, assim como não foi colocada nenhuma citação direta de entrevistas e falas. Buscou-se compartilhar essas ideias e buscar o consentimento livre e esclarecido dos participantes e ouvir deles o que pensavam ser a maneira mais correta de lidar com essa situação, ao longo de encontros presenciais o tema foi debatido diversas vezes até que se chegasse a consensos que agradavam a todos.

No mesmo sentido, as reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho foram apresentadas e debatidas ao longo de seu surgimento com os trabalhadores na tentativa de compartilhar o máximo possível do processo de investigação. Em várias oportunidades o entendimento do pesquisador e dos trabalhadores divergiu de forma significativa e essas divergências foram sempre tratadas de forma aberta e clara prevalecendo o interesse coletivo.

Certamente, isso não significa que esteja eliminado o risco de algum trabalhador envolvido não se sentir representado pelo trabalho final ou mude de opinião ao longo do tempo e rejeite sua participação pretérita na pesquisa participativa. Debater a pesquisa com os sujeitos implicados, mesmo que para divergir, parece ser muito mais interessante do que saberes cômodos e estáticos –

se os trabalhadores conseguirem ler essa dissertação, ou assistir sua apresentação, já será em si um avanço.

Outra importante reflexão é a responsabilidade que o pesquisador tem do ponto de vista de sua relação com sujeitos, com as expectativas que produz neles e as promessas que pode acabar encampando. O trabalhador anônimo do artigo de Wolfson Et al., por exemplo, descreve o prejuízo causado por um acadêmico que realizava pesquisa ação:

Este é o impacto emocional nos trabalhadores das promessas não cumpridas por parte dos investigadores e a perda de confiança que daí resulta. Pessoalmente, senti-me muito traído e enganado por um acadêmico que roubou algumas das minhas próprias pesquisas sem o reconhecer e depois falou mal de mim em público quando desafiei este comportamento. Isto teve um sério impacto na minha vida social e familiar e na minha saúde mental (2022, p. 117).

A responsabilidade do pesquisador com os participantes da pesquisa deve ser motivo de reflexão constante, sob pena de cair novamente na lógica extrativista de produção de conhecimento. Como agente responsável deve também o cientista nutrir uma preocupação empática com os sujeitos participantes, e a experiência prática mostrou que abordar diretamente esses assuntos é o caminho mais eficiente. Em vários momentos da pesquisa o papel do pesquisador foi questionado tanto por membros do próprio grupo, quanto por trabalhadores influenciados pela ACERGS e que não o conheciam diretamente. Foi necessário um longo processo de aproximação com o coletivo de trabalhadores que exigiu presença regular do pesquisador nos espaços e que “pegasse junto” em tarefas cotidianas e organizativas para que se tornasse figura orgânica do cenário.

Ao longo de todo o percurso metodológico foram realizados vários diálogos com os trabalhadores implicados na atividade de pesquisa participativa para que fossem expostos os desafios da pesquisa e traçar conjuntamente os limites do papel do pesquisador. Adotou-se a postura de que o papel do cientista não deve estar pré-definido, ele deve ser sempre contextual no sentido de que as circunstâncias da pesquisa é que devem estabelecer sua dinâmica. Trabalhos baseados em pesquisa documental e bibliográfica demandam do cientista uma dinâmica diferente daquela exigida naquelas centradas e métodos participativos e isso precisa ser levado em consideração. O percurso metodológico mostrou-se uma oportunidade interessante de tensionar o entendimento tradicional e ressignificar o papel do pesquisador no contato com os trabalhadores participantes da pesquisa.

Com relação aos questionamentos relacionados ao enviesamento da pesquisa, a grande preocupação é a de que as posições políticas pessoais e os interesses do pesquisador poderiam incentivá-lo a “entortar” a realidade observada de forma a favorecer seu ponto de vista e confirmar suas próprias hipóteses. Esse foi um dilema que rendeu muitas horas de reflexão e foi objeto de debate com muitos pesquisadores, entregadores e ativistas e sobre isso vale a pena dedicar alguns parágrafos.

O trabalho já mencionado de Henrique Weiss, que também se debruçou sobre a realidade dos ciclo-entregadores porto alegrenses, traz a constatação de que há pouca ou mesmo nenhuma organização política coletiva entre a categoria na cidade, destacando que as resistências e lutas dos trabalhadores centravam-se em atividades individualizadas. O início da presente pesquisa, realizada cerca de um ano depois, também se deparou com essa aparente realidade. Nos meses seguintes, o convite para atuar junto com os trabalhadores no projeto de uma associação mudou a percepção sobre essa realidade, sendo também uma evidência clara do surgimento de formas avançadas de organização política coletivas. Mas sobre isso poderíamos questionar: teria o pesquisador, na falta de evidências de organização política prévia, simplesmente criado ele mesmo um foco de organização coletiva entre os entregadores?

A resposta a essa pergunta é simplesmente não. Primeiro porque a participação orgânica do pesquisador se deu após o primeiro protesto documentado na pesquisa, ou seja, o foco de organização coletiva e a agitação trabalhista já eram elementos prévios da realidade dos trabalhadores antes da chegada do pesquisador. Em segundo lugar, essa participação permitiu descobrir um vasto, mas também subterrâneo, leque de tentativas de organização coletiva e iniciativas de participação política que ocorreram em momentos anteriores, mas que não tiveram continuidade e que, muitas vezes, sequer chegaram ao conhecimento do público geral – não tendo sido registradas na pesquisa de Weiss, por exemplo.

Por fim, o princípio ético que guiou o percurso metodológico e orientou a prática de pesquisa foi o da responsabilidade nos termos apresentados por Wolfson. De acordo com ele, a responsabilidade significa prestar contas da atuação do cientista a todos os sujeitos implicados no processo e que têm seus interesses diretamente tocados pela atividade de pesquisa. Foi nesse sentido que buscou-se prestar contas constantemente aos trabalhadores participantes da pesquisa ao longo

dos diálogos desenvolvidos. Da mesma maneira, o capítulo que aqui se encerra tratou de prestar contas à comunidade acadêmica e a todos os potenciais Leitores na forma de uma discussão metodológica.

6 O CIRCUITO DE AGITAÇÃO TRABALHISTA DE ENTREGADORES DE PLATAFORMA: QUEM FAZ PARTE DO ECOSISTEMA?

As disputas entre Trabalho e Capital assumem formas e dinâmicas variadas no decorrer dos processos sociais alcançando distintos grupos de instituições e engajando sujeitos em processos de movimentação social. Nesse sentido, a agitação trabalhista percorre um circuito, fluindo de um ponto a outro, ativando comportamentos e colocando processos em marcha.

O trabalho de pesquisa realizado em Porto Alegre permitiu lançar luz sobre o circuito da agitação trabalhista na cidade e identificar um conjunto bastante amplo de atores engajados no fluxo das disputas entre trabalhadores e patrões. Nem todos os referidos atores possuem o mesmo grau de engajamento, influência e cada um deles desenvolve um padrão próprio de relação com os processos de luta dos trabalhadores. Eles também tendem a variar no que diz respeito a sua temporalidade na medida em que uns se apresentam de forma mais permanente enquanto outros apenas temporária.

Certamente, há sempre pontos cegos que fogem a capacidade de observação e análise do pesquisador e que tendem a ficar ocultos. Relações entre sujeitos, grupos e espaços nem sempre são facilmente identificáveis ou mesmo publicamente explícitas, de forma que é importante considerar que o mapa do circuito de agitação trabalhista aqui apresentado não esgota a totalidade dos atores envolvidos. No mesmo sentido, a pesquisa é capaz de identificar apenas aqueles atores engajados ao longo do período de realização da produção de dados, enquanto a dinâmica da realidade permite que novos atores se somem e atores antigos desapareçam.

Há também um enquadramento geográfico importante que define as fronteiras da observação e análise. Considerou-se, como já mencionado ao longo do percurso metodológico, a cidade de Porto Alegre como lócus do trabalho de campo e limite do universo observado. No entanto, muitos dos atores engajados no

circuito de agitação aqui abordado situam-se para além dos limites da cidade ou possuem natureza desterritorializada, como no caso de grupos nacionais de trabalhadores em plataformas de mensagens (WhatsApp, Telegram, Facebook etc.). Embora situados fora da cidade eles participam efetivamente do desenvolvimento do fluxo de luta trabalhista na cidade e por isso foram incluídos na análise.

Isso limita o alcance da análise dos dados, porque é muito possível e provável que o cenário descrito e os atores engajados mudem de forma significativa no período após a publicação do trabalho. Por outro lado, a pesquisa indica uma forte tendência de que os atores identificados permaneçam engajados no circuito de agitação trabalhista dos entregadores, expandindo sua atuação e alcance e somando-se a outros novos atores em desenvolvimento.

A análise dos dados resultou na seguinte divisão dos atores envolvidos no circuito de agitação trabalhista dos entregadores de mercadorias por aplicativo em Porto Alegre: 1- Instituições; 2- Sujeitos; 3- Movimentos sociais. Essa divisão permite desenvolver uma visão panorâmica do circuito por onde flui o conflito trabalhista, um mapa dos principais pontos onde a luta dos trabalhadores se desenvolve. Nota-se que o conjunto de atores é variado entre si, cabendo uma definição mais precisa de cada um.

A começar pelas instituições, a divisão utilizada considera todos aqueles atores coletivos socialmente estabelecidos e que são publicamente reconhecidos. Aí encontram-se empresas privadas, sindicatos, partidos políticos, órgãos e instituições públicas que estão, direta ou indiretamente, envolvidos com a luta política dos trabalhadores.

No que tange aos movimentos sociais a pesquisa incluiu nessa categoria aquelas organizações coletivas não institucionalizadas. Muitas vezes os movimentos sociais podem atuar também como instituições na medida em que assumem personalidades jurídicas e recebem o reconhecimento do Estado como representantes da sociedade civil organizada. Assim que é possível haver atores que são, ao mesmo tempo, instituições e movimentos sociais como no caso dos sindicatos, partidos políticos, associações e tantos outros. Para os fins desta pesquisa, o critério de distinção selecionado foi o grau de institucionalização e o sentido da ação social dos atores.

Os movimentos sociais são entendidos como aqueles atores coletivos com baixo grau de institucionalização e cuja ação se volta para solução de demandas da sociedade civil a partir do contato constante com os sujeitos representados. Enquanto uma oficina comunitária de bicicletas é considerada um movimento social – por ter baixo grau de institucionalização e voltar sua atividade para o auxílio direto a ciclistas por meio de trabalho voluntário – um grupo de pesquisa/observatório acadêmico é considerado uma instituição – altamente institucionalizado e voltado à produção pública de conhecimento por meio de trabalho remunerado.

Com relação aos sujeitos, eles podem ser definidos como sendo pessoas individuais que participam dos processos de lutas dos entregadores de maneira destacada seja por ocuparem cargos em instituições relacionadas ou por realizarem atividades de ativismo individual. Obviamente, todos trabalhadores de *delivery* estão de alguma forma relacionados a luta da categoria, mas dentre eles há sempre aqueles cuja atuação é mais determinante para o desenvolvimento do conflito trabalhista. Estão incluídos aí lideranças da categoria, pesquisadores individuais que estudam o tema, parlamentares, sindicalistas e influenciadores digitais.

A tabela abaixo sintetiza os principais atores que compuseram o circuito de agitação trabalhista dos entregadores por aplicativo em Porto Alegre durante o período de observação. A tabela também aponta quais são mais frequentes em cada uma das subdivisões da categoria (entregadores ciclistas e motoboys).

Tabela 2 – Atores relevantes do circuito de agitação trabalhista dos entregadores

INSTITUIÇÕES	MOVIMENTOS SOCIAIS	SUJEITOS
Sindimoto/RS	Grupos independentes	Lideranças locais
ACERGS	Oficina comunitária	Influenciadores digitais
Escritórios de advocacia trabalhista	ANEA	
Centrais sindicais		
Cooperativas de entregas		
Órgãos públicos de fiscalização		
Instituições do Poder Judiciário		
Sindicatos de outras categorias de trabalhadores		
Instituições internacionais		
Mandatos Parlamentares		
Grupos de pesquisa acadêmica		

Fonte: Elaboração própria

Esses atores compõem o que pode ser descrito como ecossistema de relações trabalhistas da categoria dos entregadores por aplicativo em Porto Alegre. É por meio da sua atuação que as lutas dos trabalhadores se desenvolvem seja pela conquista de demandas laborais, pela criação de entidades de representação ou pela ampliação do alcance das atividades de resistência e disputa política como polo patronal.

6.1 As instituições

Sem dúvida, são as próprias organizações de trabalhadores entregadores que assumem o protagonismo e ocupam o plano central das disputas trabalhistas. Dentre estas destaca-se o Sindimoto/RS e a ACERGS como os atores principais do processo de organização da categoria e luta pela satisfação das suas demandas, sendo que o primeiro tem sua atuação prioritariamente voltada para os motociclistas e o segundo para os ciclo-entregadores. No cotidiano da categoria ambos

apresentam uma atuação mista, agindo como instituição e movimento social simultaneamente.

Aqui, estes dois grupos foram enquadrados como instituições porque esse papel é o mais comum desempenhado por elas. Em seu processo de organização as duas entidades apoiam-se no registro formal – criação de CNPJ e Carta Sindical – para desenvolver atividades de representação dos trabalhadores e lutar coletivamente por seus interesses. Esse registro formal funciona como o reconhecimento público da existência e atuação da entidade e favorece a criação de parcerias institucionais e permite que os grupos acessem espaços mais restritos como reuniões e audiências realizados por órgãos públicos.

O Sindimoto/RS é a instituição mais tradicional, desenvolvida e atuante da categoria dos entregadores tendo sido fundado em 1998. O sindicato tem um histórico longo de atuação em defesa dos interesses da categoria e é o principal representante do sindicalismo tradicional entre a categoria. A pesquisa observou que o sindicato realiza campanhas salariais regulares, atividades sociais e solidárias, cursos de formação, assembleias de trabalhadores presenciais e online e realizam a representação dos entregadores diante de instituições públicas e das empresas empregadoras.

É por meio do sindicato que muitos trabalhadores acessam direitos trabalhistas e previdenciários, mas também é a partir dele que muitos se engajam em processos reivindicatórios e de luta trabalhista. Durante o período de observação percebeu-se que atuação sindical tem sido majoritariamente defensiva no sentido de buscar o reconhecimento de direitos já reconhecidos dos motofretistas para os que hoje trabalham nas plataformas. Nesse sentido, a plataformização do setor de entregas foi bastante prejudicial para a entidade que viu décadas de acúmulos e conquistas serem perdidos na medida em que as empresas tiveram larga margem para desrespeitar acordos coletivos da categoria e a legislação trabalhista vigente.

O maior exemplo é a Lei Federal nº 12.009/09, conhecida como “Lei do motoboy”, que foi elaborada a partir de reuniões tripartites das quais participou ativamente o Sindimoto/RS ainda no ano de 2009. A Lei regulamenta o exercício profissional dos serviços de entrega de mercadorias por meio de motocicletas, mas tem disso sistematicamente desrespeitada pelas empresas de plataforma de forma a rebaixar a situação dos trabalhadores novamente a uma situação anterior a regulamentação. Assim, o sindicato tem lutado defensivamente no último período

para estender o alcance da Lei 12.009/09 para os trabalhadores plataformizados argumentando que não há necessidade de nova regulamentação do setor de entregas, mas a aplicação aquela que já existe.

O sindicato possui uma sede em Porto Alegre e outra na cidade vizinha de Canoas, onde realizam atendimento aos trabalhadores e atividades sociais como churrasco e festas comemorativas. A atuação do Sindimoto/RS é praticamente toda voltada para a representação dos motoboys, embora sua carta sindical inclua os entregadores ciclistas sob o termo *bikeboys*. As primeiras ações voltadas para os ciclo-entregadores se deram apenas em 2023 quando os dirigentes sindicais perceberam a importância desse contingente no interior da categoria após a formação da ACERGS nos meses finais de 2022. Um dos membros fundadores da ACERGS passou a compor os quadros do sindicato após sua saída da associação em junho de 2023 sendo nomeado delegado sindical.

Já a ACERGS é uma entidade muito mais recente com atuação ainda bastante restrita e limitada. Fundada em junho de 2023 a entidade é produto do acúmulo de lutas e tentativas de organização dos entregadores ciclistas que se iniciaram no segundo semestre de 2022. A falta de representatividade dos ciclo-entregadores no sindicalismo tradicional e ausência de entidades próprias levou os trabalhadores a buscarem formas autônomas de atuação, representação e organização. O marco da fundação da ACERGS foi o protesto realizado em agosto de 2022 em frente ao ponto de apoio iFood Pedal que foi também o primeiro protesto dos trabalhadores acompanhado pela pesquisa.

De agosto de 2022 a setembro de 2023 a entidade passou por ao menos três fases diferentes nas quais houve renovação das lideranças, mudança de nome e de orientação política. Reunindo interesses e posicionamentos heterogêneos a ACERGS viu-se diante de várias crises de representatividade ao longo dos últimos doze meses e variou entre períodos de maior e menor atuação ao longo de sua história recente. Mais adiante o processo de desenvolvimento da ACERGS será explorado com maior profundidade, por enquanto, vale ressaltar apenas que a atuação da entidade se aproxima muito da atuação sindical centrada em ações de negociação e representação coletiva que utilizam da greve, da paralização e do protesto como ferramentas de mobilização e pressão política.

É a partir desses dois atores que outras entidades importantes se aproximam da categoria e das suas demandas, ou seja, estes atores são os responsáveis por

engajar os demais nesse universo de relações, eles são o elo entre a categoria dos entregadores por aplicativo e instituições, movimentos e sujeitos externos a ela. As centrais sindicais e os escritórios de advocacia relacionam-se com esses dois atores nutrindo com eles relações produtivas e positivas.

O Sindimoto/RS é bastante próximo de duas centrais sindicais a CTB e a Força sindical por meio de membros da direção da entidade que são ativistas dessas centrais. No entanto, ambas as centrais mantinham atuação marginal e bastante limitada resumindo-se a suporte indireto as atuações do Sindimoto/RS. A situação mudou parcialmente com a instituição do GT de regulamentação federal, dado que as centrais sindicais receberam papel de destaque como legítimos ocupantes das cadeiras, o que impulsionou uma valorização do Sindimoto/RS.

Já a ACERGS aproximou-se ao longo de seu desenvolvimento da CUT-RS que têm atuado como entidade parceira desde o processo inicial de idealização da associação. Nesse caso a CUT-RS realiza um processo de incubação da associação dos ciclo-entregadores, tendo disponibilizado recursos variados para os projetos encampados pela entidade. Importante ressaltar que a central tem acumulado experiência no desenvolvimento do sindicalismo em categorias de trabalhadores plataformizados tendo sido o principal agente de desenvolvimento do Sindicato dos Motoristas de Transporte Individual de passageiros por Aplicativo do Rio Grande do Sul (Simtrapli-RS). Tanto ACERGS quanto Simtrapli-RS tem seus endereços na sede estadual da CUT-RS, o que indica o alto grau de compromisso da central com as novas entidades da categoria.

A mesma situação ocorre no que diz respeito aos escritórios de advocacia que acessam a categoria por meio do Sindimoto e da ACERGS. Cada uma das entidades é assessorada por um escritório de advocacia diferente que realiza o processo de acolhimento de demandas jurídicas e acompanha o desenvolvimento de processos judiciais nos tribunais trabalhistas. O Sindimoto é vinculado ao escritório Carmona Advogados Associados que presta serviços ao sindicato e tem forte atuação no tema do trabalho plataformizado.

Já a ACERGS mantém uma relação com o escritório Castro, Osório e Pedrasani (COP Advogados) que presta auxílio para várias entidades sindicais no estado, incluindo o sindicato dos motoristas por aplicativo (Simtrapli-RS). O escritório participou do processo de idealização da entidade e acompanhou o processo de formalização da associação prestando assistência técnica na

formulação do estatuto, redação dos documentos oficiais e arcando com os custos cartoriais dos processos. Além disso, ele atende gratuitamente entregadores ciclistas que são periodicamente encaminhados ao escritório pela associação e tem seus processos trabalhistas acompanhados pelos advogados da COP. Esse escritório também é altamente qualificado no atendimento de demandas de trabalhadores plataformizados, sendo um dos primeiros a obter vitórias judiciais contra plataformas por atuação antissindical.⁶

A atuação dos escritórios de advocacia é um elemento central no cenário nacional de trabalho em plataformas digitais. Considerando a rejeição das empresas a processos de negociação com entidades representantes da categoria e a falta de regulamentação do setor no país muitas das demandas trabalhistas acabam tornando-se contenciosos judiciais. Ocorre uma progressiva judicialização da luta dos entregadores por aplicativo o que fortalece a presença a longo prazo dos escritórios de advocacia e seus vínculos com as organizações de trabalhadores.

Essa judicialização provoca o engajamento de instituições públicas no processo de agitação trabalhista da categoria e pressionar os tribunais é uma estratégia bastante utilizada pelo movimento dos trabalhadores. Nesse sentido, o Ministério Público do Trabalho tem sido um ator de destaque ao dar impulso e legitimar as demandas dos trabalhadores por melhorias laborais e reconhecimento de direitos e garantias trabalhistas. Somam-se a ele a superintendência regional do trabalho que já realizou reuniões com representantes dos trabalhadores para tratar do tema da plataformização do trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que buscou realizar reuniões de mediação com trabalhadores e empresas, sobretudo em 2022.

Outra instituição pública mapeada durante a pesquisa foi a Empresa pública de transporte e circulação (EPTC), que teve papel bastante ambíguo. Na maior parte das vezes a EPTC é entendida pelos trabalhadores como um órgão de repressão responsável por aplicar multas aos trabalhadores e realizar exigências quanto aos veículos utilizados. No caso mais destacado a agressão de um agente da EPTC a um ciclo-entregador gerou revolta dos trabalhadores e ações de justiça na residência do agente público. Por outro lado, a entidade também é vista como

⁶Disponível em: <https://sintrajufe.org.br/trt4-mantem-condenacao-a-99-pop-por-bloquear-dirigente-sindical-durante-negociacoes-coletivas/>

destinatário final de algumas das demandas dos trabalhadores relativas à mobilidade urbana e trânsito como local de trabalho – como por exemplo as demandas por reparos nas vias de circulação da cidade e ampliação das ciclovias – e realizou reuniões ao longo de 2022 e 2023 com representantes dos trabalhadores para acolher suas reivindicações e firmar compromissos.

Ainda sobre os atores institucionais foi identificada participação significativa mandatos parlamentares municipais, estaduais e federais e de grupos de pesquisa ligados a universidades. Ao menos dois vereadores inseriram-se no circuito de agitação trabalhista dos entregadores em Porto Alegre, um deputado estadual e uma deputada federal o que indica um grau baixo de relacionamento entre os parlamentares e a luta dos trabalhadores. Nos casos em que houve apoio dos mandatos eles mostraram-se bastante tímidos e iniciais tendo sido realizadas algumas reuniões em 2023 entre entidades sindicais da categoria – Sindimoto/RS e ACERGS – e representantes dos mandatos parlamentares. A maioria delas buscou inserir as demandas dos trabalhadores nas discussões parlamentares e angariar algum tipo de suporte para atividades da categoria – tais como financiamento de panfletos, apoio logístico e recursos humanos.

Destacou-se a reunião celebrada pela ACERGS e o mandato da deputada federal Denise pessoa (PT-RS) que resultou na realização de Audiência Pública no congresso nacional sobre o tema do trabalho em aplicativos – a audiência mostrou-se um dos eventos mais importantes de 2023 para a categoria a nível nacional e contou a participação de dezenas de entidades representativas dos trabalhadores, acadêmicos, parlamentares, entidades sindicais e representantes patronais. Nesse caso o mandato parlamentar foi uma eficiente ferramenta de ampliação do alcance das demandas dos trabalhadores e acirramento das disputas ente o polo trabalhista e patronal e permitindo que a luta dos trabalhadores avançasse na arena política institucional. No âmbito da audiência pública o evento também colaborou para que diversos atores pertencentes ao circuito nacional de agitação trabalhista da categoria estreitassem suas relações, visto que muitos tiveram a oportunidade de interagir e ouvir uns aos outros pela primeira vez.

Os grupos de pesquisa universitários também apareceram ao longo da pesquisa, embora sua atuação seja bastante eventual. No caso dos grupos observados a sua relação com a categoria dos entregadores pode ocorrer a partir das entidades representativas (ACERGS e Sindimoto/RS) como também

diretamente com os trabalhadores. É válido destacar que no contato com pesquisadores e acadêmicos ocorrem importantes relações de aprendizado mútuo e autorreflexão. Em um dos casos observados um grupo de pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) realizou entrevistas coletivas com os trabalhadores nas quais eles eram incentivados a refletir sobre sua realidade laboral e pensar melhorias. Os trabalhadores que participaram das entrevistas acrescentaram novos elementos ao seu vocabulário e ampliaram seu repertório discursivo a respeito de si e de seu trabalho.

Destaca-se a atuação do projeto FairWork que tem estado bastante engajado na agitação trabalhista dos entregadores e realizou atividades de pesquisa e campanhas por melhorias laborais em Porto Alegre. O FairWork é um projeto de dimensão internacional, é sediado no *Oxford Internet Institute* e no *WZB Berlin Social Science Center* e possui pesquisadores associados em pelo menos 38 países. O projeto conta com a colaboração da professora Julice Salvagni vinculada a UFRGS e que atua em Porto Alegre. Foram realizadas entrevistas com trabalhadores sobre questões envolvendo o trabalho nas plataformas e distribuídos adesivos de campanhas por melhorias laborais e condições justas de trabalho nos aplicativos.

Finalmente, vale mencionar a atuação do *Solidarity Center* que também se destacou no mapa da agitação trabalhista. Essa instituição, com sede nos Estados Unidos, organiza parcerias com sindicatos, associações e entidades de representação trabalhista a nível internacional e desenvolve projetos no Brasil há pelo menos quatro anos ao longo dos quais firmou convênios com CUT-RS e com a UGT. O *Solidarity* arcou com as despesas de parte dos representantes dos trabalhadores em sua viagem para a primeira reunião do GT federal de regulamentação do trabalho em aplicativos – inclusive o representante da ACERGS – e vem investindo na formação e organização coletiva de trabalhadores.

O escritório da entidade no Brasil fica em São Paulo, onde a sua relação com a categoria dos entregadores é mais estreita. No caso do Rio Grande do Sul, o Sindimoto/RS tem realizado reuniões e encontros com o *Solidarity Center* e firmado algumas parcerias para avançar na luta por direitos da categoria. Assim, o impacto da entidade se dá sobre as lideranças e dirigentes do movimento trabalhista no intuito de qualificar sua atuação e financiar sua formação sindical, o que também reduz o alcance das suas iniciativas aos trabalhadores já organizados.

6.2 Os movimentos sociais

No que diz respeito aos movimentos sociais que participam do ecossistema de relações trabalhistas dos entregadores por aplicativo a pesquisa pôde identificar três atores com atuação relevante: os grupos independentes de trabalhadores, a Oficina Pedala Porto e a Aliança Nacional dos Entregadores (ANEA). Os grupos independentes conformam organizações de base da categoria que se estruturam a partir de grupos em aplicativos de mensagens ou redes sociais de maneira espontânea e reúnem quantidades bastante variadas de trabalhadores.

Os grupos independentes são bastante comuns nas categorias de trabalhadores plataformizados – já tendo sido registrado em trabalho anterior sobre os motoristas de aplicativo – e cumprem diversas funções. Esses grupos surgem a partir de trabalhadores que compartilham locais de trabalho e experiências laborais sendo um dos atores mais relevantes do ecossistema de relações.

Em geral esses grupos possuem pouca ligação com circuito sindical, mas se provaram bastante ativos na discussão de temas políticos da categoria e apresentam significativa capacidade de mobilização. Muitos deles são coletivos informais de trabalhadores organizados de forma relativamente horizontal e vão ganhando a adesão de mais trabalhadores ao longo do tempo. Esses grupos são espaço de compartilhamento de experiências de trabalho e de revolta e organizam a solidariedade da categoria. A principal característica desses grupos é o fato de se organizarem a partir de recursos digitais e serem sediados em plataformas de mensagens ou redes sociais. Ao longo da pesquisa foi possível observar que alguns destes grupos evoluem rapidamente para movimentos mais amplos e mais organizados que geralmente se concentram em atividades de tipo assistencialista. É nesse sentido que muitos realizam atividades de trabalho voluntário e festas solidárias em datas comemorativas em comunidades carentes da cidade – o seu principal foco é organizar a solidariedade coletiva.

Em vários momentos estes grupos tornam-se também vetores de identidade coletiva da categoria e dos conflitos trabalhistas. Nas discussões internas são debatidas melhorias laborais, estratégias de luta e resistência trabalhistas e são formulados os posicionamentos coletivos a respeito de vários temas sensíveis aos trabalhadores. Nessas discussões há sempre um peso significativo das ideologias

neoliberais que concorrem para formar a opinião da categoria. Nesse sentido, os grupos observados demonstraram baixa capacidade de reflexão crítica no sentido de uma consciência de classe de forma que vários deles são frequentemente cooptados pelos discursos neoliberais formulados pelas empresas. Daí que se tenha observado uma capacidade muito maior do polo patronal de atingir esses grupos com seus discursos e ideologias do que aquela demonstrada pelas entidades do polo trabalhista.

Isso traz à tona a pertinente problemática levantada por Cordero e Daza (2020) no livro sobre trabalho digital em artigo intitulado com a seguinte pergunta “os trabalhadores de aplicativo são sujeitos neoliberais?”. A ideologia encampada pelas plataformas traduz os complexos discursos neoliberais para a realidade prática dos trabalhadores – como a concorrência, a desregulamentação, a flexibilização do trabalho, a transferência dos riscos – e elas próprias podem ser entendidas como meios de comunicação e socialização dos trabalhadores (Grohmann, 2020).

Percebe-se que as plataformas vão moldando a consciência dos trabalhadores ao influenciar seu posicionamento a respeito de temas sensíveis. Isso se processa pela linguagem através do uso de um vocabulário específico que busca ocultar as relações de subordinação e exploração do trabalho que apresenta os sujeitos como colaboradores, parceiros e outros sinônimos dissimulados que são amplamente empregados nas campanhas de marketing e nas interfaces das plataformas. Também cumprem um papel central os comunicadores digitais que produzem ou compartilham conteúdos direcionados aos trabalhadores em plataformas como Youtube, Instagram e Facebook. Vários deles são instrumentados pelas plataformas e utilizados como correia de transmissão dos interesses patronais.

Finalmente, observou-se que vários dos grupos independentes estão na base de processos de mobilização política da categoria e em alguns casos é deles que se originam associações de trabalhadores e outras entidades representativas. Em muitos casos essas iniciativas não sobrevivem muito tempo e muitas se extinguem antes conseguirem se organizar. A própria ACERGS, que será abordada mais detalhadamente adiante, foi produto de tentativas de organização dos trabalhadores anteriores, mas que não foram capazes de se manter ao longo do tempo. De qualquer forma, os grupos independentes parecem ser o ponto inicial de auto-organização dos trabalhadores.

O segundo movimento social mapeado se trata da oficina comunitária Pedala Porto que atua desde 2021 oferecendo reparos de bicicleta gratuitos no bairro Cidade Baixa. Por conta da sua proximidade com uma área de alta demanda de entregas ela passou a atender um número crescente de entregadores que recorriam à oficina por não terem recursos para custear os reparos em suas bicicletas. A pedala Porto divide seu espaço físico com o Ateneu Libertário Batalha da Várzea, um espaço anarquista e autogestionário de organização, reflexão e luta política.

O espaço é frequentado por entregadores ciclistas de Porto Alegre que buscam realizar reparos e manutenção em suas bicicletas, mas que não podem ou não tem interesse em pagar pelo serviço em oficinas comerciais convencionais. Na oficina eles podem contar com a ajuda dos voluntários que se colocam a disposição ao menos duas vezes por semana para atuar na oficina. Em alguns casos, a oficina inclusive montou uma bicicleta a partir de partes doadas para ser doada a um entregador que frequentava o espaço.

Na oficina os trabalhadores reparam seus veículos, mas também conversam e debatem assuntos variados em importantes trocas com os responsáveis. Vale ressaltar que os administradores da oficina são bastante críticos a exploração do trabalho em plataformas digitais e, pelo convívio e pelo diálogo, influenciam também os trabalhadores a adotarem posturas mais contestadoras e buscarem aprender sobre formas de organização trabalhistas. Um dos membros da formação inicial da ACERGS atuava também como voluntário na Pedala Porto e via o espaço como um local de formação e discussão política. Além disso, o aprofundar do conhecimento e o domínio sobre as próprias ferramentas de trabalho pode conduzir a uma maior reflexão sobre os processos laborais como verificado em mais de uma oportunidade.

Por fim, é preciso falar de um coletivo nacional de entregadores por aplicativo criado no segundo semestre de 2022, a Aliança Nacional de Entregadores por Aplicativo (ANEA). A ANEA foi criada inicialmente como um fórum nacional que reunia entidades, movimentos de entregadores, lideranças locais e influenciadores digitais para discutir o tema da regulamentação do trabalho em plataformas digitais e foi transformando-se em um coletivo dos trabalhadores com uma enorme influência.

O gatilho da criação da ANEA foi o anúncio de que o Grupo de Trabalho sobre Regulamentação do trabalho em plataformas digitais no Brasil teria como representantes do polo trabalhista apenas representantes das Centrais Sindicais que dividiriam as vagas entre si e seriam responsáveis por escolher os nomes que as

ocupariam. Isso excluiria da participação um número significativo de entidades e movimentos sociais e colocaria as vagas a disposição de entidades sindicais com baixa ou mesmo nenhuma relação orgânica com a categoria de forma que haveria uma baixa representatividade dos interesses dos trabalhadores. Assim, por iniciativa de lideranças do Rio de Janeiro foi formado um grupo no WhatsApp com representações de vários estados e que em poucos meses evoluiu qualitativamente.

A ANEA foi responsável por articular o protesto realizado em janeiro pelos trabalhadores e foi um espaço extremamente importante de autorreflexão da categoria e de elaboração coletiva de demandas. Por meio de vários debates e votações recorrentes a Aliança produziu uma carta de diretos sintetizando as demandas dos entregadores que consiste em um dos documentos mais relevantes já produzidos pela categoria em termos de regulamentação do trabalho. As únicas contribuições a respeito dos entregadores ciclistas foram realizadas pela ACERGS até a metade de 2023 quando a cooperativa de ciclo-entregas Señoritas Currier passou a compor a organização e fornecer contribuições próprias. A ANEA também foi bastante eficiente em estabelecer alianças e parcerias com parlamentares, acadêmicos, sindicatos e centrais sindicais conseguindo colocar na mesa nacional de negociação vários de seus representantes. As discussões realizadas no interior da ANEA orientaram a atuação de várias lideranças dos trabalhadores, incluindo em Porto Alegre.

No entanto, esse movimento foi bastante atacado pelo sindicalismo tradicional na figura dos Sindimotos de vários estados que realizaram intensas campanhas de deslegitimação da ANEA. Para esses sindicatos a Aliança representava uma ameaça a sua própria representatividade no interior da categoria e isso estimulou rivalidades e disputas nacionais e locais. Em Porto Alegre isso se manifestou na hostilidade do Sindimoto/RS com a ACERGS, argumentando o Sindimoto que os movimentos não sindicais seriam aparelhos das empresas para sabotar a luta dos trabalhadores.

A situação mudou ao longo do primeiro semestre de 2023 de forma que os sindicatos passaram a reconhecer a legitimidade dos demais atores e cessaram as campanhas difamatórias. A necessidade de unicidade do polo trabalhista nas negociações e mobilizações de rua exigia uma postura de cooperação entre as entidades e isso motivou o fim das disputas e deu início a atuação conjunta. O

Breque do segundo semestre de 2023 foi convocado em conjunto pelos participantes da ANEA e dos Sindimotos.

6.3 Os sujeitos

O ativismo individual mostrou-se uma importante estratégia de luta dos entregadores por aplicativo ao longo da pesquisa o que exige a inclusão dos sujeitos individuais como atores relevantes no interior do circuito de agitação trabalhista da categoria. Assim, na categoria de sujeitos encontram-se pessoas que tem atuação individualizada e pessoal no circuito de agitação trabalhista dos entregadores. Desacatam-se nesse ponto as lideranças locais da categoria e os influenciadores digitais.

Os líderes locais são aqueles sujeitos que demonstram algum grau de representatividade coletiva e que “falam pelos colegas” sem ter nenhuma designação formal ou consulta direta – os colegas depositam neles suas expectativas de reivindicação. Em geral as lideranças locais foram identificadas naqueles locais que costumam concentrar entregadores por longos períodos como no caso do Ponto iFood Pedal e das cozinhas fantasmas, onde surgem demandas e conflitos. Verificou-se que a posição das lideranças sobre temas relevantes da categoria tende a influenciar o pensamento de vários outros trabalhadores podendo ser o catalizador de potentes mobilizações. Algumas das lideranças apresentaram posicionamento crítico em relação as plataformas e o trabalho em aplicativos, enquanto outras adotaram posição e discurso semelhante ao das empresas. As disputas pela consciência dos trabalhadores passam pelo convencimento das lideranças locais.

Já os influenciadores digitais possuem como local de atuação os canais digitais e a internet. Através de redes sociais, plataformas de vídeo e aplicativos de mensagens eles produzem conteúdos bastante variados voltados para os trabalhadores e que são massivamente consumidos. Alguns registram por vídeos a jornada de trabalho, outros fazem transmissões ao vivo comentando notícias e atualizações dos aplicativos e há também aqueles que se dedicam a produção de conteúdo humorístico.

Os conteúdos são bastante consumidos pela categoria e funcionam como fonte de informação e reflexão sobre muitos temas. Muitos desses ativistas rejeitam fortemente a atuação sindical e de outras entidades representativas e, em várias ocasiões, suas páginas e canais de comunicação serviram como correia de transmissão dos interesses das plataformas. Muitos dos ativistas têm seus programas semanais patrocinados pelas empresas, o que levanta bastante suspeitas por parte do sindicalismo tradicional no que diz respeito a seu compromisso com as demandas dos trabalhadores. De toda forma, parece correto argumentar que o ativismo digital individual é uma marca potente dessa categoria de trabalhadores platformizados sendo uma forma muito eficiente de comunicação massiva e viral dos trabalhadores.

7 LUTAS, RESISTÊNCIAS E ORGANIZAÇÃO COLETIVA: COMO E POR QUE LUTAM OS ENTREGADORES DE APLICATIVO?

O trabalho de campo permitiu observar e registrar o conjunto de demandas que orientou a ação política coletiva dos entregadores ao longo do período de estudo. As demandas emergem do cotidiano dos trabalhadores, de suas dificuldades laborais imediatas e de suas inseguranças sociais. Embora os trabalhadores experimentem a precariedade laboral enquanto sujeitos individuais existe uma importante dimensão de coletivização das experiências na medida em que vários vivenciam situações semelhantes.

Ao longo das rotinas de trabalho, mas também em seus momentos de lazer, os trabalhadores compartilham de suas experiências individuais por meio de conversas e trocas de informações uns com os outros, criando assim uma base comum compartilhada de experiências. As conversas tendem a ser bastante públicas, sobretudo nos espaços virtuais dos grupos de mensagem, onde os trabalhadores costumam conversar a respeito do trabalho durante muitas horas todos os dias. Observou-se que um contingente significativo dos trabalhadores permanece ativo nos grupos de mensagens da categoria permanentemente – incluindo finais de semana, feriados e períodos da madrugada.

É importante observar e analisar o processo de formulação coletivo das demandas da categoria que consiste, de acordo com as informações coletadas, no primeiro passo do processo de participação organizada na disputa política

trabalhista. Refletir sobre a própria realidade laboral é uma tarefa que exige esforço e consome tempo, pois é necessário superar a simples reclamação e elaborar uma proposta. Ou seja, o trabalhador precisa identificar os problemas que o afligem, refletir sobre a sua origem e criar uma solução que contemple seus interesses. Isso não é um fenômeno tão automático quanto alguns poderiam sugerir, mas é identificável um contingente crescente e expressivo de trabalhadores que se dedicam a ele.

Quando a reflexão se dá de forma individual e pouco compartilhada observa-se uma profusão de demandas heterogêneas, variadas e que muitas vezes se chocam com a de outros colegas de profissão. Assim que muitas vezes foi observado que, a respeito do mesmo tema, estabelecem-se poderosas controvérsias entre os trabalhadores. Um bom exemplo é o da regulamentação do trabalho em plataformas digitais no Brasil que tem mobilizado um conjunto variado e contraditório de posicionamentos no interior da categoria dos entregadores

As demandas dos trabalhadores conformam o interesse da categoria em determinada localidade e momento histórico, elas mudam ao longo do tempo e deslocam esse interesse para dimensões diferentes da luta política. Assim, as demandas dos entregadores de aplicativo puderam ser registradas e, posteriormente, foram classificadas em grupos de acordo com a sua natureza sendo que cada grupo expressa uma dimensão diferente onde se processa a luta trabalhista.

Os grupos de demandas definidos foram: 1– demandas por reconhecimento; 2– demandas por melhorias laborais; 3 – demandas por representatividade. Os grupos não são um conjunto fechado com fronteiras rígidas, muitas das demandas podem ser classificadas em mais de um grupo porque encerram em si múltiplas dimensões dos interesses dos trabalhadores.

Tabela 3 – Demandas dos entregadores por aplicativo. Classificação das demandas dos entregadores plataformizados da cidade de Porto Alegre de acordo com as categorias Reconhecimento, Melhorias e Representatividade.

DEMANDAS	RECONHECI- MENTO	MELHORIAS LABORAIS	REPRESENTA -TIVIDADE
Reconhecimento público da profissão	X		
Participação ativa na formulação e execução de políticas públicas			X
Reconhecimento da cidadania do sujeito trabalhador	X		
Valorização do trabalho	X	X	
Regulamentação do trabalho em plataformas	X	X	
Demandas por negociação coletiva	X	X	X
Acesso à seguridade social	X	X	
Aumentos dos ganhos		X	
Melhores condições de trabalho		X	
Redução das jornadas de trabalho		X	
Reconhecimento de direitos trabalhistas e sociais	X	X	
Maior presença das entidades sindicais no cotidiano da categoria			X
Criação de novas entidades de representação nos locais de trabalho			X
Consultas aos trabalhadores sobre temas de interesse sensível	X		X
Fim dos bloqueios e desligamentos arbitrários		X	
Fornecimento de equipamentos de segurança		X	
Criação de pontos de apoio para trabalhadores		X	
Melhorias na mobilidade urbana		X	

Fonte: Elaboração própria.

A interpretação da tabela acima permite observar que as demandas a maior frequência de demandas por melhorias laborais (12 demandas), seguido por aquelas ligadas ao reconhecimento (oito demandas) e por último as de representação (cinco demandas). Destaca-se ainda que as demandas por reconhecimento parecem acompanhar, ao menos parcialmente, as demandas por melhores condições de trabalho sendo um eixo de grande importância para experiência coletiva dos entregadores plataformizados. Conforme destacou Henrique Weiss (2022) em seu já mencionado trabalho sobre ciclo–entregadores em Porto Alegre, as necessidades de reconhecimento têm assumido o plano principal das demandas dos trabalhadores e tem poder de impulsionar a adesão a outras demandas de caráter mais redistributivo.

Um bom exemplo foi o ato público realizado pelo Sindimoto/RS em frente a EPTC contra a violência praticada por um dos agentes da empresa pública contra um ciclo-entregador durante sua jornada de trabalho. A demanda inicial do ato era o reconhecimento da cidadania dos trabalhadores – violada em situações de desrespeito e violência – e a rejeição a truculência dos fiscais de trânsito, mas no decorrer do protesto discutiu-se também a regulamentação do trabalho em plataformas e melhores condições de trabalho por parte das plataformas. É nesse sentido que se argumenta que as demandas por reconhecimento têm potencial de alimentar outras demandas, sobretudo aquelas mais diretamente ligadas ao conflito trabalhista e a disputa entre trabalhadores e patrões.

Vale a pena relatar também que o destinatário final das exigências dos trabalhadores também variam e podem ser tanto as plataformas como também o poder público e a sociedade civil de forma geral. No entanto, é notável a forma como as empresas de plataforma conseguem se esquivar de responsabilização direta e ocultar seu papel protagonista na exploração da mão de obra e precarização do trabalho. Assim que frequentemente a indignação e revolta dos trabalhadores deixa as plataformas de lado e dirige-se para clientes, restaurantes e operadoras logísticas que passam a ser o alvo das críticas e conflitos.

É importante ressaltar que a síntese das demandas dos trabalhadores apresentada acima possui uma adesão bastante variada no interior da categoria de trabalhadores. Nem todos os trabalhadores abordados concordam integralmente com elas e seu apoio também varia muito conforme o modal do trabalhador. Os motoboys, por exemplo, tendem a se interessar muito mais pela regulamentação federal do trabalho em aplicativos do que os ciclo-entregadores. Entre os ciclo-entregadores a ideia de transitoriedade da ocupação é mais frequente e potente do que entre os motoboys e isso promove, muitas vezes, o desinteresse por demandas de mudanças estruturais de longo prazo.

No mesmo sentido, as demandas tendem a se transformar ao longo do tempo e ocorre uma alternância entre temas de interesse. Determinadas demandas ocupam o debate da categoria durante longos períodos e depois passam a ser totalmente marginalizados, deixando de ser tópico de conversas, para então retornarem ao centro das atenções em oportunidades futuras.

Com bases nestas demandas os trabalhadores encampam suas estratégias de atuação política coletivas e individuais e intensificam o conflito entre Trabalho e

Capital. Alcançar a satisfação de seus interesses exige mais do que reconhecer os problemas, é necessário que se construam formas de impor a vontade coletiva dos trabalhadores. Assim, os entregadores mobilizam um repertório bastante vasto de formas de luta e organização coletivas que foi extensamente registrado ao longo do trabalho de campo e é descrito em detalhes na próxima sessão.

7.1 Estratégias de luta e resistência dos entregadores

O trabalho consiste no elemento vivo dos processos capitalistas de produção, ele é alvo direto e prioritário da onda de ofensiva precarizante que atinge o mundo todo e rebaixa as condições de vida das populações trabalhadoras. Controlar essa força viva é sempre uma preocupação imediata das classes dominante que buscam sempre submeter à força de trabalho e os sujeitos trabalhadores aqueles regimes que mais favorecem seus próprios interesses político/econômicos.

No polo oposto, as classes trabalhadoras almejam alcançar seus próprios interesses de classe que – devido à natureza antagônica das classes sociais – tendem a ser opostos aos dos patrões. Os trabalhadores buscam valorizar sua força de trabalho lutando pela elevação de seus ganhos e pelo estabelecimento de uma estrutura de direitos que os proteja da insegurança social e assegure condições adequadas para a execução de suas atividades laborais. É a esse processo de enfrentamento entre as forças que compõem o polo trabalhista e aquelas que compõem o polo patronal que se refere o conceito de conflito trabalhista, ou seja, aqueles conflitos sociais que mobilizam os atores a partir do eixo do trabalho e que tem o trabalho como alvo prioritário de suas disputas.

O processo de luta trabalhista exige das categorias de trabalhadores envolvidas estratégias de luta e imposição de seus interesses que tendem a variar ao longo do tempo e de acordo com a localização geográfica. A natureza do trabalho executado e as condições de sua execução também são elementos determinantes que moldam as escolhas dos trabalhadores por formas de luta específicas. Dessa forma, trabalhadores submetidos a um determinado regime de controle da força de trabalho e que executam suas rotinas laborais sob condições particulares irão optar por caminhos de luta e de resistência que se mostrem mais eficientes no sentido de lograr a satisfação de suas demandas.

Nesse sentido, o aprendizado coletivo mostrou-se um importante elemento a ser analisado. Ao longo dos processos de engajamento e ativismo coletivos os trabalhadores – e o próprio movimento social das classes trabalhadoras – aprendem a utilizar as ferramentas coletivas a sua disposição e a criar outras novas.

A agitação trabalhista é justamente a reação das classes trabalhadoras e categorias profissionais ao conflito trabalhista que assume diferentes características e configurações dependendo do local e do período histórico. Na medida em que os trabalhadores recorrem a estratégias e caminhos específicos de resistência e luta vai delineando-se um padrão de agitação trabalhista, conforme já apresentado no capítulo de número dois. A pesquisa tratou de identificar o repertório de estratégias de resistência e luta mobilizado pelos trabalhadores na tentativa de fazer valer seus interesses coletivos. Esse repertório é bastante heterogêneo e contém desde formas altamente institucionalizadas de conflito trabalhista até resistências individuais que expressam diferentes caminhos de oposição ao processo de mercantilização radical do trabalho e da vida.

A análise do repertório de agitação trabalhistas dos entregadores baseou-se em dois eixos distintos: 1– grau de coletividade; 2– grau de estruturação. O grau de coletividade busca dar conta de entender o continuum que se estabelece entre formas de resistência e luta individuais e formas coletivas. O grau de estruturação diz respeito ao quão organizadas e elaboradas são as ações dos trabalhadores que podem ser totalmente espontâneas e desorganizadas ou fortemente planejadas e preparadas.

Vale ressaltar que não há julgamento de valor envolvido na análise e estratégias mais coletivas e estruturadas não são necessariamente melhores ou piores que as outras. A pesquisa revelou que parte importante do processo de luta dos entregadores envolve saber utilizar as diferentes estratégias em momentos e espaços adequados de forma a maximizar sua eficiência. Uma estratégia de luta individual, como o registro da rotina de trabalho por meio de câmeras por exemplo, pode dar origem a uma reação coletiva generalizada de justificação e revolta quando o que se registra são cenas de violência contra algum trabalhador por parte clientes, estabelecimentos comerciais ou autoridades públicas.

A partir dos dados elaborados ao longo da pesquisa criou-se o gráfico de dispersão abaixo que dá conta da classificação das ações de luta e resistência dos entregadores de acordo com as variáveis selecionadas:

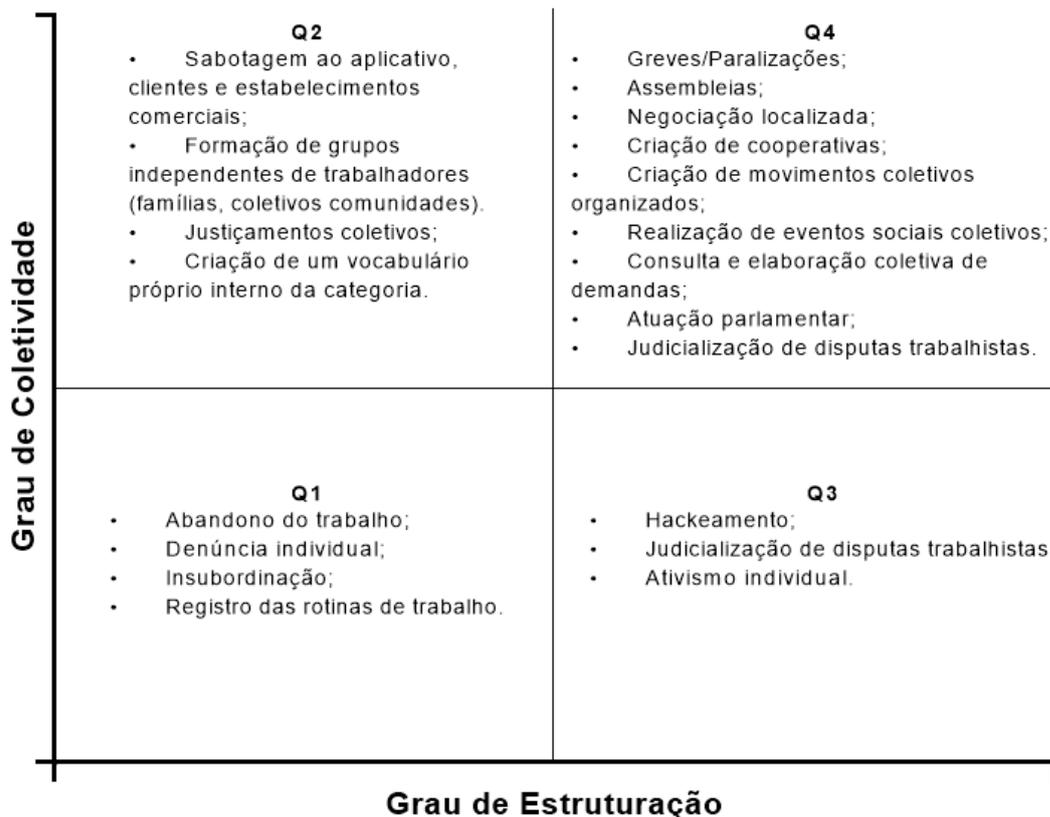


Gráfico 1 – As táticas de luta e resistência dos entregadores. Distribuição das táticas de luta identificadas entre os entregadores de acordo com os diferentes graus de coletividade e estruturação de cada uma delas. Fonte: elaboração própria.

O Quadrante 1 (Q1) apresenta aquelas formas de luta menos coletivas e menos estruturadas e inclui três itens: o abandono do trabalho, a denúncia individual e a insubordinação. Embora esses comportamentos não sejam tradicionalmente considerados formas de resistência, as observações demonstraram que elas expressam algum grau de insatisfação trabalhista e revolta com a precariedade. Beverly Silver (2005) argumenta, com bastante razão, que essas formas de resistência são geralmente desconsideradas pelos pesquisadores porque possuem um impacto marginal no conflito trabalhista, mas devem ser registrados porque tem impactos do ponto de vista da experiência coletiva dos sujeitos trabalhadores.

Em muitos casos a insatisfação dos trabalhadores com as condições laborais e com a renda obtida pelo trabalho no aplicativo não encontra vazão em formas coletivas de resistência, o sujeito é tomado pela ideia de que não há como transformar o trabalho na plataforma e por isso prefere abandonar as atividades. Nesses casos é comum que os trabalhadores recorram a outras formas de trabalho precário e informal em empresas terceirizadas, construção civil e comércio. Num

certo sentido esse abandono expressa uma rejeição à mercantilização radical do trabalho que se processa na esfera individual dos sujeitos.

No mesmo sentido, a insubordinação se mostrou uma ação comum de trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho e desvalorização de sua atividade profissional. Nesses casos os trabalhadores rebelam-se contra o controle de sua atividade laboral por algum dos agentes envolvidos nessa ação (clientes, restaurantes, plataformas) e recusam-se a cumprir pedidos ou exigências desafiando o poder de determinação das empresas sobre os sujeitos. Os trabalhadores buscam preservar uma fração de autonomia e autodeterminação na rotina laboral.

Já a denúncia individual é realizada pelos trabalhadores em espaços privados e públicos onde buscam expor as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos para sujeitos que desconhecem suas realidades. As vezes as denúncias são feitas em eventos acadêmicos e políticos, as vezes em rodas de amigos e no convívio com familiares e vizinhos. Os trabalhadores entendem que a imagem pública das plataformas é um importante recurso para as empresas e que denunciar suas contradições angaria solidariedade para o polo trabalhista ao mesmo tempo em que reduz o prestígio dos capitalistas. Num cenário onde as plataformas investem somas volumosas em campanhas publicitárias é comum que os consumidores em geral desconheçam a fundo as condições de produção e distribuição daquilo que consomem, daí a denúncia que visa trazer a público a dura realidade laboral experimentada. São registros de insatisfação e revolta que combatem as narrativas patronais em escala reduzida.

O registro fotográfico e de vídeo das rotinas de trabalho contribui para a elaboração de denúncias e potencializa o alcance das narrativas dos trabalhadores em espaços virtuais como redes sociais e aplicativos de mensagem. Gravar as entregas assegura que as situações de desrespeito e violência que os trabalhadores estão submetidos possam ser expostas publicamente e assim alimentar a revolta e mobilização coletiva da categoria.

Essas estratégias tendem a ser mais instintivas do que produto de reflexão e tem impacto pouco significativo no conjunto da luta política dos entregadores. No entanto, elas têm potencial de impulsionar outras ações e colocar em marcha processos mais amplos. A denúncia individual em várias oportunidades leva ao

compartilhamento e coletivização de experiências e que, posteriormente, dão origem a movimentos reivindicatórios ou coletivos independentes de trabalhadores.

O Quadrante 2 (Q2) agrupa as estratégias trabalhistas mais coletivas e menos estruturadas, contendo quatro itens: Sabotagem ao aplicativo, clientes e estabelecimentos comerciais; Formação de grupos independentes de trabalhadores – famílias, coletivos comunidades; Justiçamentos coletivos; Criação de um vocabulário próprio interno da categoria. Essas estratégias mobilizam mais trabalhadores e exigem um sistema de relacionamento mais dinâmico e complexo.

A criação de um vocabulário próprio da categoria identificou-se tanto entre os motoboys quanto entre os ciclos entregadores e são um importante elemento de identidade coletiva dos trabalhadores. Esse vocabulário emerge do convívio entre os trabalhadores e das suas trocas de experiências e significa também uma apropriação dos sujeitos de sua realidade laboral. Os entregadores contrapõem à gramática neoliberal das plataformas o seu próprio léxico. Esse fenômeno é encontrado em várias outras categorias de trabalhadores, não sendo nenhuma novidade, o importante é destacar que isso indica um importante avanço no sentido de formação de uma consciência de si dos trabalhadores que se fortalece no reconhecimento mútuo através da linguagem.

A sabotagem também foi uma ação amplamente registrada em várias categorias de trabalhadores e que se verificou ao longo do estudo. A utilização recorrente da plataforma e a circulação rotineira pelos estabelecimentos comerciais e residenciais permite que os trabalhadores acumulem um significativo conhecimento a respeito do funcionamento geral do sistema de delivery em que estão inseridos e torna possível encontrar brechas que permitem algum tipo de vantagem econômica direta ou indireta. Assim, é possível aplicar pequenos golpes que lesam economicamente algum dos envolvidos na transação econômica. Os trabalhadores dividem essa informação entre si e logo a prática se torna amplamente utilizada. O mais interessante parece ser o fato de se expressar aí uma dimensão relevante da luta entre os trabalhadores e as plataformas, de forma que as empresas estão sempre buscando caminhos para evitar as sabotagens dado que a eficiência dos seus serviços de entrega é fonte de confiabilidade do aplicativo.

Vale lembrar também que as grandes plataformas de trabalho têm se destacado na aplicação de golpes contra os trabalhadores. Em sentido contrário ao da sabotagem, as empresas têm se especializado em elaborar esquemas

algorítmicos, matemáticos e vários outros que atuam no sentido de enganar o trabalhador e obter alguma vantagem econômica. Sobre esse assunto recomenda-se a leitura do artigo *Platform scams: Brazilian workers' experiences of dishonest and uncertain algorithmic management* (Grohmann, 2021) que expõe com bastante potência as fraudes e incertezas utilizadas pelas empresas para enganar os trabalhadores.

No que diz respeito a formação de grupos independentes de trabalhadores observou-se que esse fenômeno é bastante comum, tendo sido registrado em pesquisa anterior a respeito dos motoristas de transporte individual por aplicativo. Muitos recebem o nome de famílias e podem reunir de dezenas até centenas de trabalhadores em geral com base num recorte territorial. Considerando o contingente maior de motoboys o fenômeno é muito mais comum nessa fatia da categoria e muitos deles existem já há vários anos. Esses grupos organizam-se majoritariamente por meio de aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram com administração compartilhada entre alguns dos membros fundadores. Por ali circula todo tipo de informação e se processa todo tipo de debate e conversação, sendo muitas vezes fonte de mobilização política para protestos e atividades sindicais. A função de “rádio peão” é uma das mais recorrentes, na qual os grupos servem como forma de transmitir noticiais e informações relevantes sobre o trabalho de uns trabalhadores para os outros, prática bastante comum entre várias categorias de trabalhadores (Ruy Braga, 2014)

Os grupos de mensagens tornaram-se amplamente difundidos e muitas vezes consistem na principal ferramenta organizativa de movimentos no interior da categoria, como no caso dos movimentos grevistas registrados em que os grupos foram utilizados para diversas finalidades ao longo do processo de mobilização, organização, execução e registro das atividades. Esses espaços virtuais são um locus privilegiado de socialização para os trabalhadores observados e sua importância estende-se para além das próprias rotinas de trabalho servindo como fontes de informação, espaço para trocas comerciais, comunicados, debates políticos, conversas casuais e registro de acontecimentos cotidianos. Os trabalhadores tendem a ser particularmente ativos nesses espaços e são enviadas centenas de mensagens todos os dias que incluem os mais variados tópicos.

Do ponto de vista da organização política, os grupos de mensagens executam as seguintes funções: 1– reunir sujeitos com interesses comuns num mesmo espaço

reservado; 2 – servir como sala de reunião virtual durante conversas por texto, áudio e vídeo; 3 – Servir como a sede virtual de movimentos coletivos. Os grupos são utilizados por sindicatos, movimentos sociais da categoria e surgem de maneira relativamente espontânea a partir de iniciativas locais. Ao longo da pesquisa foi possível mapear dezenas de grupos desse tipo.

O Sindimoto tem se mostrado bastante eficiente ao articular vários desses grupos independentes em comunidades maiores e listas de transmissão, o que têm ampliado o alcance de suas ideias e atividades. A ACERGS também utilizou esta estratégia, sendo que seus diretores foram responsáveis pela criação de um importante grupo com ao menos uma centena de trabalhadores. Esses grupos podem ser entendidos como o principal modelo de organização de base da categoria e em vários locais estão na origem de processos de luta trabalhista mais amplos como a formação de sindicatos e associações.

Os grupos independentes se relacionam diretamente com os justicamentos, prática que ganhou notoriedade nos últimos dois anos. Os justicamentos são atos de indignação coletiva violência, ameaça ou intimidação realizados por grupos de trabalhadores que se dirigem à clientes, estabelecimentos comerciais e autoridades públicas. Na maior parte dos casos essa estratégia é utilizada pelos motoboys, com baixa participação de ciclistas. Via de regra eles expressam a revolta dos trabalhadores contra injustiças cometidas contra seus colegas de profissão e buscam forçar o reconhecimento pela via do confronto direto.

Em Porto Alegre a pesquisa registrou dois justicamentos, um deles em 2022 e outro em 2023, embora seja correto supor que um número muito maior tenha ocorrido durante o período. A subnotificação desses acontecimentos na imprensa e sua baixa circulação fora do circuito de sujeitos envolvidos faz com que muitos deles ocorram sem que haja registros públicos. O primeiro caso registrado foi motivado por uma agressão realizada por um agente de trânsito a um ciclo–entregador que culminou na apreensão da bicicleta elétrica utilizada pelo trabalhador em novembro de 2022. As imagens da truculência policial rapidamente circularam por vários grupos independentes, lideranças sindicais e páginas direcionadas para entregadores em redes sociais. Os trabalhadores descobriram a identidade do agente de trânsito, seu endereço e várias outras de suas informações pessoais e organizaram um ato em frente à sua casa durante a noite que contou com disparo de fogos de artifício e ataques ao portão da residência. O lema era “nós por nós”. O

justiçamento repercutiu bastante na época e deu origem a uma manifestação pública em frente à Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) proposta pelo Sindimoto a qual a ACERGS também aderiu, além de uma reunião com representantes sindicais que negociou a devolução do veículo apreendido ao entregador.

O segundo justiçamento foi realizado já em agosto de 2023, e teve como gatilho o atropelamento de entregadores por um motorista alcoolizado. Os trabalhadores se reuniram em frente à residência do suposto autor do atropelamento munidos de rojões e bombas de fumaça na intenção de demonstrar seu poder coletivo, chamar atenção da sociedade e impor respeito.

Embora sejam uma poderosa forma de mobilização da categoria percebe-se que os justiçamentos não tiveram como alvo, até o momento, as empresas de plataforma. As empresas têm sido eficientes em disfarçar sua atuação e esquivar-se das responsabilidades sobre os incidentes que dão origem aos justiçamentos e ficam de fora do radar de confronto dos trabalhadores.

No Quadrante 3 (Q3) foram incluídos três tipos de ações que se destacam pelo seu baixo grau de coletividade e alto grau de estruturação. Nesse quadrante encontram-se: o hackeamento; a judicialização das disputas trabalhistas; o ativismo digital individual. Essas ações, embora levadas adiante por sujeitos individualizados, exigem conhecimentos específicos e recursos materiais para serem realizadas além de demandarem dedicação de tempo e, nesse sentido, afastam-se de ações espontâneas.

O hackeamento compreende todas as ações levadas a cabo pelos trabalhadores no sentido de decifrar o funcionamento das ferramentas digitais utilizadas pelas plataformas e posteriormente explorar suas falhas potenciais para obter maior rendimento ou melhor avaliação no score interno das empresas. Fazer isso exige conhecimentos prévios de informática e programação e a possibilidade de dedicar tempo ao estudo da plataforma. Essa atividade é pouco comum entre os trabalhadores, mas o hackeamento da plataforma tende a ser rapidamente comunicado para o conjunto dos trabalhadores que passam a utilizá-lo como ferramenta de sabotagem à plataforma. Um exemplo disso foi a descoberta de formas de burlar o sistema de reconhecimento facial implementado pelas plataformas que logo passaram a ser utilizadas de forma geral pelos trabalhadores.

A judicialização das disputas trabalhistas foi identificada como uma importante forma de atuação individualizada e estruturada dos trabalhadores. É comum que os trabalhadores enfrentem problemas com relação à acidentes de trabalho e remuneração que não devidamente solucionados pelas empresas envolvidas que alegam não ter responsabilidades legais, pois não são consideradas empregadoras. Assim, muitos trabalhadores recorrem à defensoria pública ou escritórios privados de advocacia em busca do reconhecimento de direitos trabalhistas ou indenização por condutas irregulares das empresas. No entanto, entrar com um processo contra uma plataforma envolve a reunião de um conjunto de provas e testemunhas e acompanhamento da tramitação ao longo de um período extenso (às vezes vários anos) e pode implicar em sofrer algum tipo de perseguição por parte do polo patronal. Isso implica um elevado risco para os trabalhadores que dependem exclusivamente do trabalho na plataforma para seu sustento familiar.

Vale ressaltar que a estratégia de judicialização das disputas trabalhistas tem sido amplamente utilizada pelos sindicatos e associações de entregadores, sendo então também uma estratégia coletiva. As entidades trabalhistas firmam parcerias com escritórios de advocacia e encaminham para atendimento trabalhadores com demandas jurídicas variadas. Em geral, a parceria isenta o trabalhador individual dos custos envolvendo os honorários e outras despesas do processo havendo cobrança apenas de uma porcentagem do valor obtido em caso de uma vitória nos tribunais.

Do ponto de vista político a estratégia consiste em aumentar o número de processos tramitando nos tribunais a respeito do tema do trabalho em plataformas digitais de forma a pressionar os agentes do judiciário a tomar decisões favoráveis aos trabalhadores. A recorrência do tema nas instâncias jurídicas faz com que sua importância seja reconhecida e o tema receba mais atenção dos julgadores. Decisões favoráveis aos trabalhadores constroem ao longo do tempo uma jurisprudência em favor do polo trabalhista em várias matérias e suscita obrigações legais para as empresas. Além disso, as eventuais contradições em decisões de diferentes tribunais levam o tema para instancias superiores como Supremo Tribunal Federal e elevam o tom da disputa entre trabalhadores e empresas. O principal motivador dos processos têm sido o reconhecimento de vínculo trabalhista que implicaria numa mudança radical do atual modelo implementado pelas plataformas que passariam e ter obrigações com relação a direitos.

O ativismo digital individual mostrou-se uma das estratégias mais eficientes de mobilização e propagação de ideias entre os entregadores. Aqui destaca-se o papel dos influenciadores digitais que trabalham produzindo conteúdos que circulam pela internet e cuja atuação vem sendo amplamente estudada ao longo dos últimos anos. Por meio de uma linguagem bastante visual informações e ideias são transmitidas e a posição política da categoria vai sendo influenciada. A grande vantagem desses atores é que seu conteúdo é mais eficiente em alcançar os trabalhadores e por isso são mais capazes de influenciar o debate de ideias dentro da categoria.

Os principais canais onde foram registradas ações de ativismo digital individual foram o Instagram, o Facebook e o Youtube onde foram encontradas diversas páginas, grupos e canais com conteúdo direcionado aos entregadores de aplicativo. Aí registrou-se um conjunto bastante heterogêneo de conteúdos que incluem atualizações sobre as plataformas, humor, conteúdo artístico, divulgação de informações e discussão de demandas coletivas. Em geral o formato dos conteúdos consiste em vídeos curtos ou imagens com apelo cômico – principalmente os famosos memes.

Esse tipo de ativismo mostrou-se mais autonomista e menos coletivo, tendo poucos laços com outras entidades de representação da categoria. Destaca-se o perfil de humor “Motoboy Cachorro do Mangue”.

No Quadrante 4 (Q4) constam as formas de atuação mais coletivas e mais estruturadas identificadas ao longo da pesquisa e é seguro argumentar que são as que possuem o maior potencial de transformação das relações de trabalho. Diferentemente das anteriores, essas formas de luta e resistência dos entregadores foram conduzidas majoritariamente pelas entidades de representação da categoria, sobretudo nas figuras do Sindimoto/RS e da ACERGS.

Essas estratégias demandam um elevado volume de recursos de diferentes naturezas – dinheiro, estrutura física, contatos, saber fazer institucional e sindical – que podem ser mais facilmente reunidos por entidades coletivas do que por sujeitos individuais. Elas envolvem mais atores em sua execução e levam o conflito entre patrões e trabalhadores para vários campos sociais como os tribunais, os parlamentos e as ruas. Pode-se afirmar que elas consistem nas formas mais eficientes de atuação política coletiva dos entregadores, porque são mais capazes

de obter a satisfação das demandas da categoria e aprimorar qualitativamente organização coletiva.

Foram identificadas as seguintes estratégias: greves e paralizações; atos públicos; assembleias em locais de trabalho; negociação local e nacional; formação de movimentos cooperativos; criação de movimentos coletivos organizados; realização de eventos sociais para categoria; judicialização das disputas trabalhistas; ações solidárias e assistencialistas; atuação parlamentar; formação de parcerias institucionais; Internacionalização da luta dos entregadores; atividades culturais;

A formação de novas entidades e movimentos de organização e representação dos trabalhadores entregadores foi identificada como um avanço bastante grande da categoria em Porto Alegre e nacionalmente. Verificou-se o surgimento de um conjunto importante de atores ao longo dos últimos anos destacadamente a ACERGS (2022), a Pedala Porto (2021) e a ANEA (2022).

A ACERGS e a ANEA parecem surgir como uma resposta ao baixo grau de representatividade do sindicalismo tradicional identificado pelos trabalhadores. No caso da ACERGS, os entregadores ciclistas não se sentiam representados pelo Sindimoto/RS (cuja carta sindical inclui os *bikeboys*) que não havia realizado nenhuma ação direcionada a eles até o início de 2023 quando participou da organização de um protesto em defesa de um ciclo-entregador. Na verdade, poucos trabalhadores sabiam que o Sindimoto/RS representava legalmente os ciclo-entregadores em matéria sindical.

O Sindimoto/RS chegou a propor uma incorporação da ACERGS em janeiro de 2023 que foi rejeitada pelos trabalhadores com base no argumento de que a atuação e legitimidade do sindicato referia-se apenas aos motoboys. Assim, os trabalhadores que fundaram a ACERGS optaram por criar uma entidade nova na expectativa de aprofundar a representatividade e organizar os entregadores ciclistas de acordo com suas próprias demandas – que alegavam ser bastante distintas dos motoboys.

Já a ANEA reuniu em escala nacional várias entidades que localmente disputavam a representatividade e organização dos entregadores com os Sindimotos locais, nacionalizando também o conflito interno da categoria. Em pouco tempo (de novembro de 2022 a junho de 2023) a ANEA recrutou lideranças de

associações em vários estados do país e as organizou num coletivo nacional que teve uma atuação bastante destacada no GT de regulamentação do trabalho em aplicativos. A ANEA mobilizava os mesmos argumentos de ausência de representatividade e legitimidade do sindicalismo tradicional e reivindicava para si o título de verdadeiro representante da categoria. As lideranças argumentavam que o sindicalismo tradicional não era capaz de entender a dinâmica do trabalho plataformizado e por isso não conseguiam encampar as demandas exigidas.

No entanto, a criação dessas entidades não encerrou o problema da representatividade que segue sendo uma questão de primeira ordem no interior da categoria. Tanto ANEA quanto ACERGS foram também alvo de críticas com relação à baixa representatividade por parte de trabalhadores e passaram por processos intensos de crise interna em decorrência disso. É difícil cativar o apoio massivo da categoria e contar com ele a longo prazo parece ainda mais complicado sobretudo num cenário em que as plataformas investem muito na disputa ideológica sobre temas sensíveis como no caso da regulamentação do trabalho.

As características do trabalho estabelecidas pelas plataformas também dificultam o estabelecimento de uma representatividade estável amplamente reconhecida e legitimada entre os trabalhadores. A alta rotatividade da força de trabalho, o incentivo à individualização das relações e o predomínio de uma mentalidade voltada ao empreendedorismo apareceram como principais desafios. Nesse sentido, o fato de haver uma forte presença de ideologias neoliberais baseadas no individualismo entre os trabalhadores – colocadas em jogo pelas empresas empregadoras – teria como efeito o abandono de formas coletivas de representação em favor da autorrepresentação. De fato, verificou-se que as narrativas sobre trabalho produzidas pelo polo patronal têm sido bastante eficientes em ganhar a opinião da categoria sobre vários temas sensíveis, mas não sobrevivem a um exame mais crítico. A realidade concreta do trabalho precário se impõe sobre as abstrações ideológicas de empreendedorismo e autonomia e isso impulsiona cada vez mais a categoria para posições críticas e contestatórias.

Observou-se que as novas lideranças e entidades da categoria enfrentam dificuldades semelhantes às do sindicalismo tradicional no que diz respeito a representatividade e em alguns momentos tendem a se distanciar dos trabalhadores que representam ao longo do processo organização trabalhista direcionando tempo e energia para as atividades políticas de negociação. Assim, verificou-se um

progressivo distanciamento entre as posições defendidas pelas lideranças das entidades e as demandas dos trabalhadores em geral que começa a provocar tensões.

Nos dois casos o surgimento desses novos atores tem orientação fortemente sindical, embora não possuam esse registro oficialmente. Em sua atuação eles se orientam para processos de representação e negociação coletivos utilizando-se de ferramentas como greves e protestos para obterem melhorias nas condições de trabalho e nos rendimentos. Nesse sentido elas não representam uma novidade, mas provavelmente indiquem um processo de renovação do sindicalismo tradicional no interior da categoria. Por outro lado, essas novas organizações distam-se do sindicalismo tradicional por buscarem um modelo horizontalizado, descentralizado e pouco institucionalizado de atuação, estando mais próximos de movimentos sociais.

As greves e paralizações de entregadores por aplicativo ganharam fôlego a partir de 2021 quando foram organizados os primeiros breques nacionais que contaram com apoio e participação massiva de trabalhadores em várias capitais do Brasil. De lá para cá a atividade grevista vem se consolidando no interior da categoria como uma forma eficiente de lutar por suas demandas e chamar atenção de autoridades públicas, representantes das empresas e da sociedade civil de forma geral. Ao longo da pesquisa identificou-se ao menos três grandes paralizações de entregadores em Porto Alegre ocorridas respectivamente em agosto de 2022, janeiro de 2023 e outubro de 2023.

Vale destacar que há evidências de que estes eventos registrados sejam apenas uma parcela da totalidade paralizações e greves que ocorreram ao longo do período. Uma gama de eventos grevistas fica de fora de registros oficiais e, pela sua dimensão localizada, são de conhecimento de poucas pessoas as quais é difícil ter acesso. Além disso, não há registros dessas atividades pelos veículos tradicionais de comunicação (jornais e revistas) ficando totalmente marginalizados da cobertura da grande imprensa. Isso permite supor que, além desses, muitos outros eventos grevistas tenham acontecido, mas não foram identificados.

Além disso, paralizações de trabalhadores por aplicativo podem passar despercebidas pelo fato de que as suas rotinas de trabalho possuem peculiaridades, principalmente a de trabalho sob demanda. Muitos trabalhadores paralisam suas jornadas por períodos limitados, rejeitando pedidos ou ficando fora do aplicativo

durante alguns momentos e mais tarde retornando ao trabalho e isso acaba não sendo levado em consideração

A paralização de agosto de 2022 desenvolveu-se de maneira espontânea e sem relação com o sindicalismo tradicional. Essa atividade foi realizada em âmbito local pelos entregadores ciclistas que pararam as atividades durante o turno da manhã e fecharam o ponto de apoio iFood Pedal durante várias horas. A principal demanda eram melhorias no ponto de apoio, espaço utilizada para descanso e alimentação pelos entregadores ciclistas, mas logo somaram-se outras de caráter mais amplo como a reivindicação de direitos trabalhistas e negociação coletiva com as empresas. Assim, a pauta foi bastante heterogênea sendo reivindicados desde locais de descanso adequados até o estabelecimento de canais de comunicação entre as empresas e representantes dos trabalhadores.



Figura 1 – Protesto de ciclo-entregadores em frente ao Ponto de Apoio. Fonte: Registro do autor.

Ao longo da paralização os grevistas contaram com apoio da central única dos trabalhadores que enviou dois diretores da entidade para conversar com os trabalhadores parados e buscar caminhos de negociação com a gerência do ponto de apoio. Os diretores da central ouviram e orientaram as lideranças do movimento espontâneo e juntos tomaram a decisão de sair em caminhada até a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul onde representantes dos trabalhadores foram recebidos pelo Superintendente Geral, Genil Pavan, para uma reunião. Esse evento

deu início ao processo de organização coletiva dos entregadores ciclistas que mais tarde culminaria na fundação da ACERGS. É importante destacar que essa greve foi início também do relacionamento da CUT-RS com a categoria dos ciclo-entregadores que viria a se estreitar cada vez mais ao longo de 2023.

As duas outras greves tiveram alcance maior e estabeleceram-se como parte de um circuito nacional de paralização dos entregadores por aplicativo. A greve de janeiro foi organizada apenas pela ACERGS que contou com apoio logístico e estrutural da CUT-RS, ficando o Sindimoto/RS novamente de fora da agitação trabalhista. Mais do que isso, o Sindimoto/RS assumiu uma postura radicalmente contrária a realização dessa paralização alegando que a pauta estaria sendo dominada pelas empresas que estariam utilizando os trabalhadores como massa de manobra. Na verdade, essa postura do sindicato deve-se a fatores mais complexos do que suas justificativas dão a entender. A greve de janeiro foi convocada nacionalmente pela ANEA que disputou a representação da categoria em nível nacional desde o segundo semestre de 2022 e foi entendida como um risco potencial ao monopólio de representação exercido pelo Sindimotos em todo o país. Assim, negar a paralização era negar a legitimidade da ANEA e das associações e coletivos que a compunham naquele momento.

Para esta atividade a CUT-RS financiou matérias de divulgação (panfletos e material virtual) que foram amplamente distribuídos, sobretudo na região central da cidade nas localidades onde circulam maior volume de entregadores. Foram distribuídos na semana anterior a greve ao menos mil panfletos convocando para atividade, uma quantidade bastante reduzida considerando o volume de trabalhadores na cidade. No entanto, esse foi um passo bastante grande para a organização dos entregadores ciclistas que, pela primeira vez em Porto Alegre, realizaram uma atividade grevista com alto grau de estruturação e planejamento.



Figura 2 – Cartazes de convocação para protesto ACERGS. Fonte: Registro do autor.

Essa paralização concentrou-se durante duas horas em frente ao ponto de apoio e depois se dirigiu em caminhada até a frente da prefeitura onde se somou aos manifestantes que participavam das atividades do Fórum Social Mundial. Ao menos cinquenta pessoas participaram da atividade, a maioria entregadores de aplicativo, mas havia também trabalhadores de outras categorias e representantes de partidos políticos e movimentos sociais.



Figura 3 – Marcha dos ciclo-entregadores passa pela Esquina Democrática (centro de Porto Alegre).
Fonte: Instagram ACERGS⁷.

A terceira greve registrada ocorreu no segundo semestre de 2023 e tinha como principal demanda a regulamentação do trabalho por aplicativos no Brasil, o objetivo era pressionar as empresas para que avançassem as negociações iniciadas no Grupo de Trabalho criado pelo governo federal. Essa atividade foi planejada nacionalmente pelos grupos que participaram ativamente da mesa nacional de negociações e união pela primeira vez representantes dos Sindimotos e da ANEA em uma atividade conjunta. Em Porto Alegre, a atividade foi encampada apenas pelo Sindimoto/RS e foi bastante desmobilizada.

Poucos trabalhadores participaram dessa atividade, principalmente porque o tema da regulamentação é visto com desconfiança pela categoria que tende a se posicionar ao lado das empresas que são mais eficientes em capturar a opinião política dos entregadores sobre temas sensíveis. Muitos trabalhadores ignoram totalmente o processo de negociação em curso e as entidades de representação não obtiveram sucesso em conscientizar os entregadores sobre que estava em jogo, faltaram campanhas que capazes de convencer os trabalhadores de que a regulamentação seria positiva. Além disso, o sindicato optou por fazer a

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/acergs_oficial/> Acesso em: 20 nov. 2023.

concentração da greve em frente a um dos pontos de coleta do iFood que fica do lado de fora de um shopping no formato de um café da manhã solidário. O objetivo era atrair os trabalhadores para conversar e angariar seu apoio diluindo o caráter grevista da atividade e apresentando-a como um bate-papo descontraído.



Figura 4 – Convocação do sindicato para breque geral. Fonte: Instagram Sindimoto/RS⁸.

Todas essas atividades tiveram como ponto em comum a denúncia das péssimas condições de trabalho oferecidas pelas plataformas, a cobrança por direitos trabalhistas e aumento nos rendimentos. Percebe-se que as demandas tendem a reproduzir reivindicações tradicionais dos movimentos de trabalhadores identificados em várias outras categorias, não havendo uma novidade significativa que distinga as demandas dos entregadores plataformizados.

Para além das greves e paralizações também foram registrados dois atos públicos realizados pelos entregadores plataformizados em Porto Alegre. Ambos foram organizados e protagonizados pelo Sindimoto/RS sendo o primeiro deles em

⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/sindimotorgs/>> Acesso em: 20 nov. 2023.

setembro e o segundo em outubro de 2022 - os dois eventos tinham como objetivo pressionar o poder público por demandas de segurança.

O primeiro deles foi um ato convocado em virtude de uma abordagem violenta de um agente da EPTC contra um ciclo-entregador que foi registrada em vídeo, na ocasião os fiscais apreenderam de forma bastante truculenta a bicicleta elétrica utilizada pelo entregador como veículo de trabalho. Rapidamente o caso provocou uma reação generalizada de indignação e revolta tendo resultado inclusive em um ato de justiça realizado por motoboys em frente à casa do agente envolvido. A grande repercussão do evento levou o Sindimoto/RS a convocar um protesto para a frente da empresa pública cobrando providências em relação ao caso e a devolução da bicicleta elétrica apreendida. A ACERGS também se somou ao ato, mas sua participação foi secundária considerando que ainda não havia se consolidado como um movimento da categoria até aquele momento.

Esse ato de protesto contou com a participação de aproximadamente cinquenta motociclistas e uma dezena de ciclo-entregadores que durante várias horas protestaram diante da empresa e teve como principal forma de convocação a divulgação de cards em grupos de entregadores no WhatsApp e Telegram. A repercussão foi intensa, sendo inclusive registrada em telejornais locais que cobriram o evento ao vivo e colheram entrevistas dos organizadores.



ATO CONTRA OS ABUSOS DA EPTC

Segunda | 17/10 | 17h

Concentração em frente a EPTC
Av. Ipiranga, 320 - Porto Alegre

**CONVOCAÇÃO
PROTESTO
CONTRA
ABUSOS DA
EPTC**

Concentração em frente EPTC
Ipiranga

**DIA 17/10 AS 17
HORAS**

Figura 5 – Convocações para atos em frente a EPTC. Fonte: Adaptado de CUT/RS e ACERGS⁹.

Como resultado, representantes dos trabalhadores foram chamados para uma reunião privada no interior da EPTC onde negociaram a devolução do veículo apreendido e o fim do protesto que foi encerrado com uma motociata pelas avenidas centrais da cidade. O saldo do evento foi muito positivo para o sindicato que conseguiu aproximar mais trabalhadores no processo de mobilização.

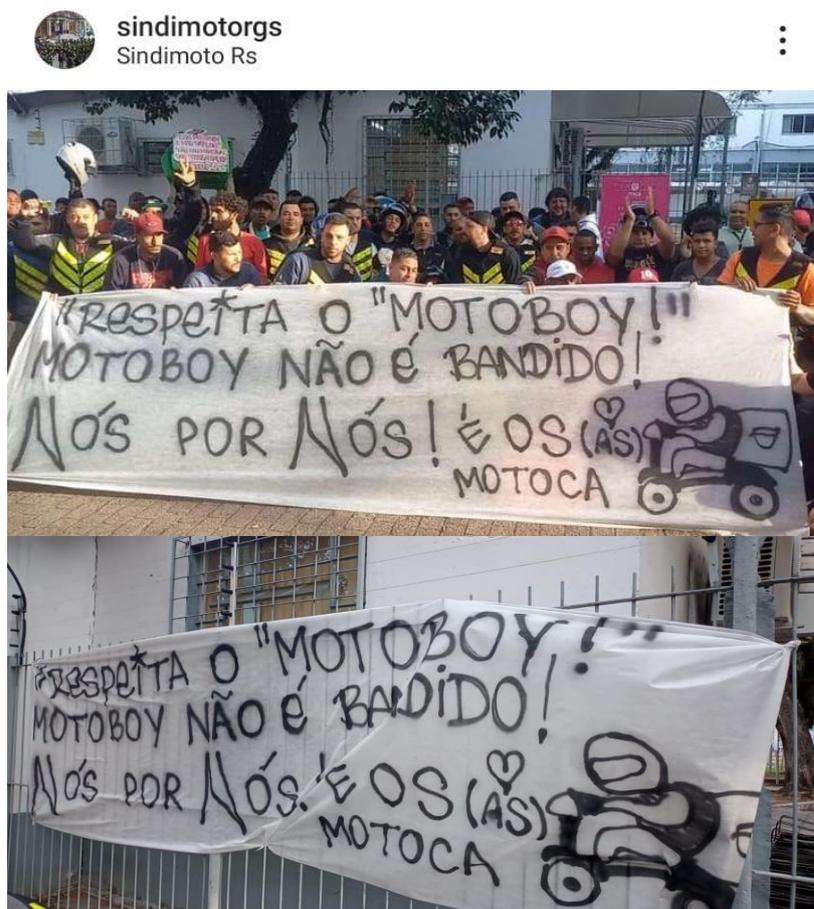


Figura 6 – Protesto de entregadores contra abusos da EPTC. Fonte: Instagram Sindimoto/RS¹⁰.

O segundo ato público foi organizado e executado apenas pelo Sindimoto/RS e teve como pauta mais segurança para os entregadores, tendo sido realizado no centro da cidade. A convocatória da atividade circulou apenas nas redes sociais do sindicato e indicava que ocorreriam também distribuição de brindes e prestação de serviços para os trabalhadores ofertados pela entidade. Não foi possível obter

⁹ Montagem a partir de imagens coletadas pelo autor, a primeira de elaboração da CUT/RS e a segunda ACERGS.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.instagram.com/sindimotorgs/>> Acesso em: 20 nov. 2023.

registros da quantidade de trabalhadores presentes ou imagens do momento da atividade.



Figura 7 – Convocação para ato público do Sindimoto/RS. Fonte: Instagram Sindimoto/RS¹¹.

A realização de assembleias de trabalhadores foi uma ação identificada tanto no grupo de motoboys quanto no grupo dos entregadores ciclistas e se mostraram bastante relevantes, embora pouco frequentes. As assembleias cumprem um importante papel de formulação coletiva de demandas e estratégias reivindicatórias e ajudam a aproximar trabalhadores da atuação sindical. As assembleias registradas foram organizadas e executadas pelo Sindimoto/RS e pela ACERGS e tiveram como pauta questões imediatas dos trabalhadores.

O Sindimoto/RS organizou três grandes assembleias durante o período da pesquisa sendo duas para discussão de campanha salarial e condições de trabalho nas plataformas e uma sobre prejuízos causados pela falência da operadora

¹¹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/sindimotorgs/>> Acesso em: 20 nov. 2023

logística Sis Moto. As assembleias ocorreram em abril e dezembro de 2022 e em fevereiro de 2023.

Todas elas foram convocadas pelas redes sociais e aplicativos de mensagens, mas foram realizadas apenas na modalidade presencial tendo ocorrido na sede do sindicato em Porto Alegre e em Canoas. O grupo alvo das assembleias têm sido os motociclistas, havendo apenas uma delas onde estavam incluídos os ciclo-entregadores.

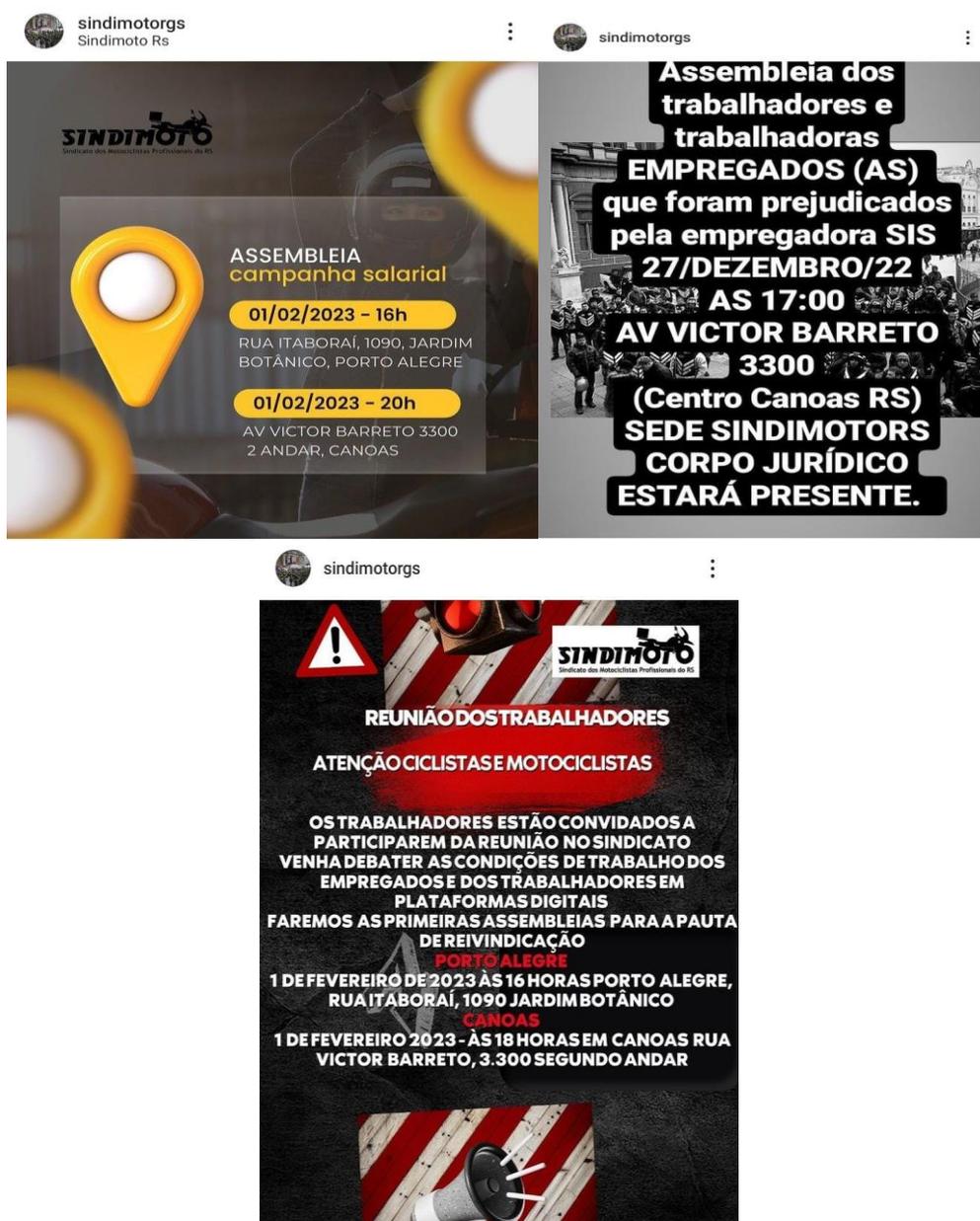


Figura 8 – Chamadas para assembleias de entregadores. Fonte: Adaptado de Instagram Sindimoto/RS¹².

A ACERGS, por sua vez, realizou duas assembleias de entregadores com participação exclusiva de trabalhadores ciclistas sendo ambas em junho de 2023. A primeira delas tratou de problemas de representatividade da entidade que, as vésperas de sua fundação, enfrentava críticas por parte dos entregadores do ponto de apoio ao mesmo tempo em que estava internamente dividida. Essa assembleia confrontou posições conflitantes de lideranças da associação e foi acompanhada por ao menos trinta trabalhadores que participaram ativamente das discussões.

A segunda assembleia foi realizada duas semanas depois e foi a atividade que celebrou a fundação da entidade com a apresentação do estatuto e eleição da primeira diretoria – foi composta uma diretoria de doze pessoas. Também estiveram presentes representantes de mandatos parlamentares e advogados que realizaram o processo de registro documental e coleta das assinaturas necessárias. Vale destacar que a assembleia de fundação da associação só foi concretizada na sua terceira tentativa, as duas anteriores foram abortadas por problemas de organização e conflitos internos entre membros da associação.

¹² Montagem elaborada a partir de imagens coletado no Instagram do Sindimoto/RS disponíveis em: <<https://www.instagram.com/sindimotorgs/>> Acesso em: 20 nov. 2023

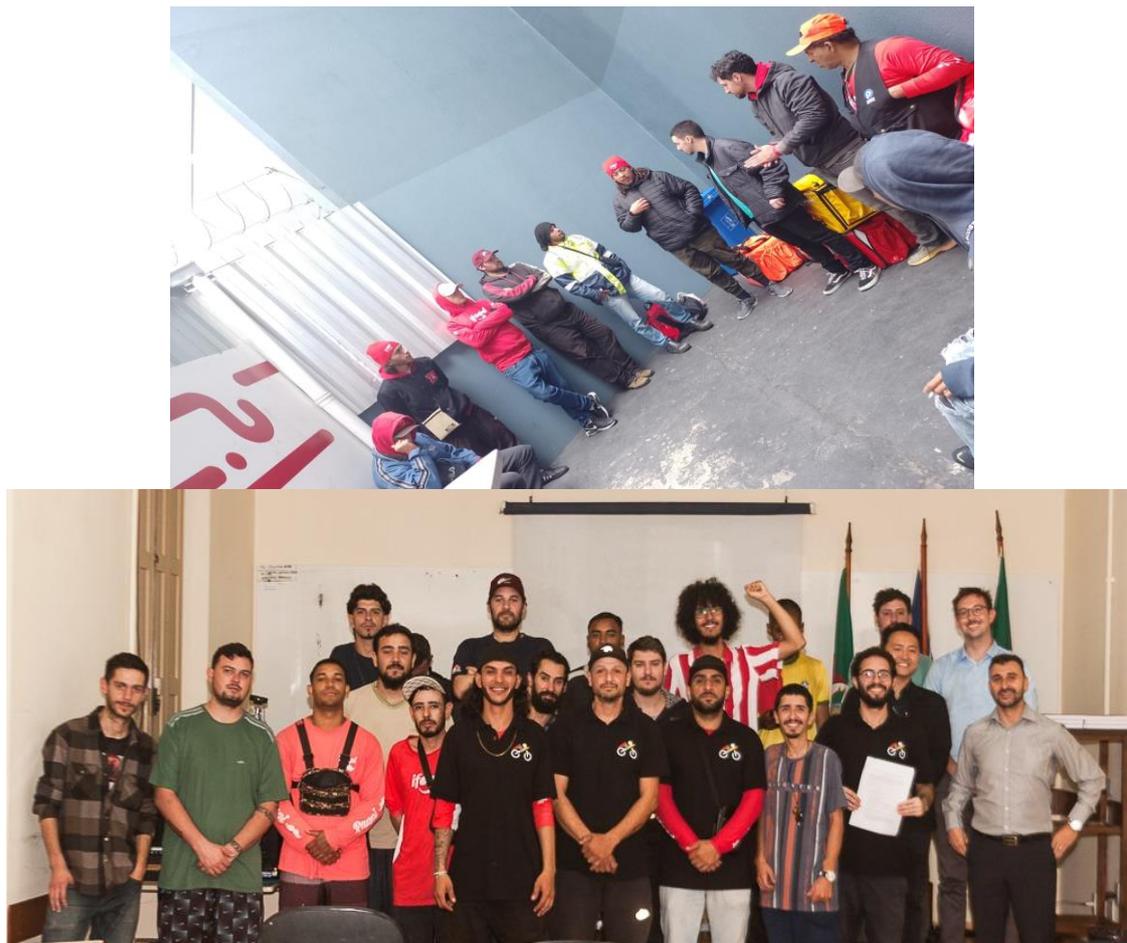


Figura 9 – Assembleias da ACERGS. *Fonte: Registro do autor e Instagram ACERGS¹³.*

No que diz respeito a negociação coletiva foram identificadas duas modalidades distintas: a negociação local e a negociação nacional. A negociação local é realizada por representantes dos trabalhadores com funcionários das plataformas ou empresas terceirizadas por elas contratadas – no sentido de obter melhorias laborais imediatas no que tange as rotinas de trabalho – ou com instituições públicas – sobretudo a justiça do trabalho. As negociações com as empresas têm impacto limitado ao local onde ocorrem e não há garantias de sua permanência já que ocorrem, em geral, de maneira informal. Um bom exemplo disso foram as negociações entre ACERGS e a gerência do Ponto de Apoio iFood Pedal que resultaram em mudanças nos sistemas de aluguel de bicicletas e melhorias no espaço físico conforme demanda dos trabalhadores ciclistas. Estão incluídas aí também as negociações realizadas pelo Sindimoto/RS com EPTC que logrou a devolução de um veículo apreendido após protesto convocado pelo sindicato.

¹³ Montagem a partir de imagem própria e imagem retirada do Instagram da ACERGS disponível em: <https://www.instagram.com/acergs_oficial/> Acesso em: 20 nov. 2023.

Já as negociações envolvendo as instituições públicas são altamente formais e resultam em obrigações para as empresas empregadoras. A negociação mais relevante registrada foi realizada pelo Sindimoto/RS em relação ao caso da falência da operadora logística Sis Moto que encerrou suas atividades sem realizar o pagamento de milhares de entregadores em todo o Brasil. O sindicato conseguiu a realização de audiência de mediação judicial com as empresas realizada em dezembro de 2022 e que, somada a outras realizadas ao redor de todo país, conquistaram o compromisso de que o iFood assumiria a dívida de sua empresa terceirizada e realizaria o pagamento dos trabalhadores.

Essa ação foi um típico caso de negociação coletiva pela via sindical que resultou em benefício direto para milhares de trabalhadores que contribuiu para o fortalecimento da atuação jurídica do Sindimoto/RS. Mais uma vez, o judiciário apareceu como espaço privilegiado de disputa entre empresas e trabalhadores sendo decisivo no resultado da negociação.

Por outro lado, a negociação de nível nacional resumiu-se ao GT de regulamentação do trabalho por aplicativos no Brasil, tendo sido a primeira vez que as empresas se dispuseram a negociar com representantes dos trabalhadores. Essa negociação não estabeleceu ainda nenhuma mudança efetiva no trabalho por plataformas, mas foi um passo importante para a categoria. Isso porque as plataformas adotaram como estratégia a não negociação com trabalhadores e entidades de classe, ou seja, ao longo dos últimos anos as empresas se recusaram a ouvir os trabalhadores e discutir mudanças e melhorias em conjunto. As negociações nacionais elevaram o grau de conflito entre empresas e trabalhadores e colocaram o tema do trabalho platformizados no centro das discussões realizadas pelo Ministério do Trabalho, sendo o ponto alto da negociação coletiva dos entregadores até o momento.

Porto Alegre contou dois representantes na mesa nacional de negociação, sendo um deles representante da ACERGS e outro do Sindimoto/RS. O Ministério do Trabalho limitou a participação no GT a representantes indicados pelas centrais sindicais de forma que a ACERGS teve acesso a uma vaga por meio da CUT-RS e o Sindimoto pela Força Sindical.



Figura 10 – Bancada dos trabalhadores no GT nacional de regulamentação. Fonte: Adaptado de Instagram Sindimoto/RS e Instagram ANEA¹⁴.

Outra forma de atuação coletiva tradicional e bastante identificada entre os entregadores é organização de redes de solidariedade que agenciam o apoio mútuo entre os trabalhadores. A recorrência de acidentes ou bloqueios que afastam temporária ou permanentemente os trabalhadores de suas atividades em um cenário em que as empresas são omissas em relação a suas obrigações exige que os trabalhadores prestem auxílio mútuo para superar situações de necessidade e

¹⁴ Montagem a partir de imagens retiradas do Instagram da ANEA disponível em: <<https://www.instagram.com/alianca.nacional/>> e do Instagram do Sindimoto/RS disponível em: <<https://www.instagram.com/sindimotorgs/>>, Acesso em: 20 nov. 2023.

carência. Assim, são comuns campanhas de arrecadação de alimentos e dinheiro comumente chamadas de vaquinhas no vocabulário popular.

Essas campanhas têm sido conduzidas sobretudo pela ACERGS e pelo Sindimoto/RS, mas também foram realizadas pela oficina Pedala Porto e por ativistas individuais. ACERGS e Sindimoto/RS realizaram campanhas de arrecadação de alimentos e pediram doações para ajudar entregadores acidentados ou bloqueados do aplicativo enquanto a Pedala Porto montou uma bicicleta para doação a um ciclo–entregador. Nos locais de trabalho essas ações são conduzidas por lideranças individuais que organizam os demais trabalhadores e mobilizam sua solidariedade em apoio a algum colega e foram identificadas em praticamente todos os locais de trabalho visitados.

No entanto, é preciso destacar que as ações solidárias de maior impacto foram aquelas conduzidas pelas instituições que se mostraram mais capazes de capturar contribuições tanto de trabalhadores individuais como também de outras organizações – sindicatos, associações, mandatos parlamentares.

É importante destacar que diferentemente daquilo que é apresentado por autores como Dary Krein e Andrea Galvão, parece haver um fortalecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores apesar do ambiente altamente competitivo em que estão inseridos. Por mais que as empresas imponham uma lógica individualista e concorrencial aos trabalhadores por meio dos sistemas de scores outras ferramentas gerenciais elas não são capazes de extinguir as relações de solidariedade. Essas relações são, inclusive, revestidas de importância especial, pois sem elas há poucas ou mesmo nenhuma outra fonte de auxílio a recorrer.



Figura 11 – Campanha de arrecadação de alimentos da ACERGS. Fonte: Instagram ACERGS¹⁵.

No mesmo sentido, a pesquisa constatou que são as organizações de representação da categoria os responsáveis pela atuação parlamentar dos entregadores. O Sindimoto/RS e a ACERGS realizaram reuniões com deputados e vereadores ao longo de 2023 nas quais trataram de temas como precarização do trabalho, regulamentação do trabalho em aplicativos e possibilidades de impulsionar a luta dos trabalhadores explorando ações no parlamento. O maior exemplo foi a realização de uma audiência pública no Congresso Nacional organizada pela deputada federal Denise Pessoa (PT-RS) que foi realizada na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

A audiência foi pensada após reuniões entre o gabinete da deputada e diferentes lideranças de trabalhadores por aplicativo, destacadamente a ACERGS e o Simtrapli-RS, ocorridas no primeiro semestre de 2023. As reuniões encaminharam a realização da audiência como forma de fortalecer o polo trabalhista em meio as

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/acergs_oficial/> Acesso em: 20 nov. 2023.

disputas envolvendo a regulamentação federal do trabalho em plataformas digitais e centralizar as discussões em um grande debate nacional.



Figura 12 – Cartaz virtual audiência pública sobre trabalho em apps no Brasil. Fonte: Instagram Deputada Federal Denise Pessoa¹⁶.

A atividade foi um dos mais importantes eventos registrados ao longo da pesquisa no âmbito parlamentar e contou com a participação de dezenas de entidades trabalhistas, ativistas individuais, acadêmicos, representantes patronais, órgãos públicos e parlamentares de praticamente todo o país. Durante cinco horas o tema foi profundamente debatido entre todos os envolvidos e em muitos locais de trabalho a participação das lideranças trabalhistas foi transmitida ao vivo para a categoria. A ACERGS e o Sindimoto/RS participaram como convidados com falas de cinco minutos nas quais destacaram a necessidade de melhorias nas condições de trabalho e estabelecimento de direitos trabalhistas cobrando do poder público maior atenção para a categoria.

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/denise_pessoa/> Acesso em: 20 nov. 2023.

Esse evento foi uma oportunidade singular para os trabalhadores de confrontar as empresas que foram representados por duas organizações patronais a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) e o Movimento Inovação Digital (MID) e que são as principais ferramentas da atuação parlamentar das grandes plataformas no Brasil. Os trabalhadores puderam cobrar e denunciar as empresas em um espaço de alcance nacional e com imensa possibilidade de impacto potencial disputando a opinião dos parlamentares em favor dos interesses da categoria.

Na esfera municipal reuniões da ACERGS e Sindimoto/RS com vereadores tem buscado encaminhar uma frente parlamentar e organizar uma audiência pública para tratar do trabalho plataformas digitais na cidade e há algumas lideranças individuais fortemente ligadas a mandatos parlamentares municipais. No decorrer da pesquisa observou-se que os partidos de esquerda estiveram mais próximos das entidades e movimentos representativos da categoria, enquanto os de centro e direita mostraram mais interesse nas lideranças individuais.

Além dos mandatos parlamentares outras instituições têm sido procuradas pela categoria para o estabelecimento de parcerias e projetos de benefício mútuo. A maioria das parcerias institucionais identificadas pela pesquisa foram celebradas com sindicatos tradicionais, escritórios de advocacia trabalhista e empresas privadas. Os sindicatos tradicionais mostraram-se importantes parceiros capazes de suprir o movimento dos trabalhadores de recursos que lhe são carentes como “saber fazer” sindical e estruturas físicas. No caso da ACERGS, a parceria estabelecida com o Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul (Sinttel) têm se mostrado bastante produtiva e o sindicato empresta regularmente sua sede para as reuniões, assembleias e atividades sociais da associação.

A relação com os escritórios de advocacia já foi amplamente explorada, sendo necessário apenas reiterar que é por meio dela que se opera a estratégia de judicialização das disputas trabalhistas dos entregadores. Já as parcerias com empresas privadas têm sido bastante exploradas como forma de oferecer convênios e benefícios para os trabalhadores associados as entidades ou movimentos de entregadores. Sindicatos, associações e grupos independentes de trabalhadores negociam patrocínios para suas com empresas e recebem recursos atividades – dinheiro, brindes, estrutura – em troca de propaganda para os financiadores. Em alguns casos as próprias plataformas oferecem brindes para doação ou sorteio em

atividades locais o que sempre levanta suspeitas sobre a influência das empresas sobre o movimento dos trabalhadores. Em outros casos são organizados convênios educacionais ou voltados a consumo em lojas variadas que buscam oferecer descontos para trabalhadores da categoria. Um bom exemplo foi o convenio educacional criado pelo Sindimoto/RS com a Unyleya para a realização de cursos de graduação. Destaca-se nesse caso a orientação assistencialista das parcerias que raramente propõe uma reflexão crítica sobre os conflitos trabalhistas da categoria.

SINDIMOTO
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MOTOCICLETAS DO RS

Aproveite a parceria UNYLEYA e SINDIMOTO
A Unyleya conta com 26 cursos de Graduação.
Conheça as Graduações na área de T.I:

- Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2 anos e meio)
- Banco de Dados (2 anos e meio)
- Gestão da Tecnologia da Informação (2 anos e meio)
- Redes de Computadores (2 anos e meio)
- Segurança da Informação (2 anos e meio)

INSIRA O CÓDIGO PROMOCIONAL:
CONVENIO-SINDIMOTORS

MEC
Cursos bem avaliados pelo MEC

EAD com Professores de Excelência

Melhor Plataforma e aplicativo

Clube de Vantagens + de 10 mil parcelas

Centro de Carreiras para alunos

unyleya.edu.br/sindimotorsrs

Graduação 0800 602 6770
Pós-Graduação 0800 604 2210
WhatsApp (51) 98313 2045

Saiba mais em:

@faculdadeunyleya @unyleya

Figura 13 – Parceria educacional Sindimoto/RS. Fonte: Instagram Sindimoto/RS¹⁷.

Em sentido semelhante o cooperativismo tem sido um eixo importante de organização dos entregadores identificado tanto entre os motoboys quanto entre os ciclo-entregadores. Embora a existência de cooperativas anteceda temporalmente a plataformização do setor de entregas em Porto Alegre elas passaram a cumprir um papel destacado nos últimos anos. Destacam-se os casos das cooperativas Buscar

¹⁷ Disponível em: < <https://www.instagram.com/sindimotorgs/> Acesso em: 20 nov. 2023.

(motofrete) e Pedal Express (ciclo-entregas), a primeira fundada em 1999 e, a segunda, em 2010, estando ambas ainda em atividade.

A Buscar apresenta um discurso mais objetivo e voltado a apresentar o cooperativismo como uma forma eficiente de incrementar a renda e obter maior valorização do trabalho. Poucos trabalhadores vinculados a essa cooperativa foram identificados ao longo da pesquisa, mas aqueles que puderam ser ouvidos relataram que o trabalho na cooperativa não era tão distinto do trabalho normalmente realizado em empresas privadas e a maioria se disse frustrado com seu período de trabalho lá. Observou-se que a cooperativa perdeu credibilidade e prestígio entre a categoria ao longo dos anos restando do cooperativismo apenas uma vaga lembrança desbotada.

Já a Pedal Express vincula-se ao circuito de ciclo ativismo da cidade e mobiliza forte retórica ideológica e crítica pensando o cooperativismo como processo de organização política baseado em formas horizontais de tomada de decisões. Representantes da cooperativa participaram de eventos acadêmicos ao longo de 2022 e 2023 como convidados para discutir alternativas de economia solidária ao trabalho plataformizado levando a experiência da Pedal Express para o conhecimento público e contribuindo com suas vivências para o debate a respeito da organização dos trabalhadores. A Pedal Express possui uma sede próxima do centro de Porto Alegre que serve como base para suas operações logísticas e atendimento e ao longo dos últimos anos recrutou algumas dezenas de entregadores ciclistas.

Nos dois casos as cooperativas apresentam problemas com relação a representatividade e enfrentam grandes desafios econômicos devido ao crescente monopólio do setor pelas grandes empresas de plataformas. Ambas apresentam um grau baixo de digitalização das suas atividades laborais, embora utilizem redes sociais e aplicativos de mensagem para oferecer e divulgar seus serviços as cooperativas tendem a operar em nível bastante analógico.

Além das duas experiências destacadas foram registradas ainda formas mais limitadas e parciais de cooperativismo dispersas em algumas regiões da cidade. Essas experiências consistem na formação de pequenos grupos informais de entregadores que se reúnem para negociar com restaurantes para eliminar o intermédio das grandes plataformas realizando prestação direta de serviços para os estabelecimentos. Assim, embora mantenha-se o padrão precário de trabalho, é

possível negociar uma renda mais elevada e melhores condições laborais diretamente com o dono ou gerente do estabelecimento.

Em todos os casos as cooperativas passaram a ser uma alternativa ao trabalho nas grandes plataformas após a plataformização do setor que tem levado ao monopólio dos serviços de entregas. No entanto, as dificuldades relacionadas a disputas de mercado com as grandes empresas e a complexidade do processo de registro e formalização das cooperativas tem se mostrado obstáculos poderosos a expansão do cooperativismo e continuidade das atividades das cooperativas.

Finalmente, a última estratégia de organização e luta coletivas a ser mencionada é a ampliação de escala de luta dos trabalhadores, mais especificamente os processos de nacionalização e internacionalização. Considerando a extensão do poder econômico e político das grandes plataformas de trabalho os movimentos e instituições trabalhistas buscar redefinir a correlação de forças ao criar uma rede de contatos com outros atores situados em outras cidades, estados e países. Isso torna possível a realização de uma greve, protesto ou assembleia nacional e até mesmo internacional de trabalhadores o que tem sido bastante facilitado em razão dos avanços em tecnologia da informação.

Nesse sentido a pesquisa identificou, como mencionado anteriormente, diversos atores importantes para o circuito de agitação trabalhista dos entregadores por aplicativo em Porto Alegre que se situam fora dos limites territoriais da cidade. A estratégia aqui é associar-se a outras instituições, entidades, movimentos ou lideranças e criar redes que ampliam a escala da luta e aumentam a pressão sobre o polo patronal a partir da realização de ações coordenadas. Durante o período de observação da pesquisa a categoria passou por um processo bastante intenso de nacionalização da sua luta e organização coletivas que culminou na formação da ANEA, no fortalecimento da Fenamoto e aproximação com as centrais sindicais.

O processo de negociação do GT de regulamentação do trabalho em plataformas no Brasil e a Audiência Pública no Congresso Nacional também contribuíram para avançar no sentido da nacionalização da luta dos entregadores. Durante esses eventos as lideranças tiveram a oportunidade de conversar e criar laços presencialmente, ouvir uns aos outros, trocar informações e contatos o que tem potencial de incrementar qualitativamente o processo de organização dos trabalhadores e ampliar as possibilidades de cooperação.

Destaca-se também o papel das campanhas nacionais deflagradas por influenciadores digitais e ativistas individuais que ganham a adesão de trabalhadores em diferentes regiões do país. Essas campanhas giram em torno de demandas pontuais e específicas, mas que partem de reclamações universais dos entregadores de forma é possível encampar em todo país uma mesma demanda. As campanhas identificadas foram realizadas com foco nas mídias sociais com fotografias e vídeos de trabalhadores informando sua localidade e confirmando adesão à campanha.

A campanha “iFood, chamou tem que tá pronto” é um bom exemplo. Ela foi iniciada no primeiro semestre de 2023 pelo influenciador digital Ralf Alexandre, responsável por produção de conteúdo direcionado para entregadores de plataforma de grande audiência entre os trabalhadores. A campanha tinha o objetivo de pressionar a empresa em questão a aperfeiçoar seu processo de gestão da força de trabalho para evitar que os entregadores ficassem longos períodos aguardando por pedidos ainda em preparo nos restaurantes – o entregador deveria ser chamado apenas quando a encomenda estivesse pronta. Isso porque o tempo de espera – tempo disponível para a plataforma – não é remunerado pelas plataformas e ficar longos período parados significa deixar de fazer outras entregas e pode prejudicar a renda do entregador. A ACERGS organizou os trabalhadores ciclistas que gravaram um vídeo de apoio para a campanha que foi posteriormente divulgado nas redes sociais junto com registros de trabalhadores de outras cidades Brasileiras.

Vale mencionar também a atuação do *Solidarity Center* que tem colaborado para que se deem os primeiros passos sistemáticos em direção a internacionalização da luta coletiva dos entregadores de aplicativo. A entidade tem financiado a participação de membros de entidades representativas da categoria em cursos de formação que aproximam lideranças de vários países da América Latina e tem planos de investimentos em projetos de cooperação mais aprofundados nos próximos anos. Essa tendência a internacionalização também foi verificada ao longo de 2021 durante o Breque dos Apps dado que a paralização fez parte de uma ciclo-grevista que tomou lugar em vários países no mesmo dia.

7.2 A Associação de Ciclo-Entregadores por Aplicativo do Rio Grande do Sul:
Narrando a experiência coletiva dos sujeitos trabalhadores

De todos os atores que compõem o circuito de agitação trabalhista dos entregadores por aplicativo em Porto Alegre aquele recebeu mais atenção nesta pesquisa foi a ACERGS. Acompanhar o surgimento e desenvolvimento desse movimento de trabalhadores permitiu uma observação privilegiada dos processos de luta e organização política coletiva dessa categoria particular do precariado.

O processo de observação e registro dos esforços coletivos entorno dessa associação permitiu produzir uma breve história da experiência política coletiva dos sujeitos ciclo–entregadores da cidade. Essa história busca demonstrar o desenvolvimento concreto das estratégias de luta dos ciclo–entregadores e como os trabalhadores as têm mobilizado nos processos de conflito trabalhista. Além disso, pretende–se reproduzir, ao menos parcialmente, por meio da narrativa certa fluidez que envolve a forma como a política se desenvolve no cotidiano dos sujeitos – onde as fronteiras dos fenômenos não são formalmente definidas como o são na abstração teórica acadêmica. Ela também é uma história do processo de pesquisa.

O trabalho de campo exploratório realizado ao longo dos meses de junho e julho de 2022 permitiu a aproximação com uma série de trabalhadores cujas jornadas de trabalho ocorriam majoritariamente nas regiões centrais da cidade nos bairros Centro Histórico, Cidade Baixa e Menino Deus. Na medida em que as visitas de campo se tornavam mais frequentes tornou–se comum encontrar trabalhadores com os quais já se havia feito contato anteriormente no mesmo ponto ou em pontos diferentes da cidade, estabelecendo–se uma certa familiaridade entre o pesquisador e os entregadores.

Na manhã do dia 08 de agosto uma coincidência inesperada deu aquilo que pode ser considerado o ponto inicial da relação entre pesquisador e trabalhadores que viria a colaborar significativamente para a criação da ACERGS: os ciclo–entregadores por aplicativo realizaram uma paralização das atividades e mobilizaram–se para um protesto em frente ao ponto de apoio iFood Pedal e, através da esposa do pesquisador, conseguiram contatá-lo. Do ponto de vista dos trabalhadores contar com um acadêmico poderia ampliar o alcance e a legitimidade de suas ações reivindicatórias.

Parte dos trabalhadores envolvidos na realização das atividades de agitação trabalhista haviam sido entrevistados nos dois meses anteriores e criado uma relação de relativa proximidade, e convocaram a presença na sua atividade como uma contrapartida na relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados. A lógica é

simples: “se você quer estudar nossa realidade, então participe dela e, se puder, nos ajude”.

Esse primeiro protesto foi construído e executado por fora das instituições sindicais e não contava com nenhuma organização coletiva estruturada, tratava-se de uma ação espontânea e independente. Ele foi motivado por situações de desrespeito realizadas por um funcionário da empresa Tembici contra um entregador no ponto de apoio que deu origem a um conflito intenso e ocasionou o bloqueio de dois trabalhadores temporariamente da plataforma. Indignados com a situação alguns trabalhadores convocaram uma paralização das atividades em frente ao ponto de apoio cobrando providências da empresa sobre os acontecimentos e o desbloqueio dos colegas.

Em pouco tempo várias insatisfações foram se somando ao repertório de demandas dos trabalhadores que pararam as atividades e se concentraram em frente ao ponto de apoio gritando palavras de ordem. A revolta contra as condições precárias de trabalho nas plataformas deu o tom do protesto e foram incluídas demandas sobre melhorias nos locais de descanso. No entanto, as lideranças do movimento não possuíam experiência e conhecimento suficientes para ir além da atividade grevista, pois eram bastante inexperientes no trabalho de organização de trabalhista.

Essa inexperiência foi compensada pela participação dos dirigentes sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS) que conversaram com as lideranças do movimento e orientaram os próximos passos com sugestões de ações para dar continuidade ao movimento. Em seguida os trabalhadores realizaram uma marcha pelo centro da cidade até a Assembleia Legislativa Estadual onde foram recebidos pelo Superintendente Geral, Genil Pavan. Durante cerca de uma hora o representante do parlamento escutou os relatos dos trabalhadores e de sindicalistas e foram estabelecidos contatos para futuras ações conjuntas.

Como resultado o protesto logrou o desbloqueio dos trabalhadores e a compra de pufes para descanso no ponto de apoio. Os organizadores desse protesto reuniram-se após a atividade e decidiram dar início a um movimento coletivo de representação e organização dos entregadores ciclistas da cidade que pudesse ampliar suas capacidades de lutar por melhorias e por mais valorização. Formou-se assim um grupo inicial de cinco pessoas que deu os primeiros passos na criação da ACERGS.

Por indicação da CUT-RS os trabalhadores visitaram o escritório de advocacia COP Advogados e, após uma conversa sobre os caminhos a seguir, optaram por fundar uma associação. Os trabalhadores buscaram o pesquisador para que os auxiliasse nesse processo e, assim, teve início a fase de pesquisa ação. Sendo assim, uma intensa colaboração entre trabalhadores e pesquisador se iniciou, num fazer coletivo de práticas e descobertas que se estendeu ao longo de toda a pesquisa, culminando na fundação oficial e registro da entidade em 2023.

O nome escolhido para a associação foi E-Bike e logo foi criada uma página no Instagram para registrar suas atividades, reunir contatos e divulgar a atuação do grupo. Foi criado, também, um grupo no WhatsApp para reunir os entregadores interessados em formar uma organização trabalhista. Seguindo um roteiro de criação de associações fornecido pelo escritório de advocacia, os trabalhadores começaram a refletir sobre o formato de organização que queriam e os desafios para concretizá-la. Foram dedicadas várias reuniões para tratar do tema, que ocorreram na sede estadual da CUT-RS e em uma sala de reuniões cedida por um outro escritório de advocacia parceiro do grupo.

O grupo decidiu por realizar as suas reuniões nas terças, aproveitando o período das 15h às 17h em que os trabalhadores costumam ter baixa demanda por tarefas e podem dedicar tempo para descanso e almoço. Convencer os colegas a disporem de seu pouco tempo de descanso mostrou-se um desafio para o grupo, sendo visto com desconfiança por parte de outros trabalhadores. Na verdade, a maior parte dos entregadores nutria desconfiança com relação ao movimento que se formava e acreditava que o grupo não seria capaz de conseguir alguma melhoria real para a categoria dos ciclo-entregadores.

As reuniões foram momentos de interação aberta entre pesquisador e trabalhadores, onde os caminhos foram pensados de forma coletiva. Os trabalhadores possuíam o protagonismo nestes espaços, cabendo ao pesquisador um papel auxiliar, fornecendo informações, esclarecendo processos, disponibilizando ferramentas e recursos, e ajudando a pensar alternativas para o desenvolvimento das ideias propostas. Assim, as reuniões semanais foram o espaço privilegiado para a cooperação entre pesquisador e trabalhadores por meio da pesquisa-ação. Em geral as reuniões discutiam pautas bastante heterogêneas e boa parte do tempo foi utilizado para denúncias e reclamações sobre as rotinas de trabalho.

Nesse período, ocorreu uma grande variação na adesão dos trabalhadores ao movimento e muitos deles abandonaram o grupo nos meses seguintes, em alguns momentos somente dois trabalhadores deram continuidade ao projeto. Nos meses de agosto e setembro, a principal atividade do grupo foi recrutar novos membros e estabelecer contatos com entidades trabalhistas. Foram realizadas visitas à sede da CUT-RS e uma reunião com a EPTC, na qual foi tratado o tema da expansão das ciclovias na cidade.

Foi nesse período que os trabalhadores conheceram o Sindimoto/RS e estabeleceram os primeiros contatos com a entidade. A presença quase nula do sindicato entre a fração ciclistas da categoria reduzia sua representatividade e esse argumento motivava os trabalhadores a criarem sua própria entidade representativa. Uma reunião entre os dois grupos foi realizada em outubro de 2022, na qual o Sindimoto/RS propôs a incorporação da ACERGS, que seria uma setorial sindical ao invés de uma associação. Receosos de perder sua autonomia, os trabalhadores optaram por manter o plano original e fundar uma associação própria dedicada diretamente aos entregadores ciclistas.

Em pouco tempo, o grupo passou a ficar bastante conhecido entre os trabalhadores da região central da cidade e expandiu contatos com entidades de Porto Alegre e de outras cidades, principalmente por meio da atuação digital. A rede de contatos criada passou a incluir o Sindicato dos Telefônicos (Sinttel), que cedeu sua sede para a realização das reuniões do grupo, que passaram a ocorrer lá a partir de dezembro de 2022.

No mesmo sentido, o grupo foi convidado para compor a Aliança dos Entregadores por Aplicativo (AEA e, mais tarde, ANEA) que pretendia ser um fórum nacional de organizações de entregadores de plataforma não alinhados com os sindicatos tradicionais da categoria. Por iniciativa de lideranças de Minas Gerais e Rio de Janeiro, formou-se o grupo que cresceu bastante ao longo de 2023 e tornou-se um dos atores nacionais mais relevantes no circuito de agitação trabalhista dos entregadores. Os membros da ANEA rejeitavam o monopólio da representação dos entregadores representado pelos Sindimotos e tinham como objetivo articular nacionalmente uma renovação das entidades de representação. A E-Bike também foi convidada para participar de uma entrevista ao vivo no Instagram no perfil do Influenciador Digital Fabão Motovlog, que durou cerca de quarenta minutos e tratou da realidade do trabalho dos ciclistas nas grandes plataformas de entregas. Essa

entrevista ampliou ainda mais o alcance da entidade, que estendeu sua rede de contatos e influência.

Aos poucos, os trabalhadores ligados à E-Bike foram aprendendo coletivamente em sua relação com os demais atores que passavam a incorporar o circuito de agitação trabalhista da categoria. Uma mudança importante foi o crescimento da valorização da representação e atuação sindical de tal forma que os trabalhadores que inicialmente rejeitavam o sindicalismo, passaram a tomá-lo como exemplo de formas eficientes de luta coletiva. Na verdade, nenhum dos trabalhadores que construiu a E-Bike havia tido experiência anterior com organizações trabalhistas, nunca haviam sido sindicalizados e jamais haviam visitado a sede de uma entidade desse tipo, a não ser para a realização de entregas.

Após um mês e meio de reuniões, surgiram as primeiras sugestões de atividades destinadas aos trabalhadores a serem organizadas pelo grupo. A ideia era fazer um evento social que angariasse o engajamento dos trabalhadores e abrisse oportunidades para discutir com eles a necessidade de organização coletiva. Para isso, o caminho pensado foi o de utilizar a estrutura das entidades sindicais parceiras e realizar um churrasco para acompanhar o jogo da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo. Ao longo de três reuniões, os trabalhadores planejaram a atividade e acompanharam sua divulgação e preparação.

O evento foi realizado em 05 de dezembro de 2022 na sede do Sinttel e contou com a participação de poucas pessoas, embora tenha conseguido a adesão de um novo membro para o grupo. Durante toda a atividade, os trabalhadores ressaltaram a necessidade de dar seguimento à formalização da sua organização coletiva, para que pudessem realizar a representação oficial dos entregadores e ampliar seu poder de negociação e barganha com as empresas.

Nas semanas seguintes, entre os dias 6-20 de dezembro, o grupo buscou informações sobre o processo de formalização e trabalhou na produção de um estatuto, com base no roteiro sugerido pela COP Advogados, e buscou organizar uma assembleia de fundação – evento necessário para o registro de entidade. No entanto, o desafio de reunir os trabalhadores em uma assembleia mostrou-se bastante grande e o grupo optou por adiar o processo porque não sentia segurança na sua capacidade de mobilizar o apoio dos entregadores. Essa foi a primeira tentativa de fundação da entidade.

A proximidade das festas de fim de ano fez com que a atividade do grupo diminuísse, retornando apenas em janeiro com a realização de novas reuniões. Durante esse período, os trabalhadores trataram de angariar o apoio dos seus colegas de trabalho, de forma que, quando retomadas as atividades, o número de integrantes do grupo havia aumentado (de quatro subiu para onze). Os novos integrantes eram trabalhadores que já haviam realizado tentativas anteriores de organizar os entregadores ciclistas do ponto de apoio iFood Pedal, mas não haviam obtido sucesso. Para eles, a associação era uma nova oportunidade para sua atuação coletiva.

No dia 16 de janeiro, o grupo realizou uma reunião em uma praça próxima, que marcou o encerramento do que se considerou a primeira fase do movimento. Nessa reunião foram apresentados os novos membros do grupo e foi decidido alterar o nome para Associação dos Ciclo–entregadores por Aplicativo do Rio Grande do Sul (ACERGS) e assumiu–se o compromisso de dar continuidade ao processo de formalização da entidade. O estatuto foi rediscutido (sem alteração significativa) e foi realizada uma divisão preliminar de cargos na direção executiva da entidade, que foi montada no formato presidencialista.

Dias depois, um caso de violência contra um entregador motivou um protesto em frente à EPTC, tendo sido o primeiro com participação organizada dos membros da ACERGS. A ACERGS divulgou a convocação para o ato em suas redes sociais e realizou distribuição de panfletos no ponto de apoio, convidando para a atividade. Durante o evento público, os representantes do grupo discursaram para os manifestantes utilizando megafone e microfone e estreitaram os contatos com motoboys e entidades sindicais. A inexperiência nesse tipo de atuação ficou clara nas falas confusas dos membros do grupo e na dificuldade em falar em público que motivava a insegurança dos entregadores.

O saldo positivo da participação no ato foi o aprendizado dos trabalhadores sobre a atuação sindical, dado que o evento havia sido organizado pelo Sindimoto/RS com auxílio da CUT. Também reforçou o entendimento do grupo sobre a necessidade de organizar atividades desse tipo para obter atenção das autoridades públicas e das empresas e, assim, conseguir as melhorias para a categoria que tanto almejavam. Pela primeira vez, pareceu ser possível fazer valer seus interesses e o caminho para isso era a organização coletiva e mobilização dos trabalhadores.

Foi a partir desse momento que os membros do grupo passaram a se interessar mais pela atuação na ANEA e, assim, teve início, no interior da categoria, as discussões sobre a regulamentação do trabalho em plataformas digitais no país, que havia sido promessa de campanha de Lula da Silva. No âmbito da ANEA, foi decidida a realização de uma manifestação nacional dos trabalhadores que chamasse a atenção do governo e das empresas para as demandas da categoria. A avaliação geral era de que o governo Lula seria mais receptivo às pressões de movimentos sociais que seus antecessores, e a realização de uma paralização nacional poderiam convencer seu governo a discutir as demandas da categoria.

A ACERGS aderiu a essa proposta e tratou de organizar o evento em Porto Alegre, que seria realizado no dia 15 de janeiro de 2023 simultaneamente em várias capitais pelo país. Foi elaborado um panfleto com as demandas locais dos entregadores ciclistas, com mil cópias impressas pela CUT-RS distribuídas ao longo de duas semanas.

Dias antes do protesto, membros da ANEA foram convidados para uma reunião com Gilberto Carvalho, secretário de economia solidária do Ministério do Trabalho, para discutir o trabalho em plataformas e ouvir as reivindicações dos trabalhadores. Durante a reunião – que contou com representantes apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – os representantes dos trabalhadores decidiram suspender a paralização, pois o governo havia acenado positivamente para o atendimento de suas demandas e se comprometido com a criação de uma mesa nacional de negociação que incluiria membros da ANEA, além de sindicatos tradicionais e representantes das empresas.

A decisão dividiu internamente a ANEA e várias entidades optaram por manter a greve conforme o planejado, pois entendiam que o alvo das suas demandas eram as empresas e não o governo. Além disso, havia o entendimento de que a realização de um dia nacional de protesto colaboraria para fortalecer as próprias organizações de trabalhadores locais e que recuar seria motivo de descrédito diante da categoria.

Assim, a ACERGS manteve a paralização para o dia 25 de janeiro de 2023 e planejou uma extensa agenda de atividades para a data. Pela manhã, os trabalhadores estiveram presentes no Fórum Social Mundial, assistindo a mesa sobre trabalho, na qual estava presente o próprio Gilberto Carvalho. Após o encerramento da atividade, o Secretário recebeu representantes de entidades de

trabalhadores por aplicativo em uma reunião privada, onde cada entidade entregou documentos próprios contendo suas demandas ao Ministério do Trabalho. Estiveram presentes, também, representantes da CUT-RS, dos motoristas de aplicativo e da cooperativa de motoristas Liga By Comobi.

A reunião durou aproximadamente uma hora e foram relatadas as condições de trabalho das categorias e uma síntese de suas principais necessidades. O representante do governo registrou as demandas apresentadas e informou ao grupo o andamento das discussões do tema dentro do ministério, mas reforçou a ideia de que as melhorias dependiam também da organização dos próprios trabalhadores, que precisariam estar mobilizados e atuantes para defender suas propostas.

No turno da tarde, foi realizada paralização das atividades dos entregadores ciclistas com concentração em frente ao ponto de apoio. Ao longo de toda a tarde, reuniram-se dezenas de pessoas no local, incluindo entregadores, ativistas, sindicalistas e representantes de partidos e movimentos sociais, que estenderam faixas com pedidos de aumento nas tarifas e valorização dos trabalhadores em aplicativos. A CUT-RS disponibilizou uma caixa de som e apoio logístico para o evento e durante três horas os manifestantes se revezaram em falas no microfone e cantando palavras de ordem. Esse foi o primeiro protesto organizado e executado diretamente pela ACERGS, mostrando o rápido avanço do grupo no processo de político.

Ao final da tarde, os manifestantes partiram em marcha, ocupando as ruas da cidade e carregando as faixas, tendo sido escoltados pela polícia e agentes da EPTC. O grupo caminhou até a frente da prefeitura, onde se somou às manifestações culturais do Fórum Social Mundial que ocorriam simultaneamente, encerrando-se com o registro fotográfico dos trabalhadores e a realização de algumas entrevistas com os organizadores, realizadas pelos jornais Sul21, Brasil de Fato e Extra Classe.

A avaliação geral é que a manifestação foi um sucesso e atingiu os objetivos propostos de mobilização dos trabalhadores, embora tenha sido reconhecido que mais esforços poderiam ter sido realizados. A elevada carga de trabalho e ausência de descanso semanal remunerado dificulta a dedicação de tempo para as tarefas da associação, o que faz com que os processos andem mais lentamente e atinjam menos pessoas do que o esperado. O uso de ferramentas digitais de interação e divulgação ajuda a contornar o problema, mas não o supera totalmente.

Após a realização bem-sucedida da manifestação, o grupo retomou a motivação e passou a atuar de forma cotidiana no ponto de apoio e em outras localidades da cidade, principalmente aquelas situadas na região central da cidade. A atividade também aumentou a credibilidade e confiança depositados pelos trabalhadores na representação da ACERGS e reforçou o apoio e adesão de trabalhadores. Cresceu, também, a influência da organização com relação a outras entidades sindicais e de representação trabalhista, tornando-se um grupo mais conhecido, que se inseriu no circuito de agitação trabalhista.

Nos dias seguintes, a ACERGS foi convidada a compor o Coletivo Nacional de Apps da CUT-RS, fórum virtual criado pela entidade para reunir trabalhadores e elaborar coletivamente sugestões de regulamentação. O grupo reunia lideranças de trabalhadores de várias regiões do país que eram próximas da central sindical e tinham interesse em influenciar a regulamentação federal a ser desenvolvida. As centrais sindicais foram escolhidas como as responsáveis pela representação dos trabalhadores na mesa de negociação tripartite nos meses seguintes e, por isso, tinham uma enorme vantagem.

O coletivo contava com a assessoria especializada para conduzir as reuniões e elaborar uma carta de demandas, que foi sendo construída ao longo de vários meses e com sugestões de representantes de muitas entidades. A ACERGS era a única representação de ciclo-entregadores presente, mas os trabalhadores tinham dificuldade de acompanhar as reuniões, que eram longas e complexas. Com isso, as reuniões tiveram uma participação marginal, com apenas algumas sugestões pontuais sobre limites de quilometragem e peso diferenciados para entregadores ciclistas.

No mês seguinte, não houve atividades registradas além das reuniões regulares da associação, que agora contavam com um número expressivo de trabalhadores (15 pessoas). Surgiram nesse período discussões internas importantes sobre divisão de trabalho na associação e representatividade, quando foram registradas as primeiras disputas mais abertas pelo controle do movimento. Os novos membros entendiam que precisavam ter maior poder de decisão nos rumos da associação e que o projeto deveria seguir um caminho mais horizontal, com um arranjo interno mais democrático. Esse debate tomou todo o mês de fevereiro de 2023.

Em março de 2023, a associação começou a realizar uma atuação solidária de doação de cestas básicas para trabalhadores acidentados ou bloqueados da plataforma. Motivados por um grave acidente sofrido por um colega, a associação realizou uma campanha de arrecadação de alimentos, que coletou doações de entregadores ciclistas e que foram entregues para a família do colega acidentado no dia 1º de março de 2023. Foi a primeira campanha solidária do grupo que teve grande adesão dos colegas. Num cenário de ausência de direitos trabalhistas há poucas alternativas em caso de acidentes, sendo a solidariedade essencial para a sobrevivência digna das famílias.

Esse mês foi bastante movimentado para o grupo, que realizou outras três atividades: entrega de carta de demandas para o Ministro do Trabalho; reunião com a Deputada Federal Denise Pessoa; organização de um campeonato de videogame no ponto de apoio. Nesse momento, o grupo já fazia parte organizadamente do cotidiano dos entregadores, sendo responsável por um importante grupo de informações no WhatsApp, com mais de duzentos ciclo-entregadores.

No dia 20 de março de 2023, representantes da ACERGS estiveram na Assembleia Legislativa Estadual para participar de uma audiência sobre trabalho decente no Brasil, que contou com a presença de Luiz Marinho, Ministro do Trabalho, como principal debatedor. Após o evento, foi entregue uma carta de demandas dos trabalhadores para o Ministro, que continha demandas variadas, focada principalmente em melhorias nas condições de trabalho. Chamou a atenção o fato de os trabalhadores terem utilizado uma ferramenta de inteligência artificial para elaborar o documento, para que ele tivesse características mais formais.

Uma variação deste documento foi entregue para a Deputada Denise Pessoa em reunião no dia 24 de março de 2023, na qual o mandato parlamentar ouviu as reivindicações do grupo e encaminhou a realização de uma audiência pública para tratar do tema. O contato com esse mandato foi a primeira atuação parlamentar do grupo e muitos dos trabalhadores desconheciam totalmente as funções e responsabilidades de um deputado, muitos também nunca haviam entrado no parlamento municipal e estadual.

Ao final do mês, foi organizado o campeonato de videogame da associação, realizado ao longo de vários dias, no ponto de apoio. Cerca de 32 entregadores participaram do campeonato, que premiou o vencedor com bolsas para realização de entregas e prêmio em dinheiro. O objetivo da atividade era aproximar o conjunto

de trabalhadores que frequentava o ponto de apoio do projeto da associação por meio de uma atividade de lazer. O ingresso no campeonato devia ser pago na forma de um produto alimentício para a formação de um banco de alimentos a serem doados para entregadores em necessidade.

No mês seguinte, abril de 2023, os entregadores começaram a discutir alternativas ao trabalho nos aplicativos que pudessem ser geridas pelos próprios entregadores. O cooperativismo surgiu então como um tema recorrente nas reuniões realizadas entre a última semana de março e início de maio, e todos os membros da associação concordavam que esse era um caminho importante a ser seguido e que deveria ser dedicado mais tempo e esforço nesse sentido.

Assim, no dia 20 de abril de 2023, representantes do grupo estiveram presentes em uma reunião com a cooperativa de consumo Girassol, responsável pela venda de produtos agroecológicos produzidos por cooperativas de produtores rurais. A cooperativa possui uma loja no bairro cidade baixa onde vende uma ampla gama de produtos e utiliza o serviço de entregas de uma empresa terceirizada. A ideia da cooperativa era mudar o modal das suas entregas (de carro para bicicletas) para uma alternativa ecologicamente sustentável e contratar os serviços de algum grupo com atuação social. Foi realizada, então, uma proposta para o grupo para que fosse dado início a uma parceria em que os trabalhadores da associação assumissem as entregas da loja.

Além dessa iniciativa, os trabalhadores também celebraram parcerias com outros dois estabelecimentos comerciais, para que eles parassem de utilizar o sistema de entregas do aplicativo e contratassem diretamente um entregador ligado à ACERGS. Nos dois casos era possível negociar um rendimento maior para os entregadores diretamente com o dono do estabelecimento, bem como algumas melhorias sutis nas condições de trabalho (alimentação e uso de banheiros), eliminando o papel de intermediação exercido pelas plataformas.

No entanto, as parcerias duraram apenas alguns meses e se encerraram devido à incapacidade do grupo em lidar com as demandas de trabalho. Como as parcerias eram limitadas e estavam em fase inicial, não havia demanda para todos os trabalhadores e era preciso acumular o trabalho nas plataformas para manter uma renda estável. A alternativa escolhida foi dar início a uma cooperativa própria, de natureza informal, que seria nomeada ACERGS Express e seria um projeto paralelo à associação. Além disso, organizar dois projetos simultaneamente se

mostrou bastante desafiador e foi necessário escolher um deles para concentrar os esforços.

O projeto da ACERGS Express não foi continuado e a cooperativa nunca chegou a funcionar de fato. Parte do fracasso da iniciativa se deu por suspeitas generalizadas no interior do grupo, de que um empreendimento de caráter econômico levaria o grupo a disputas internas e daria margem para a obtenção de benefício privado. De fato, ideias de cooperativismo e empreendedorismo disputavam o rumo das decisões do grupo naquele momento e, enquanto alguns acreditavam que a cooperativa poderia ser uma alternativa de trabalho decente em relação às plataformas, outros acreditavam que poderia ser fonte de enriquecimento individual e que poderiam se tornar empresários gerenciando a mão de obra de terceiros.

Nesse mesmo período, a ACERGS deu início a atividades de judicialização das disputas trabalhistas conduzindo trabalhadores até o escritório de advocacia parceiro do grupo para que recebessem assessoria jurídica. O primeiro trabalhador foi conduzido ao escritório de advocacia no dia 25 de abril de 2023, acompanhado por um representante da associação. A demanda se tratava de um entregador ciclista que havia sofrido acidente de trânsito durante a realização de uma entrega e que estava buscando uma indenização por parte da plataforma, considerando que ficaria incapaz de trabalhar durante seis meses. Nos três meses seguintes, o grupo conduziu dez trabalhadores para atendimento no escritório, para tratar de questões trabalhistas.

Enquanto uma parte do grupo se ocupava do atendimento jurídico, outra passou a se dedicar em estabelecer negociações com a gerência do ponto de apoio, para a realização de melhorias no espaço e atualização no seu sistema de gerenciamento. Nesse momento, a popularidade do grupo entre os trabalhadores da região e, principalmente, os usuários do ponto de apoio aumentou consideravelmente, e a gerência do espaço viu-se pressionada a aceitar o diálogo sobre as sugestões do grupo.

As negociações resultaram em mudanças pontuais e melhorias muito limitadas na estrutura do local, mas que foram bastante valorizadas pelos trabalhadores e celebradas pelos apoiadores do grupo como uma vitória para os ciclo-entregadores. O principal ganho das negociações com a gerência do ponto de apoio parece ter sido o acúmulo de experiência por parte dos membros da

associação e o estabelecimento do grupo como uma representação reconhecida dos entregadores ciclistas.

Meses depois, em agosto de 2023, as negociações com a gerência do ponto de apoio abriram a oportunidade para a realização de uma reunião com um representante logístico do iFood. Na última semana de julho, o representante da plataforma esteve em visita às instalações do ponto de apoio e os trabalhadores pressionaram para que ele realizasse uma reunião com os entregadores que prestam serviço para o iFood. Representantes da ACERGS discutiram com o representante patronal durante cerca de vinte minutos e entregaram a ele um documento com as demandas dos entregadores que poderiam ser solucionados pela plataforma. O documento continha uma pauta heterogênea incluindo solicitação de aumento das tarifas, pagamentos de bônus em dias de condições climáticas intensas, reconhecimento de direitos e valorização dos trabalhadores.

Ao longo do mês de maio, a ACERGS se concentrou nas discussões iniciadas pelo governo federal sobre a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, principalmente pela atuação de representantes no Coletivo de Apps da CUT-RS e na ANEA. A inexperiência dos membros do grupo em negociação coletiva e o reduzido conhecimento sobre o funcionamento legislativo e judiciário fez com que o grupo se sentisse perdido diante das discussões. Assim, as contribuições da ACERGS para as propostas elaboradas nos dois grupos foram bastante tímidas e, na maior parte das vezes, o grupo manteve uma postura de escuta e não de fala, embora fosse o único representante dos ciclo-entregadores nos dois espaços.

Esse foi o tom da atuação da ACERGS no caso da reunião realizada em 22 de maio de 2023 com o Superintendente Regional do Trabalho, Claudir Nespolo. Recentemente indicado para o cargo o Superintendente, convidou entidades de trabalhadores plataformizados para uma reunião para tratar do tema, que contou com a participação da ACERGS, Sindimoto/RS e Simtrapli-RS. A reunião discutiu melhorias na fiscalização dos locais de trabalho e relações entre trabalhadores e operadoras logísticas (OLs) e serviu, sobretudo, para informar ao poder público situações de violação de direitos que deveriam ser solucionadas. O Sindimoto/RS realizou a maior parte das intervenções na reunião, sobretudo por meio das falas do advogado da entidade que concentrou o debate na dimensão jurídica dos problemas enfrentados pelos entregadores.

Surgiram, na sequência dessa reunião, as primeiras grandes divergências internas no interior do grupo dirigente da ACERGS, que foram rapidamente evoluindo para conflitos de grandes proporções. O conflito dividiu a associação em posições a favor e contra o processo de regulamentação federal e uma crise de representatividade tomou espaço nas reuniões e atividades que durou ao menos dois meses. Uma parte do grupo acreditava que a regulamentação poderia causar prejuízos econômicos para as empresas e as obrigaria a encerrar as atividades no país e deixando os trabalhadores sem renda – essa posição converge com as alegações feitas pelo polo patronal. O outro lado argumentava que a regulamentação era a oportunidade privilegiada para obter melhorias para os trabalhadores e representar seus interesses nacionalmente.

Essa divisão impulsionou a desconfiança mútua no interior do grupo de forma que a legitimidade de alguns membros como parte da direção da associação passou a ser contestada. Um dos membros mais ativos da associação naquele momento, que ocupava informalmente o cargo de Presidente e que representava o grupo em reuniões sobre a regulamentação, passou a perder a influência no interior do grupo e sua capacidade de representar a todos ficou abalada. Isso foi resultado de um processo complicado de insulamento do referido membro da direção da associação que progressivamente abriu uma lacuna entre ele e os demais.

O presidente da associação passou a dedicar cada vez mais tempo e recursos em negociações e relacionamento com lideranças de entidades e movimentos e, na medida em que cativava seu reconhecimento, deixava cada vez mais de lado o relacionamento com os trabalhadores que alegava representar. Quanto mais conquistava o reconhecimento de outros atores do circuito de agitação trabalhista dos entregadores, menos reconhecimento tinha por parte dos colegas de trabalho e de associação que interpretaram sua atuação como individualista e oportunista. Em pouco tempo o presidente perdeu o apoio de todos os demais membros do grupo e ficou totalmente isolado.

A situação chegou ao ponto ápice nas duas primeiras semanas de junho quando ocorreu, em Brasília, a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre a regulamentação (que contou com a presença do presidente da associação) a segunda tentativa de assembleia de fundação da entidade, em Porto Alegre. A presença da liderança dos entregadores na reunião foi fortemente contestada pelos outros membros da ACERGS que acompanharam a participação dele virtualmente e

não se sentiram representados pelas suas intervenções. Na verdade, as discussões sobre regulamentação no interior do grupo foram sempre precárias e parciais e o tempo que foi dedicado para o estudo do processo foi bastante pequeno de forma que nunca houve um consenso sobre a participação da ACERGS no processo.

A reunião ocorreu em 05 de junho de 2023 e tratou basicamente de estabelecer as regras das reuniões e apresentar os integrantes da mesa de negociação uns aos outros. Após a reunião os trabalhadores presentes na mesa ficaram mais quatro dias em Brasília nos quais participaram de reuniões privadas e atividades de formação financiadas e executadas pelo *Solidarity Center* (entidade que financiou também o transporte e estadia dos trabalhadores na capital). O presidente da ACERGS usou seu tempo para estreitar laços com lideranças de entidades de todo o país, incluindo o Sindimoto/RS com quem celebrou uma reunião responsável por selar a paz entre as entidades que disputavam entre si desde o ano anterior. Enquanto isso, os trabalhadores que permaneceram em Porto Alegre intensificaram a rejeição ao presidente da ACERGS e a contestação da sua representatividade chegou ao ponto ápice.

Por conta dessa crise interna a assembleia de fundação da associação, agendada para o dia 10 de junho, precisou ser adiada até que fosse encontrada uma solução. Quando o presidente da associação retornou das reuniões em Brasília foi realizada uma reunião geral da ACERGS onde foi exposto o posicionamento de todos os membros do grupo buscando soluções coletivas para o problema da representatividade. No entanto não houve consenso entre o grupo e passou a haver uma intensa disputa sobre o modelo de organização do grupo e a ocupação dos cargos que seriam abertos com o registro formal da entidade.

Essa crise gerou uma comoção geral no interior do grupo e o problema estendeu-se para o conjunto de trabalhadores do ponto de apoio tendo sido realizada uma assembleia geral no local no dia 19 de junho de 2023. Cerca de cinquenta entregadores ciclistas participaram da discussão, que durou várias horas, e discutiu os próximos passos da associação. Após debates acalorados foi decidido o abandono do modelo presidencialista e novos sujeitos reivindicaram o papel de legítimos representantes dos trabalhadores ficando encaminhada a realização de uma votação no grupo WhatsApp gerenciado pela ACERGS para decidir a distribuição dos cargos utilizando a ferramenta de enquete disponível no aplicativo.

A assembleia também reagendeu a assembleia de fundação da ACERGS para 26 de junho de 2023.

No dia 20 de junho foi realizada a votação no grupo de WhatsApp para decidir quem comporia a nova direção da ACERGS, que contou com a participação de ao menos uma centena de entregadores ciclistas. A partir daí houve uma renovação geral na diretoria da entidade e novos sujeitos ganharam destaque e papel decisório. Novos membros entraram no grupo que chegou a contar com 17 membros durante esse período. A preocupação do grupo em agir de forma representativa e evitar a concentração de poder (que poderia suscitar o benefício privado) estava no centro da eleição que foi o primeiro processo de disputa eleitoral organizado pelo grupo.

A votação resolveu parcialmente a crise interna de representatividade na medida em que assegurou a legitimidade dos novos diretores para ocuparem seus cargos. O cargo de presidente foi dividido em três novos cargos que cumpriam sua função sendo eles: Diretor Geral, Diretor de Relações Públicas e Diretor de mobilização. Isso expandiu a participação nas decisões e repartiu o poder no interior do grupo de forma menos assimétrica, mas também instituiu disputas entre personalidades. Nos cargos em que havia mais de um candidato houve a necessidade ser feita campanha entre os colegas para angariar apoio que foram motivo de conflito entre os entregadores. Alguns candidatos aos cargos rejeitaram o processo de disputa e abandonaram o grupo sob o argumento de que o processo de disputa interno seria motivo de desunião da categoria.

Dias depois, em 22 de junho de 2023, ocorreu a audiência pública sobre trabalho em plataformas virtuais organizada pelo mandato da deputada Denise Pessoa conforme solicitação da própria ACERGS meses antes. A ACERGS participou como convidada (em formato virtual) e teve cinco minutos para realizar sua fala os quais utilizou para ler um documento elaborado coletivamente com demandas dos entregadores ciclistas. O documento denunciava as condições precárias de trabalho nas plataformas em especial com relação aos entregadores ciclistas que estariam em posição de maior desproteção e exposição a riscos físicos.

O representante da associação na atividade havia sido decidido durante a eleição interna que deliberou que essa função seria realizada pelo Diretor de Relações Públicas da entidade. A participação no evento foi bastante positiva e expandiu a influência do grupo entre os trabalhadores da cidade que acompanharam por vídeo as falas de seu representante. Também fortaleceu laços com outras

entidades, pesquisadores e ativistas individuais que também participaram da audiência e ampliou a repercussão das discussões sobre plataformação do trabalho no Brasil.

Nesse período registrou-se um crescimento significativo do apoio dos ciclo-entregadores a associação e de seu interesse pela entidade e as possíveis melhorias que poderia conquistar. Foram dissolvendo-se as barreiras de desconfiança em relação ao grupo e foi estabelecendo-se uma participação mais orgânica da ACERGS no cotidiano dos entregadores ciclistas. Daí a elevada participação dos trabalhadores na assembleia de fundação da entidade no dia 26 de junho de 2023.

Realizada na sede do Sinttel, a assembleia de fundação da ACERGS era uma atividade obrigatória para a solicitação do registro formal da entidade e obtenção do número relativo a seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A atividade reuniu cerca de quarenta pessoas, em sua maioria ciclo-entregadores que foram apresentados formalmente ao estatuto da associação e elegeram em unanimidade a sua primeira direção. Além dos trabalhadores estiveram presentes representantes de mandatos parlamentares e assessores do escritório de advocacia – os advogados ficaram responsáveis pela parte legal e documental do registro da entidade e seu encaminhamento para o cartório correspondente.

Após a realização da cerimônia de fundação da ACERGS teve início uma confraternização coletiva onde todos tiveram a oportunidade de conversar e celebrar o evento. O registro formal da ACERGS era um objetivo antigo do grupo que acreditava que a institucionalização das suas atividades seria um elemento chave para aperfeiçoar qualitativamente a luta dos trabalhadores. No mesmo sentido, a maioria dos trabalhadores membros da associação acreditava que o registro formal era uma ferramenta para garantir a continuidade do movimento ao longo do tempo e incrementar a credibilidade das suas ações.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhar e participar de forma ativa e engajada no cotidiano de lutas e resistências dos trabalhadores do setor de entregas por aplicativo foi uma experiência singular que rendeu diversos aprendizados. O que se buscou foi

conhecer as formas e os sentidos da atuação coletiva desses sujeitos contribuindo assim para que se possa compreender de forma mais clara e precisa os processos pelos quais os trabalhadores em contextos plataformizados se organizam politicamente.

O que se verificou foi uma significativa proliferação dos focos de agitação trabalhista entre entregadores na cidade de Porto Alegre, consolidando um sólido circuito de agitação trabalhista por onde o conflito de classes se expressa de múltiplas formas. Inseridas em lógicas neoliberais de operação, as plataformas combatem a organização dos trabalhadores e mobilizam estratégias gerenciais ora autoritárias ora lúdicas na tentativa de desmobilizar os trabalhadores. No entanto, a profunda precarização promovida pelas empresas – que atingem diversas dimensões da existência do proletariado digital – seguem alimentando revoltas que, mais tarde, se desenvolvem em movimentos contestatórios e reivindicatórios.

Variados entre si, esses movimentos expressam a política dos entregadores plataformizados da cidade. Observou-se que os movimentos mais importantes seguem o sentido bastante tradicional das lutas trabalhistas de organizar-se a partir de sindicalismo, associativismo e cooperativismo, mas trazem consigo inovações e atualizações com alto potencial. Nesse sentido, o sindicalismo segue sendo a principal via de organização e ação coletiva dos trabalhadores, mas possui limitações importantes que precisam ser superadas.

O fazer político das instituições sindicais tradicionais tem sido marcado por uma espera passiva na qual são realizados poucos esforços no sentido de atrair os trabalhadores em contextos plataformizados e inseri-los na agenda sindical. No entanto, o surgimento de novas organizações, nascidas já em contextos plataformizados (como no caso da ACERGS), tem sido elemento de mudança ao provocar o sindicalismo tradicional para uma atuação mais ativa e permanente.

Esse potencial de mudança se expressa nos ganhos organizativos da categoria, mas também foi identificado na rápida ampliação do ecossistema de relações da categoria com a crescente inclusão de novos atores no circuito de agitação trabalhista. Em pouco tempo as organizações de entregadores por aplicativo da cidade lograram constituir parcerias e desenvolver estratégias de luta conjuntas que envolvem escritórios de advocacia, mandatos legislativos, centrais sindicais, ministérios governamentais e até mesmo entidades estrangeiras – como no caso do Solidarity Center.

É importante destacar que o momento que vive a categoria – tal como o conjunto da camada social do precariado no Brasil – é marcado pela digitalização dos postos de trabalho e plataformização das atividades. A categoria vive, simultaneamente, um momento de desfazer-se de sua roupagem tradicional e de refazer-se em novos trajes: enquanto os motoboys tradicionais veem seus empregos fixos ameaçados pelas plataformas, centenas de novos trabalhadores veem aí uma oportunidade de acesso ao mercado de trabalho. Se para os motoboys tradicionais a luta é defensiva – para manter seus direitos e condições de trabalho – a luta dos novos entregadores (incluindo ciclistas) é ofensiva – para conquistar direitos e trabalho decente.

Assim, o padrão de agitação trabalhista da categoria permaneceu bastante variado ao longo de boa parte da pesquisa o que sofreu uma sensível alteração após a mesa de negociação sobre trabalho em plataformas digitais criada pelo Ministério do Trabalho. Todo o processo que envolveu a mesa de negociações ajudou a criar laços novos entre organizações de trabalhadores e ativistas individuais de várias partes do país e até de outros países e permitiu a criação de consensos importantes no interior da categoria expressos pelas cartas de direitos elaboradas pela ANEA, CUT-RS e Sindimotos. Daí que a maior vitória dos trabalhadores até o momento seja organizativa.

As lutas envolvendo a plataformização do trabalho e a radical mercantilização da vida trazida por ela tornam-se cada dia mais centrais na realidade brasileira e para sair delas vitorioso o polo trabalhista precisa estar preparado e fortalecido. Esse preparo depende da capacidade das organizações, movimentos e ativistas de adquirirem o *know-how* (saber fazer) necessário para desempenharem seu papel de forma eficiente.

Isso pode ocorrer por diversas vias, sendo uma delas o conhecimento empírico por meio da experimentação concreta – como quando a ACERGS organizou seu primeiro protesto espontâneo. No entanto, o mais produtivo parece ser que esse aprendizado seja realizado em conjunto com outros grupos atores de dentro e de fora do circuito de agitação da categoria. É preciso que os sindicatos e centrais sindicais tradicionais operem como incubadoras dos movimentos, que os incluam em suas atividades e disponham de suas estruturas para que realizem suas atividades.

Isso não deve ser confundido com cooptação ou com instrumentalização vulgar dos movimentos independentes da categoria. O caminho mais fértil parece ser o de fomentar a auto-organização dos entregadores nas suas mais variadas expressões e buscar permitir que eles mesmos formulem seus interesses, suas demandas e o modelo de organização mais conveniente

Da interação produtiva entre os atores emergem ideias, projetos, práticas e políticas que podem ser determinantes na renovação do sindicalismo no país e na construção de uma nova etapa de lutas e resistências. Quem sabe, de toda mistura, debate e luta coletivos seja possível dar origem a algo como um “sindicalismo para plataformas”.

BIBLIOGRAFIA

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **ESTUDOS AVANÇADOS** 34 (98), 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111. Acesso: 20 nov. 2023.

ALOISI, Antonio; DE STEFANO, Valerio. Delivering employment rights to platform workers. 2020. **Rivista Il Mulino**. Disponível em: https://www.rivistailmulino.it/news/newsitem/index/Item/News:NEWS_ITEM:5018. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992, 128 p.

ALVES, Giovanni; FONSECA, Dora. O movimento social do precariado, carência de futuridade e necrose do capitalismo de bem-estar social em Portugal. **Projeto História**, São Paulo, n. 46, pp. 91–114, Abr. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17130/13752>. Acesso: 20 nov. 2023.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9–23.)

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335–351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso: 20 nov. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital** – 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2018.

BARBIER, R. A Pesquisa–Ação na Instituição Educativa Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BEER, David. The social power of algorithms. **Information, Communication & Society**, 2017, p. 1–13, DOI: 10.1080/1369118X.2016.1216147

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31–38, set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000300004&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso: 20 nov. 2023.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, Maio 2014: 25–52. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2182-74352014000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 20 nov. 2023.

BRAGA, Ruy. Um padrão “thompsoniano” de agitações trabalhistas? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis | v. 12 | p. 1–18 | 2020

CANT, Callum. **Riding for Deliveroo**. Londres, 2019.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

CARBONAI, Davide et al. A precarização do trabalho na Itália: uma pesquisa survey. Estudos do Trabalho Ano V – Número 11 – 2012 **Revista da RET Rede de Estudos**

do Trabalho. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/RRET11_11.pdf. Acesso: 20 nov. 2023.

CARBONAI, Davide. Labor Reform in Brazil, Politics, and Sindicatos: Notes on the General Strikes of 2017. **Journal of Politics in Latin America** 2019, Vol. 11, 2019. p.231–245, Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X19861493>. Acesso: 20 nov. 2023

CARVALHO, A. M. P. de. (2014). A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL EM CRISE: o precariado como enigma contemporâneo. *Revista De Políticas Públicas*, 18, 225–239. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18nEp225-239> Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2713>. Acesso: 20 nov. 2023.

CODAGNONE, Cristiano; BIAGI, Federico; ABADIE, Fabienne. **The passions and the interests: unpacking the `Sharing Economy`**. Luxemburgo: European Union, 2016.

COLOMBI, A. P. As centrais sindicais e a reforma trabalhista Enfrentamentos e dificuldades. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 31, n. 3, Ano 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/152129>. Acesso: 20 nov. 2023.

CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (Orgs). **Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito, Ecuador: Friedrich–Ebert–Stiftung 2020.

CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar. “La aplicación te precariza”. Experiencias de personas repartidoras y conductoras en Ecuador. In: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (Orgs). **Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito, Ecuador: Friedrich–Ebert–Stiftung 2020.

DE STEFANO, Valerio. The Rise of the "Just-in-Time Workforce": On-Demand Work, Crowdwork, and Labor Protection in the "GigEconomy". **International Labour Office, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch**. Geneva, 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/—>

[_ed_protect/—protrav/—travail/documents/publication/wcms_443267.pdf](#) Acesso em: 20 nov. 2023.

DRUCK, Graça. Principais indicadores da precarização social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, jul. 2009. Disponível em: 01112\$%3%4 ,%566%273%86*(2\$%!9;:<;9;=9\$%3%4 ,%2html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

EUROFOUND. Employment and working conditions of selected types of platform work. **Publications Office of the European Union**, Luxemburgo, 2018.

Fairwork. (2019). The Five Pillars of Fairwork: Labour Standards in the Platform Economy. Oxford, UK; Manchester, UK; Cape Town, South Africa; Bangalore, India. Disponível em: <https://fair.work/en/fw/homepage/> , acesso em 20 nov. 2023.

GALVÃO, Andréia et al. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v.32, n86, p. 253–269, Maio/Ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/152129>. Acesso: 20 nov. 2023.

GROHMANN, Rafael. Sindicatos de trabajadores de plataforma en comunicación: ¿una nueva ola de organización colectiva? In: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (Orgs). **Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito, Equador: Friedrich–Ebert–Stiftung 2020.

Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura**, 22(1), 106–122. Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188>

HAGUETTE, T. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 224.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Cadernos CRH**, v. 24, p. 15–22, 2011. disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/M4ycWQHC74JXtmXcfqNxTyy/abstract/?lang=pt>

Hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real / Ursula Huws; tradução: Murillo van der Laan. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.**

IPHOFEN, Ron; HUWS, Ursula; SPENCER, Neil. H. Researching precarious, virtual and clandestine labour Methodological and ethical challenges. **Work organisation, labour & globalisation** Volume 16, Number 1, 2022

KITCHIN, Rob. Thinking critically about and researching algorithms. **Information, Communication & Society**, 2017, p.14–29, DOI: 10.1080/1369118X.2016.1154087

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, ano 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>

LAPA, Raphael Santos. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia de COVID-19: Análise dos dados da PNAD-COVID19 – **IBGE. MERCADO DE TRABALHO (RIO DE JANEIRO. 1996)**, v. 71, p. 2, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10658>

LAWN, Jennifer. Precarity: A Short Literary History, from Colonial Slum to Cosmopolitan Precariat. **Interventions**, 19:7, 1026–1040, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369801X.2017.1401944?scroll=top&neededAccess=true>. Acesso: 20 nov. 2023.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, Salvador, v.32, n 86, p. 325–341, Maio/Ago. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792019000200325&script=sci_arttext. Acesso: 20 nov. 2023.

MADUREIRA PINTO, José. Flexibilidade, segurança e identidades socioprofissionais. **Cadernos de Ciências Sociais**, nº 19–20, Porto, Edições Afrontamento, 1999. Disponível em:

NEGRI, Sofía Daniela. Condiciones laborales, proceso de trabajo y movilización de los trabajadores en plataformas de reparto en Argentina. In: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (Orgs). **Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito, Ecuador: Friedrich–Ebert–Stiftung 2020.

OLIVEIRA, M. D. e OLIVEIRA, R. D. Pesquisa Social e Ação Educativa: Conhecendo a Realidade Para Poder Transformá-la. In C. R. BRANDÃO, C. R. (org.) **Repensando a Pesquisa Participante** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC; Cortez, 2003.

SALVAGNI, Julice; COLOMBY, Renato Koch; CHERON, Cibele. Em contexto de pandemia: entregadores de aplicativos, precarização do trabalho, esgotamento e mobilização. **Simbiótica, Edição Especial**, vol.8, n.3, out., 2021. p. 149–169.

SAMPAIO OLIVEIRA, Murilo Carvalho; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2020, p. 2609–2634.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de Plataforma**. São Paulo: Rosa Luxemburgo, 2017.

SCHOR, Juliet. “**Debating the sharing economy**” In **Great Transition Initiative**. 2014. Disponível em <http://www.greattransition.org/publication/debating-the-sharing-economy>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, 228 p.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017. 171 p

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, Maio 2014: 9–24. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5521>. Acesso: 20 nov. 2023.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução Cristina Antunes. — 1. ed.; 1. reimp, — Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Invenções Democráticas, v. IV).

THIOLLENT, M. (1987). Notas Para o Debate Sobre Pesquisa–Ação. In: C. R. Brandão (Org.), **Repensando a Pesquisa Participante**, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 82–103.

TRINDADE, Hiago. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 225–244, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0225.pdf>. Acesso: 20 nov. 2023.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society**. New York: Oxford, 2018.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v.29, n 77, p. 313–331, Maio/Ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n77/0103-4979-ccrh-29-77-0313.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VARGAS, Derly Sánchez; CASTAÑEDA, Oscar Maldonado. Obstáculos, resistencias y repertorios de movilización social de repartidores digitales en Colombia. In: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (Orgs). **Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito, Equador: Friedrich–Ebert–Stiftung 2020.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; LADOSKY, Mário Henrique; ROMBALDI, Maurício. A reforma trabalhista e suas implicações para o nordeste: primeiras reflexões. **Caderno CRH**, Salvador, v.32, n 86, p. 271–288, Maio/Ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n86/0103-4979-ccrh-32-86-0271.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

WEISS, H.C. **Quem é que vai correr por nós?: a luta por reconhecimento dos entregadores–ciclistas na sociedade das plataformas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós–graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.136. 2022.

WEISS, H.C. **O céu é o limite : trabalho uberizado e governamentalidade neoliberal nos entregadores–ciclistas em Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão

de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.64. 2019.

WILLSON, Michele. Algorithms (and the) everyday. **Information, Communication & Society**, 2017, p. 137–150, DOI: 10.1080/1369118X.2016.1200645

WOLFSON, Todd; et.al. 'Alongside but not in front' Reflections on engagement, disengagement and ethics in action research with workers. **Work organisation, labour & globalisation**. Volume 16, Número 1, 2022.